

Monitoring System for the Implementation of development projects financed by the
European Communities
LOT 4 – Latin America 2008/147-208

Relatório de País - Brasil



Missão de Monitoramento Externo
Março 2010

EPTISA Internacional, EPRD, Eurecna, Helsinki Consulting Group

O presente relatório foi preparado pela equipe de Monitoramento Externo de Projetos e Programas da CE na América Latina e não reflete necessariamente as opiniões da Comissão Europeia.

Índice

1. Introdução	1
2. Breve apresentação do ROM e da sua aplicação na America Latina	1
3. Contexto da cooperação no Brasil	2
3.1. Contexto sócio-económico	2
3.2. Contexto político	5
3.3. A estratégia de cooperação da Comissão com o Brasil	6
4. O exercício do monitoramento externo no Brasil	8
4.1. Antecedentes (2002-2010)	8
4.2. Contexto regional	8
5. O monitoramento externo no Brasil em 2010	9
5.1. Projetos monitorados em 2010	9
5.2. Relação dos projetos com a estratégia da Comissão	12
5.3. Equipe de monitoramento	13
5.4. Organização da missão	13
6. Resultados gerais da missão	14
6.1. Valorações gerais	14
6.2. Pertinencia e Qualidade do Desenho	21
6.3. Eficiência	24
6.4. Eficácia	29
6.5. Impacto	32
6.6. Sustentabilidade	35
6.7. Projetos ex-post	38
6.8. Aspectos transversais	39
7. Conclusões e recomendações	40

ANEXO: Relatórios de Monitoramento

Lista de abreviaturas

ACP	África – Caraíbas - Pacífico
AIDCO	Europe Aid Co-operation Office
ALA	América Latina
DCI	Development Co-operation Instrument
DCI- NSAPVD	Development Co-operation Instrument-Non State Actors and Local Authorities in Development
CE	Comissão Europeia
CE	Cooperação Econômica
CFT	Cooperação Financeira e Técnica
CRIS	Common Relex Information System
IOV	Indicador Objetivamente Verificável
ONG	Organização Não Governamental
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OVI	Objectively Verifiable Indicator
PIN	Programa Indicativo Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QL	Quadro Lógico
ROM	Results Oriented Monitoring: Monitoramento Orientado a Resultados
SMI	Sistema de Monitoramento Interno
TACIS	Technical Assistance to the Community of Independent States: Assistência Técnica à Comunidade de Estados Independentes
UE	União Europeia

1. Introdução

O presente relatório apresenta uma visão geral dos resultados da missão de monitoramento externo de Março de 2010 dos projetos financiados pela CE no Brasil. Os objetivos deste relatório são:

- Apresentar as conclusões gerais da missão de monitoramento externo de 2010.
- Identificar os pontos fortes e fracos do desempenho dos projetos monitorados com o objetivo de identificar temas de reflexão para melhorar a gestão dos projetos em curso e a preparação de futuros projetos e programas no Brasil.
- Identificar lições aprendidas e elaborar recomendações específicas para melhorar o valor acrescentado da cooperação europeia no Brasil.

Pretende-se, portanto, contribuir com informações específicas para a gestão dos projetos e programas financiados pela Comissão. O relatório foi preparado pelo Chefe da Missão, com base nos relatórios dos diferentes monitores e em colaboração com a equipe de coordenação do Monitoramento Externo para a América Latina.

2. Breve apresentação do ROM e da sua aplicação na América Latina

O Sistema de “Monitoramento Externo Orientado a Resultados” (*Results-Oriented Monitoring* ou ROM) foi testado nos países TACIS a partir de 1993. Em 2000, a UE iniciou um contrato piloto de monitoramento no conjunto de países beneficiários da cooperação (ACP, ALA, MEDA e Países Balcânicos). Em 2002 começaram 5 contratos regionais supervisionados pelas Unidades Geográficas da EuropeAid. Os contratos regionais foram renovados após concursos públicos em 2005 e 2008; neste último ano foram assinados 7 contratos (os países ACP foram divididos em dois lotes, África por um lado e Caraíbas e Pacífico pelo outro, e iniciou-se um contrato específico para os projetos geridos centralmente desde Bruxelas).

O monitoramento consiste na colheita, análise e tratamento sistemático e periódico de informação para melhorar a gestão e a tomada de decisões nos projetos e programas de cooperação. O ROM oferece conselhos independentes que resultam úteis a três níveis – o nível micro do projeto, o nível macro do desempenho dos orçamentos / programa da carteira de desenvolvimento da Comissão e o nível correspondente à fase de programação.¹

As missões de Monitoramento externo complementam, sem os substituir, os outros instrumentos de gestão como o monitoramento interno, as avaliações intermédias e finais, e as auditorias.

A partir do ano de 2007, a metodologia do ROM foi enriquecida com a inclusão do ROM “ex-post” para projetos terminados e com uma metodologia de ROM adaptada aos programas

O Monitoramento procura analisar os resultados e impacto dos projetos a partir de indicadores qualitativos e quantitativos.

¹ ROM Coordination EuropeAid/E5. July 2009. ROM Handbook.

setoriais SPSP (Sector Policy Support Programs), a qual ainda se encontra em fase de experimentação.

3. Contexto da cooperação da UE no Brasil

3.1. Contexto sócio-econômico

O Brasil é um gigante econômico; é a maior economia nacional da América Latina e a oitava maior economia do mundo. O país tem setores bem desenvolvidos de agricultura, mineração, manufatura e serviços, bem como um grande mercado de trabalho. O país faz parte do grupo de quatro economias emergentes designado por países BRIC².

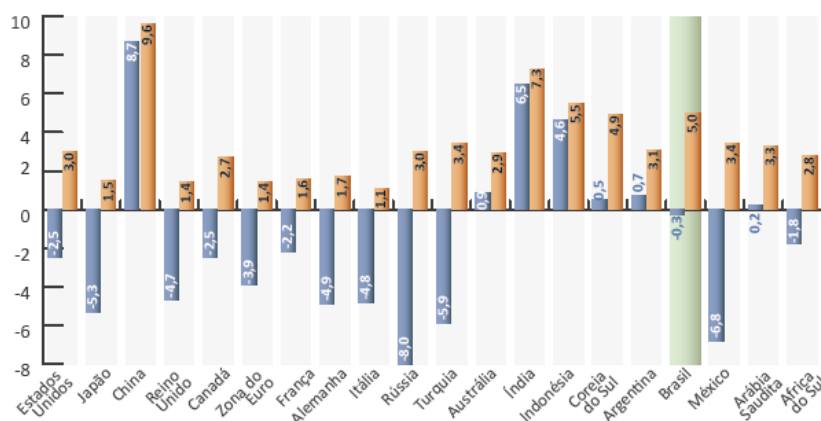
O Brasil é o maior país em área e população da América Latina e o quinto país mais populoso do mundo, com uma população estimada de quase 197 milhões de habitantes em 2010. A maioria dos indicadores macro-econômicos do país tem evoluído de forma positiva na última década, com mercados financeiros em plena expansão, a taxa de desemprego mais baixa em décadas e um superávit consistente na balança comercial.

Apesar da sua história recente de grande crescimento e “boom” econômico, o desenvolvimento de Brasil tem sido dificultado por uma inflação elevada e um endividamento excessivo. As reformas dos anos 90 e as políticas macroeconômicas e sociais atualmente em vigor resultaram num longo período de estabilidade, crescimento e conquistas sociais.

O Brasil resistiu à crise financeira global com impactos relativamente pequenos. O país foi dos últimos a entrar em recessão em 2008 e dos primeiros a retomar o crescimento em 2009. Segundo a revista “The Economist”, a queda do PIB no Brasil, em 2009, esteve entre as menores dos países do G-20.

O Brasil é um gigante econômico; a oitava maior economia do mundo; mesmo assim, continua a ser conhecido também por ser uma das sociedades mais desiguais do planeta

Gráfico 1. Impacto da crise no crescimento do PIB (% a.a.), 2009, 2010



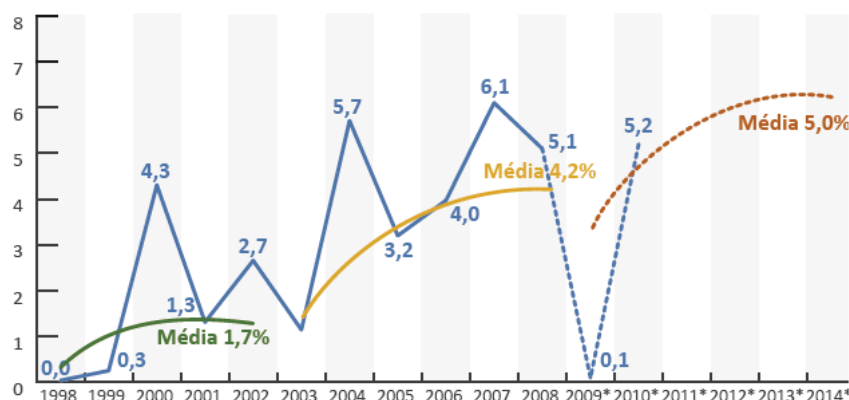
Fonte: The Economist

Os indicadores macro-econômicos do Brasil foram muito alentadores na última década

² A sigla **BRIC** designa o grupo de países formado pelo Brasil, Rússia, Índia e China.

Depois de crescer a um ritmo anual médio de 4,2% no período de 2003 a 2008, espera-se que o Brasil atinja um crescimento médio de 5% por ano de 2009 a 2014. O país deverá crescer a cerca de 6 % em 2010 e a uma taxa ligeiramente inferior a esta em 2011. Pela primeira vez em uma geração, os brasileiros estão beneficiando de um crescimento econômico estável, baixa inflação e melhorias no bem-estar social.

Gráfico 2. Crescimento do PIB no médio prazo, atual e previsto (1998-2014)

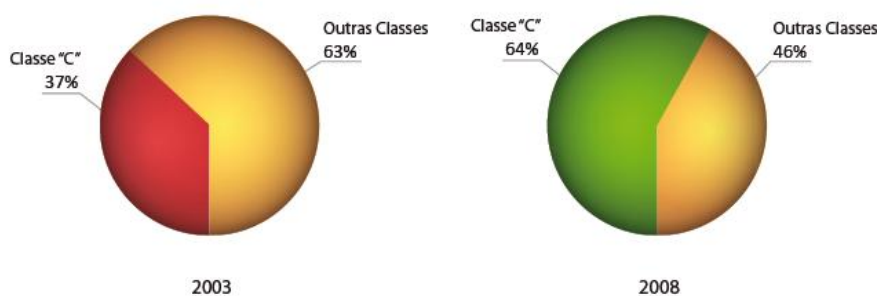


Fonte: IBGE, Ministério de Fazenda do Brasil

O Brasil foi o país que mais melhorou em competitividade no ano de 2009, segundo o Fórum Econômico Mundial.

Nos últimos anos, a nova classe média passou a representar cerca de 60% da população. Responsável pela criação de um novo mercado de massa no Brasil, a chamada classe C foi um dos trunfos que ajudaram a economia brasileira a enfrentar a crise em 2009. Esta população manteve o seu consumo e ajudou o país a ultrapassar rapidamente a maior crise econômica e financeira desde os anos 30.

Gráfico 3. Nova Classe C (% da população)

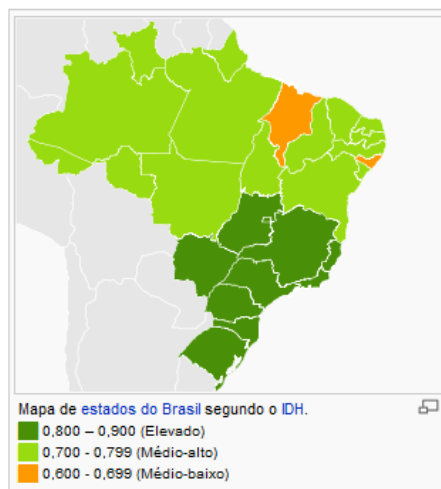


Fonte: IBGE, Ministério da Fazenda do Brasil

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano para 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil entrou pela primeira vez para o grupo de países com elevado desenvolvimento humano, com um índice de desenvolvimento humano de 0,800 no ano de 2005. No ano de 2009 encontra-se na 75ª posição mundial, com um índice de 0,813, valor considerado de alto desenvolvimento humano.

O Brasil resistiu à crise financeira global com impactos relativamente pequenos, crescerá cerca de 6 % em 2010

Nos últimos anos, a nova classe média passou a representar cerca de 60% da população

Gráfico 4. Estados do Brasil segundo IDH (2008)

Fonte: PNUD, Brasil

Mesmo assim, o Brasil continua a ser conhecido também por ser uma das sociedades mais desiguais do planeta, na qual a diferença entre a qualidade de vida de ricos e pobres é imensa. A situação está mudando: entre 2001 e 2004, a renda dos 20% mais pobres cresceu cerca de 5% por ano enquanto os 20% mais ricos perderam 1%. Apesar destes progressos, a desigualdade permanece em níveis relativamente altos para um país de renda média como o Brasil, e ainda há uma grande diferença no acesso à educação pré-escolar e ao ensino secundário.

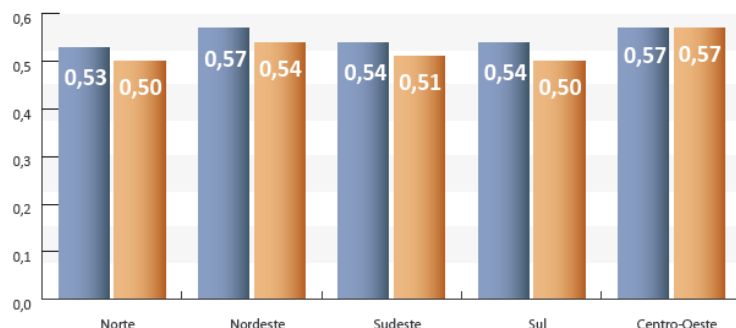
Em 2009, ano de crise, manteve-se a tendência de queda da pobreza em virtude dos aspectos já citados e do pequeno impacto da crise no mercado de trabalho. Assim, a pobreza (pessoas vivendo com menos de US\$ 2 por dia) caiu acentuadamente, passando de 22% da população em 2003 para 9% em 2008. A renda dos pobres do Brasil cresceu 22% desde 2002. Como resultado disto, a desigualdade no Brasil caiu acentuadamente entre 2001 e 2007, e está no seu nível mais baixo em 30 anos. Entre os principais fatores determinantes desta queda contam-se uma inflação baixa, crescimento econômico consistente e uma política bem focada baseada em programas sociais e aumentos reais para o salário mínimo.

O Brasil tem grandes diferenças regionais, sobretudo em indicadores sociais como saúde, mortalidade infantil e nutrição. As regiões mais ricas do Sul e Sudeste normalmente têm indicadores muito melhores do que as mais pobres do Norte e Nordeste. As maiores quedas médias no índice de Gini³ de 2003 a 2008 ocorreram nas regiões Sudeste, Sul e Norte, com uma diminuição média de 1,4% por ano.

Apesar da redução da pobreza, a desigualdade permanece em níveis para um país de renda média como o Brasil

³ O “índice de Gini” varia entre zero e um; quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

Gráfico 5. Distribuição de Renda – Coeficiente de Gini por regiões
(Comparativa dados 2003 (Azul) e 2008 (Vermelho))



Fonte: PNUD, IBGE.

O Brasil experiência grandes diferenças regionais, sobretudo nos indicadores sociais, como saúde, mortalidade infantil e nutrição.

A evolução nos setores econômico e social colocou o país em uma posição de destaque internacional. O país também está desempenhando um papel mais visível na região e na comunidade internacional, com posições de liderança em áreas como a cooperação Sul-Sul, as alterações climáticas, comércio, biocombustíveis, biodiversidade e tecnologias sociais.

Embora o Brasil seja uma potência econômica mundial, ainda há aspectos que travam o seu desenvolvimento econômico. Além da pobreza e desigualdade, o Brasil tem problemas ambientais sérios; a utilização dos recursos naturais do país não é sustentável, e o crime é também uma fonte de grande preocupação, especialmente nas grandes cidades.

O Banco Mundial definiu o maior desafio do Brasil como sendo o de encontrar a forma de combinar um modelo de crescimento mais equitativo, um desenvolvimento mais sustentável mediante o fornecimento de serviços locais e a gestão dos recursos naturais para melhorar a qualidade de vida, e uma economia mais competitiva mediante o estímulo ao crescimento sustentável.

3.2. Contexto político

A forma de governo do Brasil é a de uma república democrática, com um sistema presidencial. Quinze partidos políticos estão representados no Congresso. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, foi eleito presidente com a promessa de continuar a boa gestão fiscal e de promover reformas sociais destinadas a tirar milhões de brasileiros da pobreza, criar emprego e renda, e diminuir ainda mais a vulnerabilidade do Brasil. Em seu primeiro mandato, o presidente Lula orientou uma estratégia dupla muito bem sucedida ligando a estabilização econômica e o crescimento de incentivos para inclusão social; foi reeleito em 2006.

O Plano governamental “Um Brasil de todos” reflete as prioridades do segundo Governo Lula:

- Aumento da inclusão social e redução das desigualdades (60% do orçamento).
- Crescimento econômico sustentável reduzindo as diferenças regionais, com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais (36% do orçamento).

O atual presidente é o mais popular da história do Brasil; constitucionalmente é inelegível para um terceiro mandato consecutivo nas eleições presidenciais de Outubro 2010.

- Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (4% do orçamento).

O Governo atual do presidente Lula tem tido sucesso em consolidar a estabilidade macroeconômica e reforçar o gasto social. O presidente Lula é o mais popular da história do Brasil, mas constitucionalmente é inelegível para um terceiro mandato consecutivo. Lula terminará seu segundo mandato em 31 de Dezembro de 2010. As eleições gerais estão marcadas para Outubro de 2010.

3.3. A estratégia de cooperação da Comissão com o Brasil

Em 1960 se estabeleceram as relações diplomáticas entre o Governo do Brasil e o que era naquela altura a Comunidade Econômica Europeia. A sua relação é atualmente regida pelo acordo-quadro de cooperação União Europeia (UE)-Brasil (1992), o acordo-quadro de cooperação UE-MERCOSUL (1995) e o acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (2004). Em Maio de 2007, a UE recomendou o estabelecimento de uma parceria estratégica para aprofundar os seus laços com o Brasil. A primeira cimeira UE-Brasil teve lugar em Lisboa, em Julho de 2007. Os temas centrais da nova parceria incluem um multilateralismo efetivo, as alterações climáticas, a energia sustentável, a luta contra a pobreza, o processo de integração do MERCOSUL e a estabilidade e prosperidade da América Latina. Esta nova relação coloca o Brasil, a região do MERCOSUL e a América do Sul entre as principais prioridades do mapa político da UE.

A cooperação bilateral entre o Brasil e a UE foi regida até 2002 por um Acordo Quádrupe assinado em 1992 e ratificado pelo Congresso brasileiro em Maio de 1995. A partir de 2002, a formulação de projetos e programas bilaterais foi enquadrada nos Programas Indicativos Nacionais (PIN), o primeiro para o período 2002-2006, o segundo para 2007-2013. Os projetos e programas bilaterais formam parte da chamada Cooperação Financeira e Técnica e/ou da Cooperação Económica (CFT/CE). O Memorando de Entendimento para 2002-2006 manteve algumas das prioridades das orientações estratégicas anteriores:

- Reforma económica (30 M€), para um crescimento económico sustentável e equitativo, com apoio ao Governo e empresas em duas áreas: 1) Reformas estruturais; 2) Inserção do Brasil na economia global e adaptação ao mercado liberalizado e competitivo.
- Apoio à prioridade de desenvolvimento social (15 M€) do Governo, principalmente no Norte e Nordeste, áreas rurais e periferias das cidades, para combater a pobreza e a exclusão social.
- Apoio ao meio ambiente (6 M€) em conservação, proteção e desenvolvimento sustentável, através do Governo e sociedade civil, especialmente na Amazônia e no âmbito do PPG7⁴.

Com o lançamento em 2007 da parceria estratégica entre o Brasil e a UE, o Brasil está entre as principais prioridades do mapa político da UE.

Três prioridades da cooperação no CSP 2002-2006 anterior:

- 1) **Reforma económica,**
- 2) **Desenvolvimento social**
- 3) **Meio ambiente**

Dois eixos para a estratégia CSP 2007-2013 atual:

- 1) **Diálogos bilaterais**
- 2) **Meio ambiente**

⁴ PPG7: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. O Programa é financiado por doações dos países integrantes do ex-Grupo dos Sete, da União Europeia e dos Países Baixos, complementadas com contrapartida crescente do governo brasileiro, dos governos estaduais e de organizações da sociedade civil.

A estratégia prevê ações no âmbito federal, estadual e municipal. 13 M€ já foram comprometidos em 2000-2001 em apoio a reformas administrativas e fiscais, e direitos humanos.

A atual estratégia 2007-2013 (61 M€) toma em conta as experiências e as necessidades em mudança da cooperação. Em particular reconhecem o caráter de país emergente do Brasil e o impacto pouco significativo que tiveram algumas intervenções, limitadas ao âmbito de projetos pontuais. A atual estratégia pretende concentrar os recursos e ser coerente e complementar com as estratégias regionais da Comissão (para o MERCOSUL e a América Latina). A estratégia prioriza:

- O fortalecimento das relações bilaterais (70% do orçamento indicativo, ou seja, 42,7 M€), em relação a:
 1. Inclusão social e desafios de desenvolvimento (no âmbito dos diálogos setoriais UE-Brasil);
 2. Intercâmbios acadêmicos (bolsas estudos, apoio a universidades e intercâmbio de professores);
 3. Estabelecimento de um Instituto de Estudos Europeus.
- A promoção da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável (30% do orçamento indicativo, ou seja, 18,3 M€).

No primeiro eixo, a abordagem centra-se nos diálogos e intercâmbios nos temas sociais, de governança, associações de negócios e sociedade civil. A cooperação com a sociedade civil e em matéria de meio ambiente e florestas tropicais segue a programação dos editais centralizados das linhas principais de financiamento: meio ambiente (ENV), atores da sociedade civil (ONG), direitos humanos (DDH) e saúde.

4. O exercício do monitoramento externo no Brasil

4.1. Antecedentes (2002-2010)

Embora tenha havido monitoramento de alguns projetos na fase piloto do ROM, as missões de monitoramento externo começaram em 2002. Como indicado na tabela seguinte, o número de projetos monitorados aumentou grandemente a partir de 2005 (em 2004 não houve missão de monitoramento por falta de recursos no orçamento). Mesmo assim, o número e o volume de recursos dos projetos monitorados diminuíram nos últimos dois anos.

Tabela 1. Evolução da cobertura das missões de monitoramento externo no Brasil

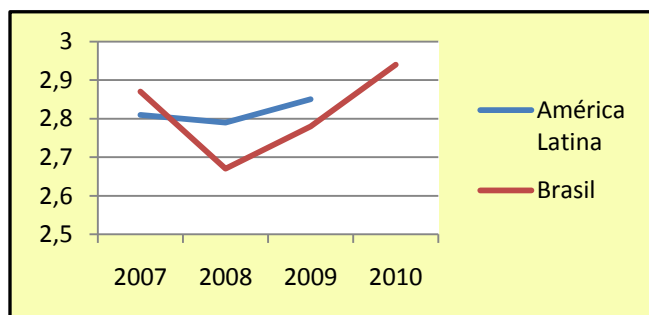
Ano	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010
No. Projet.Monit.	12	11	14	23	23	22	19	19
Bilaterais	3	2	4	4	6	2	4	3
ONG	4	6	5	9	9	9	10	13
ENV	4	2	4	10	7	11	5	3
Outras linhas	1	1	1	0	1	0	0	0
Montante total em M€	28,36	24,47	53,66	72,4	75,2	82,5	65,2	53,6

Desde 2002, tiveram lugar 8 missões de monitoramento externo no Brasil. A partir de 2006 aumentou o número de projetos monitorados que são à volta de 20 por cada missão.

4.2. Contexto regional

Na metodologia do ROM, o desempenho dos projetos é valorado utilizando quatro classificações: a = muito bem (4,00 pontos), b = bem (3,00 pontos), c = com problemas (2,00 pontos) e d = com sérias deficiências (1,00 ponto). No gráfico a seguir apresenta-se a evolução global dos projetos monitorados no Brasil nos últimos 3 anos, comparada com os valores correspondentes para a América Latina. O último ano para o qual existem dados sobre o desempenho da América Latina é 2009 (Fonte: serviço ROM AL).

Gráfico 6. Valorizações globais do ROM na América Latina e no Brasil (2007-2010)



As valorizações do Brasil têm melhorado sistematicamente nos últimos três anos.

A média geral das valorizações para o exercício ROM 2010 no Brasil (2,94) fica 3,17% acima da última média existente para a região, 2,85 para o ano de 2009.

5. O monitoramento externo no Brasil em 2010

5.1. Projetos monitorados em 2010

Como indicado na Tabela 2, foram monitorados 19 projetos em 2010, sendo 1 dos monitoramentos ex-post.

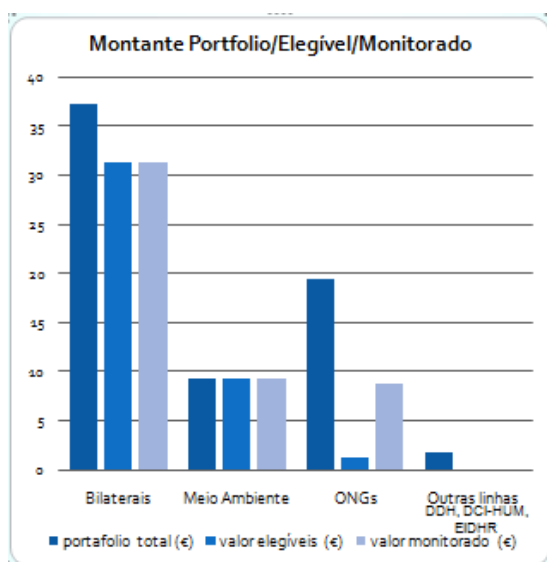
Tabela 2. Projetos monitorados em 2010

Linha	Código projeto	Título projeto
ALA	6189	Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras
ALA	18600	Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza
DCI-ALA	18698	Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil
ENV	114622	Florelas: conexões ecológicas e sociais nas florestas brasileiras.
ENV	114422	Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu
DCI-ENV	152459	Promovendo a inclusão socio-ambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira por meio da gestão territorial e adoção de práticas de manejo sustentável dos recursos florestais
ONG-PVD	119551	Mulheres organizadas gerando novas condições de vida - Brasil
DCI-NSAPVD	168852	Formação de jovens em empreendedorismo e gestão de negócio e financiamento de empreendimentos
ONG-PVD	133942	Canaçari – Preservação ambiental, desenvolvimento de atividades produtivas e turismo sustentável nas comunidades tradicionais do Médio Rio Amazonas, BRASIL.
ONG-PVD	134070	Redução da Pobreza Urbana: Acesso a políticas públicas e à habitação na cidade de São Paulo para mulheres e jovens moradores de favelas e bairros pobres.
ONG-PVD	94651	Melhora das condições de vida de agricultores do Sertão de São Francisco através da promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável
ONG-PVD	112055	Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil
DCI-NSAPVD	168392	Projeto de Redução de Pobreza de Áreas Carentes Urbanas do Município de Olinda
ONG-PVD	134033	Segurança alimentar, renda e inclusão social de famílias agricultoras pobres de duas micro-regiões no semi-árido brasileiro
DCI-NSAPVD	169843	Desenvolvimento integrado na política urbana nacional: um direito dos municípios periurbanos da Amazônia Oriental e do Nordeste brasileiro.
DCI-NSAPVD	150365	Ação Integrada de Desenvolvimento. Nordeste
DCI-NSAPVD	169244	Construindo uma sociedade inclusiva no semi-árido baiano
ONG-PVD	133854	Cooperativas Populares: Rumo ao Mercado
ONG-PVD	95595	Estabilização da Agricultura Familiar em Frentes Pioneiras do Sul Do Pará (Amazônia Oriental)

O montante financeiro total dos 19 projetos monitorados é de 53,61 M€, dos quais 54,65% correspondem à linha de cooperação bilateral ALA, 11,38% à linha de cooperação bilateral DCI-ALA (total bilaterais 66,03%); 12,80% à linha de Meio Ambiente ENV 4,65% à linha DCI-ENV (total Meio ambiente 17,45%); 6,2% à linha DCI-NSAPVD e 10,39% à linha de Co-financiamento ONG-PVD (total de subvenções a ONGs 16,59%). Os resultados do monitoramento de cada um destes projetos podem-se encontrar nos respectivos relatórios em anexo.

19 projetos com um valor total de 53,61 M€ foram monitorados em 2010:

3 bilaterais (66,03% do valor financeiro total monitorado)
10 de subvenções a ONGs (dos quais 1 ex-post; 16,59% do montante financeiro)
5 projetos ambientais (17,54%)



Atualmente há em execução no Brasil 43 projetos da UE por um volume de 71,77 M€. Os 18 projetos em curso monitorados representam mais de um terço do total de projetos em execução e 75% do montante financeiro total. Dos projetos atualmente em curso geridos pela Delegação, só 7 são elegíveis para o monitoramento, segundo os critérios estabelecidos na metodologia. Por tanto, a amostra de projetos em curso monitorada representa 257% dos projetos elegíveis.

Os 18 projetos em curso monitorados representam mais de um terço do total de projetos em execução e 75% do montante financeiro total

Na seguinte tabela apresenta-se a distribuição dos projetos monitorados em relação à carteira completa de projetos em execução e ao grupo dos projetos elegíveis para o ROM.

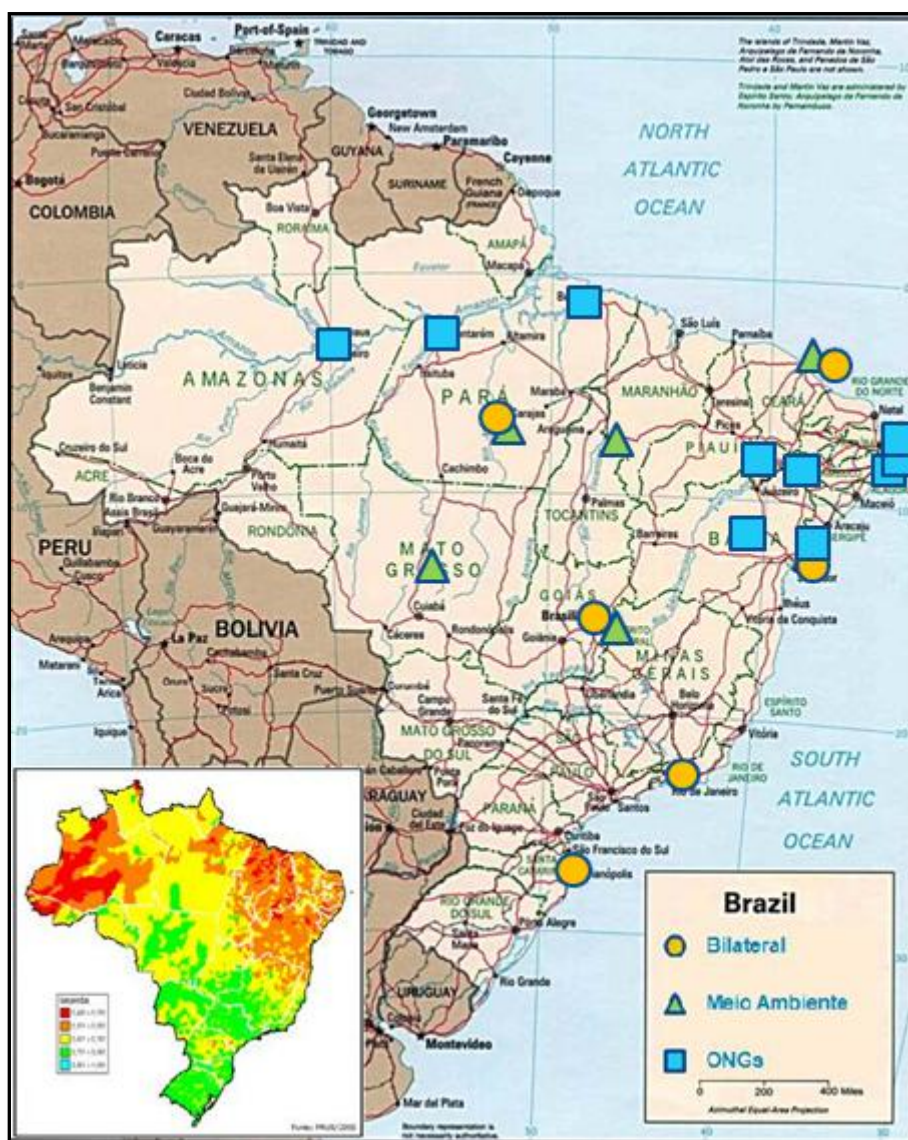
Tabela 3. Representatividade dos projetos monitorados

Linha	Número de Projetos em execução			Montante projetos (M€) em execução		
	Total	Monitorados	%	Total	Monitorados	%
ALA	3	2	67%	35,18	29,30	83%
DCI-ALA	1	1	100%	6,10	6,10	100%
ENV	2	2	100%	6,86	6,86	100%
DCI-ENV	1	1	100%	2,49	2,49	100%
DCI-HUM	1	0	0%	0,41	0,00	0%
DCI-NSAPVD	13	5	38%	11,28	3,32	29%
DDH	1	0	0%	0,25	0,00	0%
EIDHR	8	0	0%	1,11	0,00	0%
ONG-PVD	13	7	54%	8,07	5,51	68%
Total	43	18	42%	71,77	53,60	75%
Elegíveis ROM	7	18	257%	46,05	53,60	116%

Pela primeira vez, a amostra monitorada inclui projetos pertencentes à estratégia de cooperação Brasil-UE 2007-2013. Também pela primeira vez, projetos financiados com o novo instrumento DCI foram monitorados: um projeto da linha orçamental DCI-ALA, um projeto da linha DCI-ENV e 5 projetos da linha DCI-NSAPVD. As seguintes linhas foram monitoradas na sua totalidade: DCI-ALA, ENV e DCI-ENV; os projetos bilaterais foram todos monitorados, menos o projeto *Manejo das florestas, apoio à produção sustentável e ao fortalecimento da sociedade civil na Amazônia Brasileira (5,8 M€)* não elegível por ser submetido a uma avaliação durante o ano de 2010.

Os projetos monitorados, como se mostra no mapa a seguir, concentram-se principalmente no Nordeste (projetos de ONGs) e Norte (projetos ENV), ou seja, nas áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), existindo também projetos de abrangência nacional (Diálogos, PMEs Brasileiras, Florelas) e um relacionado com inclusão social em São Paulo.

Mapa 1. Localização geográfica dos projetos monitorados em 2010



Quando se realizou a missão de monitoramento mais de metade (10) dos projetos em curso estavam no último ano de implementação (2 projetos bilaterais, 1 de ENV e 7 das ONGs). O gráfico a seguir mostra o calendário de execução dos projetos⁵.

⁵ Para os projetos de cooperação bilateral (ALA/DCI-ALA) o tempo de execução mostrado no gráfico inclui, após o período de operacionalidade, o período de encerramento dos projetos

Gráfico 7. Calendário temporal dos projetos monitorados em 2010

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras								
Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza								
Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil								
Florelos: conexões ecológicas e sociais nas florestas brasileiras.								
Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu								
Promovendo a Inclusão Socio-Ambiental Recursos Florestais								
Mulheres Organizadas Gerando Novas Condições De Vida								
Formação de Jovens em Empreendedorismo								
Canaçari – preservação ambiental, desenvolvimento de atividades produtivas e turismo sustentável nas comunidades								
Redução da Pobreza Urbana								
Melhora das condições de vida de agricultores do Sertão de São Francisco através da promoção de um modelo de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar No Nordeste								
Redução de Pobreza Áreas Carentes Urbanas do Município De Olinda								
“Segurança Alimentar, Renda e Inclusão Social								
Desenvolvimento Integrado na Política Urbana Nacional								
Ação Integrada de Desenvolvimento								
Construindo uma Sociedade Inclusiva No Semi-Árido Baiano								
Cooperativas Populares: Rumo ao Mercado								
Estabilização da Agricultura Familiar								

5.2. Relação dos projetos com a estratégia da Comissão

Os projetos monitorados são uma amostra representativa também do ponto de vista da sua distribuição pelos eixos estratégicos da cooperação UE-Brasil, quer da estratégia 2002-2006 quer da estratégia atual 2007-2013.

Dos projetos bilaterais:

- Um corresponde ao eixo de reforma econômica da estratégia 2002-2006, (“*Apoio à inserção internacional das PME Brasileiras*”)
- Um ao eixo de desenvolvimento social da mesma estratégia 2002-2006 (“*Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza*”) e
- Um corresponde ao eixo de fortalecimento das relações bilaterais da atual estratégia 2007-2013 (“*Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil*”).

Os 19 projetos monitorados correspondem às estratégias 2002-2006:

- 1 na área de Reforma Econômica
- 8 na área de Desenvolvimento Social
- 8 em Meio Ambiente e à estratégia 2007-2013:

- 1 em Diálogos Bilaterais

- 1 em Meio Ambiente

Dos projetos de linhas orçamentais, os de ENV claramente se inserem no eixo de meio ambiente da estratégia para 2002-2006 (*“Florelas: conexões ecológicas e sociais nas florestas brasileiras”* e *“Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu”*); o projeto da linha orçamental DCI-ENV, *“Promovendo a inclusão socio-ambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira”* claramente se insere no eixo de promoção da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável da estratégia 2007-2013. Dos projetos de ONG, 7 correspondem ao eixo de desenvolvimento social da estratégia para 2002-2006 e 5 a meio ambiente-desenvolvimento rural da mesma estratégia. Devem destacar-se também os diferentes âmbitos de atuação dos projetos dentro destes eixos, como indicado pelos correspondentes códigos CAD (ver relatórios em Anexo). Algumas das categorias representadas na amostra são as seguintes: reforço da sociedade civil, serviços sociais, administração do Governo, política e administração florestal, política e administração ambiental. Pela primeira vez foram monitorados no Brasil projetos financiados com o novo instrumento de cooperação DCI: um total de 7 projetos, 1 de DCI-ALA, 1 de DCI-ENV e 5 de DCI-NSAPVD.

Pela primeira vez foram monitorados no Brasil projetos financiados com o novo instrumento de cooperação DCI: em total 7 projetos.

5.3. Equipe de monitoramento

A equipe de monitoramento era formada por 10 pessoas, das quais 6 são Especialistas Sênior (uma das quais Regional), 3 Médios, e 1 Júnior. A lista dos membros da equipe é a seguinte:

- Javier Calzado Especialista Sênior, Chefe de Missão,
- Nathalie Frere Especialista Sênior Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural
- Grazia Faieta Especialista Sênior Desenvolvimento Social e Rural
- Vincent Brackelaire Especialista Sênior Florestas e Meio Ambiente
- Francisco Gamarro Especialista Sênior Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural
- Ângela Tonini Especialista Regional Sênior, Desenvolvimento Social
- Susana Fuertes Especialista Médio Desenvolvimento Social e Rural
- Aniceto do Rosario Especialista Médio Desenvolvimento Social e Rural
- Aldo Magoga Especialista Médio Desenvolvimento Social
- Ângela Garcia Especialista Júnior

A equipe de monitoramento foi formada por 10 especialistas que desenvolveram o seu trabalho do dia 1 até ao dia 15 de Março de 2010.

5.4. Organização da missão

A missão decorreu do 1 a 15 de Março de 2010. O briefing geral com a Delegação da Comissão teve lugar no dia 1. Os monitores puderam monitorar todos os projetos previstos, encontrar os principais parceiros de cada projeto e se deslocar aos lugares de implementação das atividades. O debriefing teve lugar no dia 15. Tanto durante a preparação como no decurso da missão, a Delegação da Comissão no Brasil deu um apoio excelente à equipe. A participação e interesse do pessoal da Delegação no monitoramento externo contribuíram significativamente para a qualidade do monitoramento.

6. Resultados gerais da missão

6.1. Valorações gerais

O ROM analisa a qualidade dos projetos no momento em que são visitados com base nos seguintes cinco critérios:

- **Pertinência e Qualidade do Desenho** (QD): a adequação dos objetivos do projeto relativamente aos problemas reais, às necessidades e prioridades dos grupos alvo e a qualidade do desenho através do qual têm que ser atingidos os objetivos.
- **Eficiência** (EA): a obtenção de resultados (no sentido de produtos⁶) a partir dos meios e “inputs” utilizados e das atividades desenvolvidas pelo projeto.
- **Eficácia** (EE): a contribuição dos resultados do projeto (no sentido de efeitos diretos) para o alcance do objetivo específico.
- **Impacto** (IM): relativamente à implementação atual, a contribuição provável do projeto para a realização do objetivo geral.
- **Sustentabilidade** (SS): a probabilidade de continuidade dos benefícios criados pelo projeto, uma vez que a ajuda externa tenha terminado.

Os resultados gerais das 95 valorações dos 19 projetos monitorados são os seguintes:

- A grande maioria das valorações (78,95%) é satisfatória, ou seja, correspondente a “b”. Estas valorações representam uma melhoria de cerca de 9% em relação ao ROM anterior (2009). Para as 90 valorações de projetos em execução, esta percentagem é ainda maior (81,11%).
- 15,79% das valorações são qualificadas com “c”, , ou seja, projetos com problemas. Isto corresponde a quase 8% menos que no monitoramento anterior. Isto acontece principalmente em relação aos critérios de Eficiência, Eficácia e em menor medida Qualidade do Desenho e Pertinência.
- 5 valorações são excelentes, “a”, em comparação com uma só do ROM anterior. Estas valorações referem-se à Eficiência dos projetos “*Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu*” e “*Mulheres organizadas gerando novas condições de vida – Brasil*”, assim como ao Impacto dos projetos “*Redução da Pobreza Urbana: Acesso a políticas públicas e à habitação na cidade de São Paulo*”, “*Redução de Pobreza de Áreas Carentes Urbanas do Município de Olinda*” e de novo o projeto “*Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu*.”
- Nenhum projeto é valorado em nenhum critério como tendo sérias deficiências, ou seja com “d”.

Na tabela 4 apresentam-se as valorações dos 19 projetos monitorados.

A grande maioria (78,95%) das 95 valorações dos projetos monitorados (5 valorações por projeto) é satisfatória. Os restantes projetos foram qualificados “com problemas”, com exceção de 5 excelentes, e nenhum projeto teve sérias deficiências.

⁶ Produtos no sentido de bens e/ou serviços produzidos/entregues pela intervenção.

Tabela 4. Valorações dos critérios de qualidade dos projetos monitorados

Título projeto		Valorações ⁷				
		QD	EE	EA	IM	SS
ALA/DCI-ALA	1.- Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras	b	c	b	b	b
	2.- Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza	b	c	c	b	b
	3.- Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil	b	b	c	c	b
	4.- Desenvolvimento integrado na política urbana nacional: um direito dos municípios periurbanos da Amazônia Oriental e do Nordeste brasileiro.	b	b	b	b	b
	5.- Ação Integrada de Desenvolvimento. Nordeste	b	b	b	b	b
	6.- Construindo uma sociedade inclusiva no semi-árido baiano	b	b	b	b	b
ONG-PVD/DCI-NSAPVD	7.- Mulheres organizadas gerando novas condições de vida - Brasil	b	a	b	b	b
	8.- Formação de jovens em empreendedorismo e gestão de negócio e financiamento de empreendimentos	b	b	b	b	b
	9.- Canaçari – Preservação ambiental, desenvolvimento de atividades produtivas e turismo sustentável nas comunidades tradicionais do Médio Rio Amazonas, BRASIL.	b	b	c	b	b
	10.- Redução da Pobreza Urbana: Acesso a políticas públicas e à habitação na cidade de São Paulo para mulheres e jovens moradores de favelas e bairros pobres.	b	b	b	a	b
	11.- Melhora das condições de vida de agricultores do Sertão de São Francisco através da promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável	b	b	b	b	b
	12.- Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil	c	c	b	b	b
	13.- Projeto de Redução de Pobreza de Áreas Carentes Urbanas do Município de Olinda	b	b	b	a	b
	14.- “Segurança alimentar, renda e inclusão social de famílias agricultoras pobres de duas micro-regiões no semi-árido brasileiro	b	b	b	b	b
	15.- Cooperativas Populares: Rumo ao Mercado	b	b	b	b	b
ENV/DCI-ENV	16.- Florelas: conexões ecológicas e sociais nas florestas brasileiras.	c	c	c	b	b
	17.- Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu	b	a	b	a	b
	18.- Promovendo a inclusão socioambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira por meio da gestão territorial e adoção de práticas de manejo sustentável dos recursos florestais	b	b	b	b	b
	19.- Estabilização da Agricultura Familiar em Frentes Pioneiras do Sul Do Pará (Amazônia Oriental)	c	b	c	b	c

Na procura duma análise centrada na qualidade, a chamada “*Performance Analysis*” ou, em português, “Análise do Desempenho”⁸, indica que, dos 19 projetos monitorados, 17 pertencem

⁷ QD: Pertinência e Qualidade do Desenho; EE: Eficiência; EA: Eficácia; IM: Impacto; SS: Sustentabilidade

⁸ Na “Análise do Desempenho”, os projetos são classificados atendendo a suas valorações do seguinte jeito:

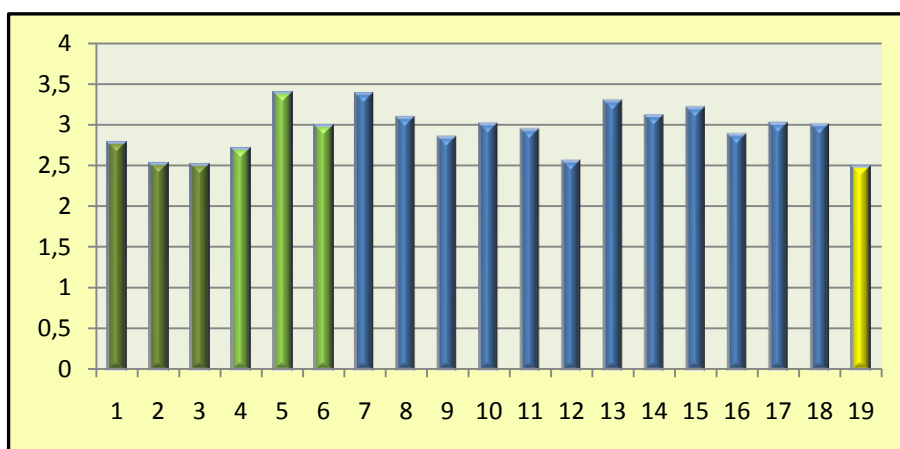
Categoria	Valoração	Definição
I	Muito bom desempenho	Pelo menos três "a", nenhum "c", nenhum "d"
II	Bom desempenho	Máximo dois "c", nenhum "d"
III	Desempenho com problemas	Pelo menos três "c", nenhum "d"
IV	Mau desempenho, dificuldades importantes	Pelo menos um "d"

à Categoria II (Bom Desempenho); dois (2) projetos pertencem à Categoria III (Desempenho com problemas): o projeto da linha ENV, *"Flores: conexões ecológicas e sociais nas florestas brasileiras"* e o projeto ex-post, da linha ONG-PVD, *"Estabilização da Agricultura Familiar em Frentes Pioneiras do Sul Do Pará (Amazônia Oriental)"*. As razões das baixas avaliações destes dois projetos apresentam-se nas seções de análise por critério. Nenhum projeto foi classificado na Categoria I (Muito bom desempenho) nem na Categoria IV (Mau desempenho, dificuldades importantes).

Traduzidas estas avaliações a pontuações gerais por projeto, pode ver-se (gráfico 8 a seguir) que praticamente todos os projetos (94%) têm uma avaliação geral acima do limite de 2,50, estabelecido como o limite inferior da boa qualidade segundo o ROM; frente aos 84% da edição de ROM anterior; o que indica um desempenho muito satisfatório e uma importante melhoria no desempenho dos projetos. As únicas exceções, com pontuações abaixo do limite de 2,50, são os projetos *"Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil"*, que em qualquer caso tem uma avaliação boa (2,48) e o projeto ex-post *"Estabilização da Agricultura Familiar em Frentes Pioneiras do Sul Do Pará (Amazônia Oriental)"*, com uma avaliação de 2,47. Há um total de seis (6) projetos que apresentam particularmente um desempenho global melhor (acima de 3,00 pontos); nenhum deles pertence às linhas de cooperação bilateral:

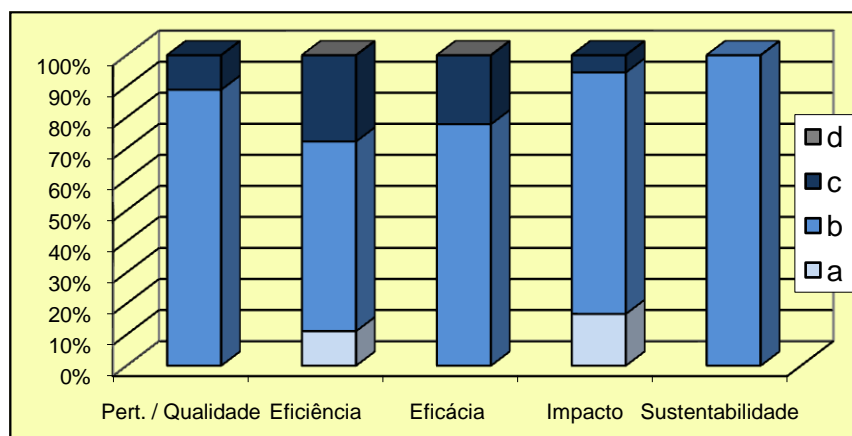
- O projeto ENV *"Governança das florestas compartilhada na região do Rio Xingu"* (3,38), que é o projeto melhor avaliado de toda a amostra.
- Os projetos ONG, *"Mulheres organizadas gerando novas condições de vida – Brasil"* (3,36), *"Formação de jovens em empreendedorismo e gestão de negócio e financiamento de empreendimentos"* (3,07), *"Redução de Pobreza de Áreas Carentes Urbanas do Município de Olinda"* (3,27), *"Segurança alimentar, renda e inclusão social de famílias agricultoras pobres de duas micro-regiões no semi-árido brasileiro"* (3,09), e *"Desenvolvimento integrado na política urbana nacional: um direito dos municípios periurbanos da Amazônia Oriental e do Nordeste brasileiro"* (3,19).

No gráfico seguinte os projetos estão divididos por linha orçamental: os bilaterais (reunindo as linhas ALA e DCI-ALA) em verde escuro, os de ENV (reunindo ENV e DCI-ENV) em verde claro, os de ONGs (reunindo ONG-PVD e DCI-NSAPVD) em azul e o ex-post em amarelo. No gráfico pode-se ver o bom desempenho geral do portfólio de projetos em execução e particularmente o dos projetos das linhas ENV e dos projetos ONG. O gráfico ilustra esta análise (os números no eixo das ordenadas correspondem à média das avaliações dos projetos segundo a tabela 4 e as cores são as acima referidas em função da linha orçamental).

Gráfico 8. Valorações gerais por projeto

Segundo a Análise do Desempenho, dos 19 projetos monitorados, 17 são considerados pertencentes à Categoria II (Bom Desempenho); dois (2) projetos são considerados Categoria III (Desempenho com problemas). Nenhum projeto foi classificado como Categoria I (Muito bom desempenho) nem como Categoria IV (Mau desempenho, dificuldades importantes).

A percentagem de distribuição das valorações por cada critério dos projetos em execução, representada no gráfico seguinte, aponta a já assinalada preponderância das boas valorações. No critério de Pertinência e Qualidade do Desenho apenas 2 valorações apresentam problemas, “c”; o resto dos projetos são valorados com “b”. No caso da Eficiência encontramos uma maior proporção de valorações “c”, 5 projetos dos 18 apresentam problemas, mas este critério apresenta igualmente alguns casos (2) de pontuações com excelente desempenho, “a”. Nos casos da Eficácia e do Impacto os resultados são satisfatórios, com uma grande maioria de pontuações “b”; no caso da sustentabilidade, os 18 projetos em execução obtiveram uma valoração “b”.

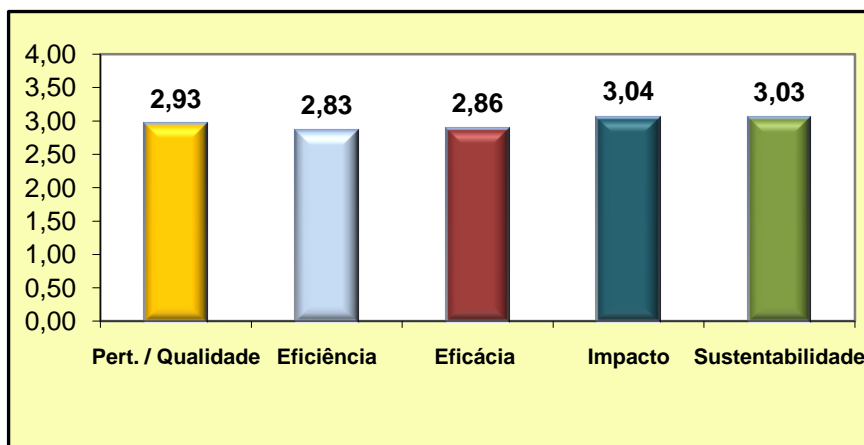
Gráfico 9. Distribuição das valorações por cada critério

O desempenho geral por critério foi muito satisfatório. Todos os critérios obtiveram pontuações numéricas médias bem acima do limite de 2,5. O critério melhor valorado foi o Impacto.

O desempenho geral por critério (gráfico 10, a seguir) foi muito satisfatório. Todos os critérios obtiveram pontuações medias numéricas bem acima do limite de 2,5. O critério melhor valorado pelos peritos foi o Impacto (3,04) seguido de perto pela Sustentabilidade (3,03); o

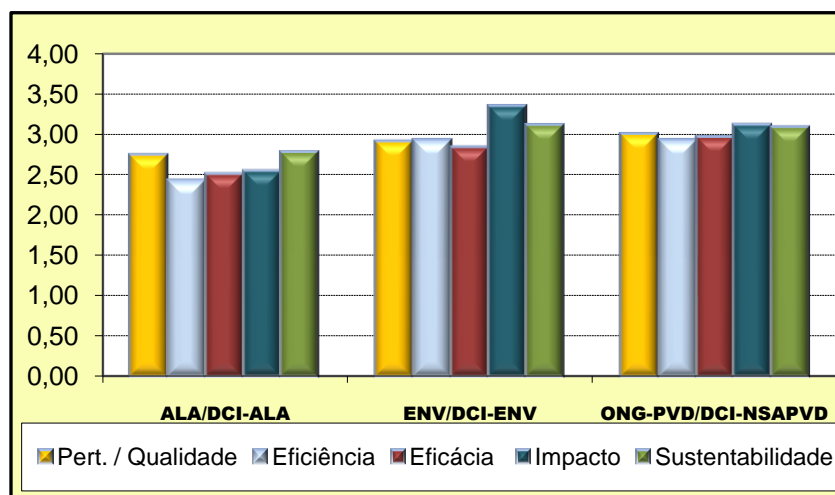
critério com valoração mais baixa é a Eficiência (2,83), que mesmo assim foi valorada quase 13,2% melhor que no monitoramento anterior (2,50).

Gráfico 10. Valores missão 2010 por cada critério ROM



Em relação às linhas orçamentais, representadas nos gráficos seguintes, os projetos da linha de ONG são comparativamente os que apresentam um melhor e mais homogêneo desempenho, com valorações boas em todos os critérios, Pertinência e Qualidade do Desenho (2,99), Eficiência (2,92), Eficácia (2,96), Impacto (3,10) seu critério mais alto, e Sustentabilidade (3,08). No outro extremo estão os projetos bilaterais (ALA/DCI-ALA) que são os que apresentam um pior desempenho dos três grupos, com valorações mais fracas especialmente nos critérios de Eficiência (2,42) e Eficácia (2,50) e em menor medida em Impacto (2,53). Nos projetos de ENV/DCI-ENV a Eficácia (2,83) é o critério menos valorizado, o que indica o alto desempenho geral destes projetos, e destaca-se especialmente o Impacto obtido (3,33), a maior de todas as valorações do exercício ROM 2010. As causas das diferenças entre linhas orçamentais nestes resultados são explicadas nas seções seguintes, em que se trata especificamente de cada critério.

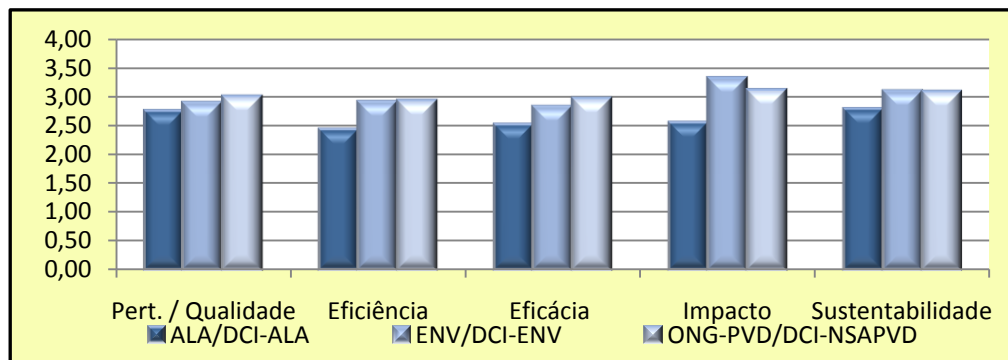
Gráfico 11. Comparação das valorações dos critérios ROM por cada linha



Os projetos ONG são os que têm melhor Pertinência, Eficiência e Eficácia e os projetos ENV os que têm melhor Impacto e Sustentabilidade. Os projetos bilaterais têm valorações mais baixas em todos os critérios

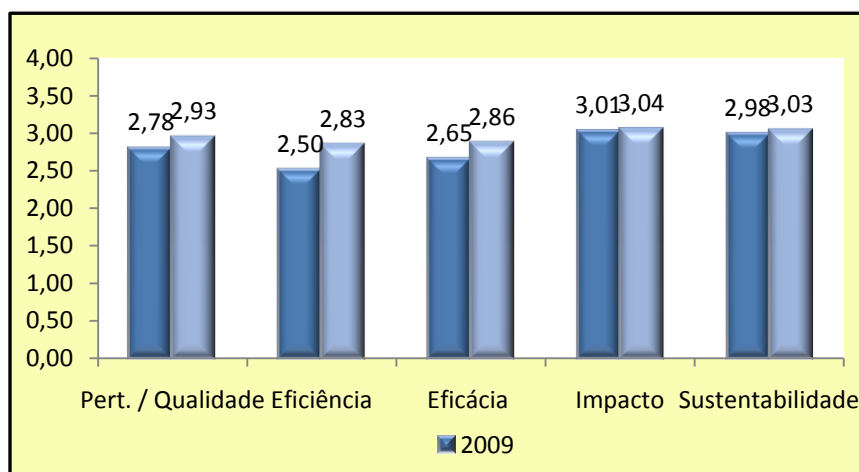
Em resumo, os projetos ONG são os que têm melhor Pertinência, Eficiência e Eficácia e os projetos ENV os que têm melhor Impacto e Sustentabilidade. Os projetos bilaterais são valorados mais baixos em todos os critérios, como se observa no seguinte gráfico.

Gráfico 12. Comparação das valorações das linhas por cada critério ROM



As valorações gerais de 2010 são significativamente melhores que as de 2009 para os cinco critérios, confirmando uma tendência iniciada de recuperação firme da boa execução dos projetos desde 2009, tal como se pode ver na comparação apresentada no gráfico seguinte. A valoração global geral avançou de 2,78 em 2009 até uma valoração de 2,93 em 2010, ou seja, mais 5,43%. Por critério, o que mais melhorou foi o de Eficiência (2,83), com 13,3% de avanço, seguido da Eficácia (2,86) com 8,1% de avanço. O Impacto (3,04) e a Sustentabilidade (3,03) avançaram mais modestamente, com melhoras de 1% e 1,7% respectivamente.

Gráfico 13. Resultados gerais por critério, comparação ROM 2009 – ROM 2010



Re-monitoramento

Dos 18 projetos em execução (excluindo o ex-post), 10 já foram monitorados anteriormente. As variações das valorações relativamente ao monitoramento de 2009 apresentam-se na seguinte tabela. Em branco são mostradas as valorações que não mudaram, em verde as valorações que melhoraram e em vermelho aquelas que pioraram.

Os níveis de desempenho da Eficiência e a Eficácia são ainda baixos nos projetos bilaterais

Os resultados globais em 2010 melhoraram muito em relação a 2009 e são satisfatórios em todos os critérios

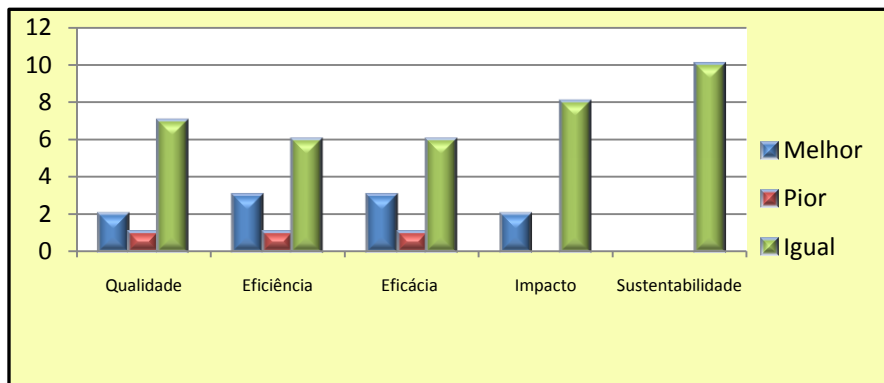
A maior parte das valorações dos 10 projetos re-monitorados (72%) não mudaram; 22% melhoraram (principalmente em Eficiência e Eficácia) e 6% pioraram (1 em Pertinência, 1 em Eficiência e 1 em Eficácia)

Titulo do projeto	P	E	Ef	Im	Sus
Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras	b	c	b	b	b
Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza	b	c	c	b	b
Florelos: conexões ecológicas e sociais nas florestas brasileiras.	c	c	c	b	b
Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu	b	a	b	a	b
Mulheres organizadas gerando novas condições de vida – Brasil	b	a	b	b	b
Canaçari – Preservação ambiental, desenvolvimento de atividades produtivas e turismo	b	b	c	b	b
Redução da Pobreza Urbana: Acesso a políticas públicas e à habitação na cidade de São Paulo	b	b	b	a	b
Melhora das condições de vida de agricultores do Sertão de São Francisco	b	b	b	b	b
Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil	c	c	b	b	b
Segurança alimentar, renda e inclusão social de famílias agricultoras pobres no semi-árido	b	b	b	b	b

Segundo a “Análise do Desempenho” (*Performance Analysis*), dos 10 projetos re-monitorados, 2 ascenderam da Categoria III (Desempenho com problemas) à Categoria II (Bom Desempenho): os projetos *“Melhora das condições de vida de agricultores do Sertão de São Francisco”* e *“Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza”*; o resto não mudou de Categoria, se mantendo todos os projetos na Categoria II (Bom Desempenho).

Das 50 valorações totais dos critérios, a maioria (37) permaneceu igual; houve uma valoração pior por cada um dos critérios de Pertinência, Eficiência, Eficácia; e houve 10 valorações que melhoraram, das quais 2 em Pertinência, 3 em Eficiência, 3 em Eficácia, e 2 em Impacto. Em geral o balanço pode ser considerado como positivo.

Gráfico 14. Evolução das valorações dos projetos re-monitorados, por critério



Mesmo se a maior parte das valorações dos projetos re-monitorados não mudou, é interessante destacar o efeito positivo do ROM nos projetos em curso re-monitorados.

- Uns 70% dos projetos re-monitorados foram considerados pelos monitores como tendo melhorado em consequência da aplicação das recomendações do

monitoramento anterior. Destaca-se dentro deste grupo o projeto ONG *"Melhora das condições de vida de agricultores do Sertão de São Francisco, um modelo de desenvolvimento sustentável"*, que melhorou o QL incluindo os IOV, os quais ficaram mais quantitativos e específicos. Esta mudança no QL aparentemente permitiu um melhor desempenho nos critérios de Eficiência e Eficácia, os quais subiram suas valorações.

- Em 20% não houve mudanças nos projetos, pelo fato de as recomendações não terem sido consideradas pertinentes ou não terem sido aplicadas.

Por linhas orçamentais, tem que se destacar também que houve melhorias nos dois projetos bilaterais re-monitorados, nos dois projetos ambientais e em três de ONG.

Analisa-se em seguida os resultados por critério dos 18 projetos em curso monitorados e do projeto ex-post, que é tratado separadamente.

6.2. Pertinência e Qualidade do Desenho

Do ponto de vista deste critério, os projetos são analisados em função de quatro sub-critérios:

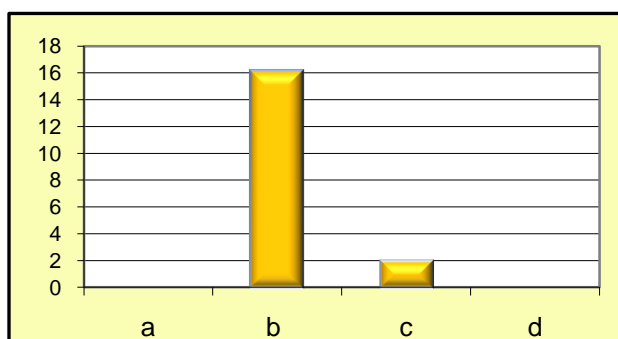
- A pertinência, em termos de adequação do projeto ao contexto do país, à estratégia da UE e às necessidades e prioridades dos grupos alvo.
- Validade da lógica de intervenção como definida no Quadro Lógico (QL) e qualidade desta ferramenta de gestão.
- Apoio e envolvimento das partes implicadas no desenho do projeto.
- Consideração dos aspectos transversais de meio ambiente, gênero, direitos humanos e boa governança.

A valoração geral deste critério, no ROM 2010, dos projetos em curso é boa, com uma pontuação numérica média de (2.93), considerada bastante alta.

Dos 18 projetos em curso:

- Nenhum projeto foi considerado excelente, "a", neste critério.
- A grande maioria (16) foi valorada como satisfatória, "b" (3 de ALA/DCI-ALA; 2 de ENV/DCI-ENV e 11 de ONG-PVD/DCI-NSAPVD).
- 2 projetos foram valorados como tendo problemas, "c" (1 de ENV e 1 de ONG-PVD).
- Nenhum projeto foi valorado como tendo sérias deficiências, "d".

Gráfico 15. Resultados Pertinência e Qualidade do Desenho



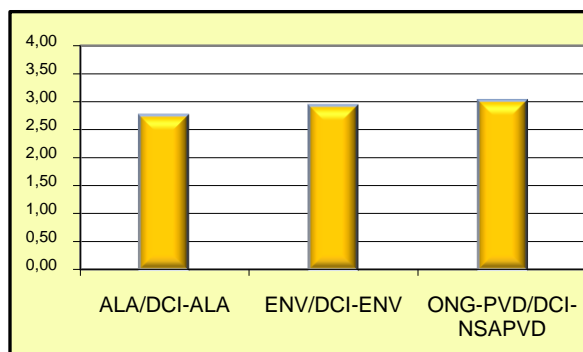
A valoração geral da Pertinência e Qualidade do Desenho é alta (2.93). Dos 18 projetos em curso 16 foram valorados como satisfatórios e 2 com problemas.

Os projetos com melhor Pertinência e Qualidade do Desenho são o projeto *"Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu"*, o projeto *"Mulheres organizadas gerando novas condições de vida – Brasil"* e o projeto *"Formação de jovens em empreendedorismo e gestão de negócio e financiamento de empreendimentos"*, cada um dos quais obteve uma pontuação de 3,33 neste critério.

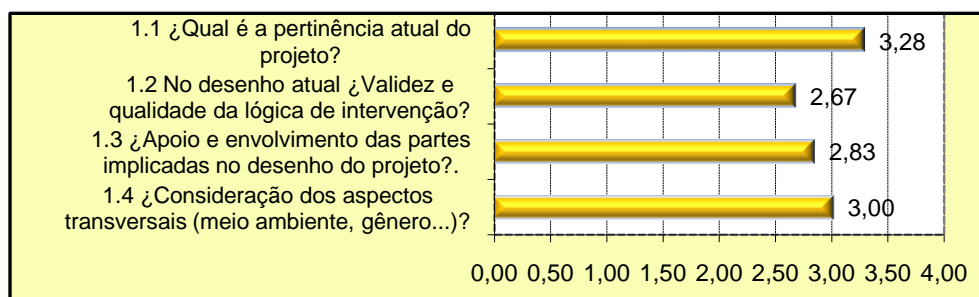
Os projetos com menor pontuação no critério de Pertinência e Qualidade do Desenho foram os projetos *"Florelos: conexões ecológicas e sociais nas florestas brasileiras"* e o projeto *"Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil"*; ambos estes projetos obtiveram uma pontuação de 2,50.

Não há uma diferença substancial nos resultados gerais por linha orçamental dos projetos em curso em relação à Pertinência e Qualidade do Desenho. Tal como se pode ver no gráfico a seguir, os projetos de ONG-PVD/DCI-NSAPVD são melhor valorados neste critério (considerados mais pertinentes e com melhor qualidade em seus desenhos), com uma pontuação de 2,99, seguidos dos projetos ENV-DCI-ENV com uma pontuação de 2,90. As linhas bilaterais ALA/DCI-ALA são as que obtêm pior valoração com 2,73, mas mesmo assim acima de 2,50.

Gráfico 16. Valores da Pertinência e Qualidade do Desenho por linha



A Pertinência dos projetos monitorados, entendida em termos de adequação do projeto ao contexto do país, à estratégia da Comissão e às necessidades e prioridades dos grupos alvo foi muito bem valorada pelos peritos (3,28), assim como a consideração dos aspectos transversais de meio ambiente, gênero, direitos humanos e boa governança nos projetos, que obtém uma pontuação de 3,00; em menor medida se valorou o apoio e envolvimento das partes implicadas no desenho dos projetos (2,83) e o pior, ainda que bom, foi a validade da lógica de intervenção tal como é definida nos quadros lógicos dos projetos e sua qualidade como ferramenta de gestão (2,67). Ver gráfico a seguir.

Gráfico 17. Valores dos sub-critérios da Pertinência e Qualidade do Desenho

Há uma elevada pertinência e coerência dos projetos bilaterais, linhas ALA e DCI-ALA, com as políticas nacionais e com as estratégias UE-Brasil, quer com a estratégia CSP 2002-2006, quer com a estratégia atual CSP 2007-2013. No caso do projeto *"Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza"*, o Governo Federal assumiu o compromisso de fortalecer os municípios e aumentar a sua capacidade de implementação das políticas públicas; assim, o Governo tem grandes expectativas para o projeto, uma vez que é considerado como um projeto piloto, cujos resultados positivos poderiam estender-se ao resto do país. Por sua parte, os 3 projetos ambientais monitorados, ENV/DCI-ENV, também são individualmente pertinentes para os objetivos da UE, para as políticas e programas ambientais do governo, e para as necessidades das populações beneficiárias na Amazônia e no Cerrado; no entanto, falta uma maior articulação com os projetos de outras linhas orçamentais, como os projetos ONG, que também trabalham a temática ambiental. Destaca-se pela sua Pertinência o projeto *"Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu"*, muito pertinente em relação aos objetivos da UE relativos ao meio ambiente, às florestas e à governança socioambiental (sendo a região do Xingu prioritária para a cooperação da UE, com dois projetos bilaterais em fase de identificação/formulação, na Terra do Meio e no Município de São Félix do Xingu). No caso dos projetos via subvenção a ONGs, se observa um efeito interessante em diversos relatórios de monitoramento: vários destes projetos, além de serem coerentes com as políticas públicas, estão atuando como agentes de implementação das próprias políticas ao nível local; estão mesmo abrindo espaços de diálogo entre poder público e sociedade civil, os quais não estariam disponíveis na ausência dos projetos, como no caso do projeto *"Redução da Pobreza Urbana: Acesso a políticas públicas e à habitação na cidade de São Paulo"*.

Os projetos de ONG refletem em geral muito bem as prioridades dos grupos alvo, os quais habitualmente participam nos processos de identificação e desenho. Destacam-se pela sua pertinência e adequação às necessidades dos grupos alvo os projetos *"Redução de Pobreza de Áreas Carentes Urbanas do Município de Olinda"* e *"Segurança alimentar, renda e inclusão social de famílias agricultoras pobres de duas micro-regiões no semi-árido brasileiro"*.

Embora os projetos bilaterais apresentem em geral um desenho melhor, como o projeto *"Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras"*, o qual tem um QL de boa qualidade que contempla ações a três níveis: Macro (do ambiente institucional e regulatório), Meso (das instituições que promovem a exportação e apoiam as PMEs) e Micro (das próprias PMEs). Esta estruturação facilita a realização dos objetivos programáticos. Há também fraquezas em alguns projetos; entre as mais comuns inclui-se a falta de indicadores mensuráveis; além

Há uma elevada coerência dos projetos bilaterais com as políticas nacionais e com as estratégias UE-Brasil

Os projetos de ONG refletem muito bem as prioridades dos grupos alvo, mas apresentam as maiores fraquezas nos desenhos

disso é necessária uma maior integração das lógicas de intervenção e uma maior incorporação dos temas transversais.

No caso dos projetos ENV a qualidade da estratégia de intervenção, tal como se reflete nos quadros lógicos, é boa; ainda assim precisam sempre de certa re-adequação à realidade dos processos para se tornarem em instrumentos válidos de gestão. Destaca-se pela qualidade de seu QL o projeto *"Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu"*.

Os projetos de ONG são os que têm quadros lógicos de pior qualidade, especialmente na lógica horizontal, que define o monitoramento baseado em indicadores de cumprimento dos resultados e objetivos, sendo a estratégia de intervenção do projeto, refletida na lógica vertical, adequada para enfrentar os problemas que os projetos pretendem resolver ou mitigar. Deve notar-se, porém, que a disponibilidade dos projetos para mudar os seus quadros lógicos é alta, uma vez superadas as reticências e "medos" a contrariar normas de procedimento. Os projetos de ONG, em particular, tornam mais flexível a execução quando há possibilidade de revisar o QL. As fraquezas mais comuns são as seguintes: (1) Objetivos demasiado ambiciosos para o período de execução dos projetos; (2) Tendência a enumerar demasiadas atividades e a desenhar QL complexos; (3) Falta de definição de indicadores específicos, mensuráveis, aplicáveis e pertinentes, (4) Falta de análise aprofundada de riscos e hipóteses do projeto, (5) Falta de atenção prestada à sustentabilidade posterior e, portanto, falta de definição de estratégias de saída; e (6) Falta de revisão e eventual adaptação da lógica no decurso do projeto.

A missão e os papéis dos diferentes atores nem sempre são claros, especialmente nos projetos ENV/DCI-ENV, e em menor medida nos projetos ONG, nos quais é necessária uma maior definição das responsabilidades dos diferentes parceiros nos contratos de subvenção.

Com a exceção dos projetos bilaterais, as questões transversais estão em geral bem integradas nos desenhos dos projetos, especialmente no caso dos projetos de ONGs.

6.3. Eficiência

Do ponto de vista deste critério, os projetos são analisados através de quatro sub-critérios:

- Gestão da disponibilidade e do uso de meios (financeiros, humanos e materiais) e "inputs".
- Gestão da execução das atividades, uso de ferramentas de gestão (QL, cronograma) e correspondência entre a implementação e o definido nestas ferramentas.
- Obtenção dos produtos previstos no tempo esperado, sua qualidade e probabilidade da sua contribuição para os resultados definidos.
- Contribuição e envolvimento dos parceiros na implementação, estruturas de coordenação do projeto e comunicação com a Delegação da UE.

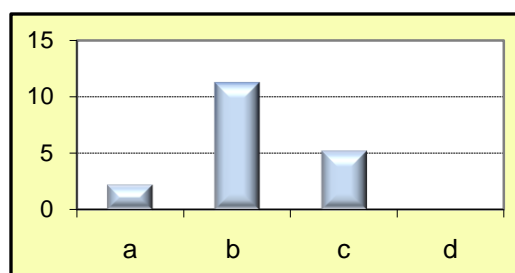
A valoração geral deste critério no ROM 2010 dos projetos em curso é boa, com uma pontuação numérica média de 2,83, considerada alta. Este critério é o que melhor evoluiu desde 2009, com um aumento de 13,3%, que indica um importante progresso em relação ao monitoramento anterior; isto se deveu fundamentalmente à melhoria da Eficiência dos projetos bilaterais.

A valoração da Eficiência é satisfatória (2,83)
Dos 18 projetos em curso, 2 foram valorados como excelentes, 11 como satisfatórios e 5 com problemas

Dos 18 projetos em curso:

- 2 projetos foram valorados como excelentes, “a”, neste critério (1 de ENV e 1 de ONG-PVD).
- A maioria (11) foi valorada como satisfatória, “b” (1 de DCI-ALA; 1 de DCI-ENV e 9 de ONG-PVD/DCI-NSAPVD).
- 5 projetos tinham problemas, “c” (2 de ALA, 1 de ENV e 2 de ONG-PVD).
- Nenhum projeto foi valorado como tendo sérias deficiências, “d”.

Gráfico 18. Resultados critério Eficiência

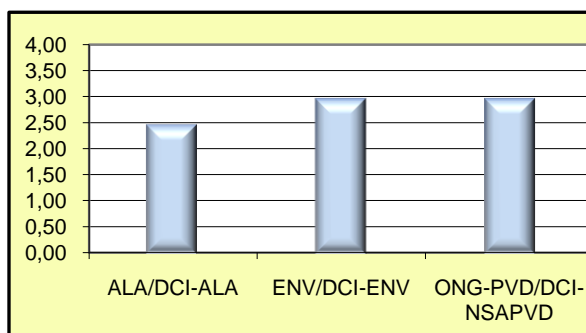


O projeto mais Eficiente é o projeto *"Mulheres organizadas gerando novas condições de vida - Brasil"* que obteve uma pontuação de 4 neste critério.

O projeto com pior pontuação no critério de Eficiência foi o projeto *"Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil"* que obteve uma pontuação de 2,00, muito abaixo do limite da execução de boa qualidade.

Há distinções que merecem ser salientadas em relação aos resultados da Eficiência por linha orçamental dos projetos em curso. Tal como pode ver-se no gráfico a seguir, os projetos de ONG-PVD/DCI-NSAPVD e ENV/DCI-ENV são valorados melhor neste critério (ou seja, são considerados mais eficientes); os dois projetos têm um valor médio de 2,92. As linhas bilaterais ALA/DCI-ALA são as que obtêm pior valoração com 2,42, por baixo do limite de 2,50.

Gráfico 19. Valores da Eficiência por linha

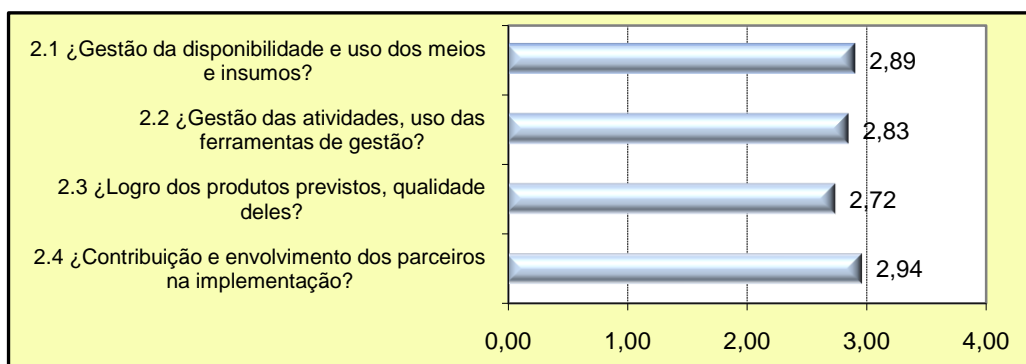


Os projetos bilaterais são menos eficientes que os ambientais ou de ONGs

A contribuição e o envolvimento dos parceiros na implementação, as estruturas de coordenação dos projetos e a comunicação com a Delegação da UE foram bem valoradas pelos peritos (2,94); o mesmo sucede com a gestão da disponibilidade e do uso de meios (financeiros, humanos e materiais) e de “inputs” nos projetos, que têm uma pontuação de

2,89; também foi em linhas gerais bem sucedida a gestão da execução das atividades, o uso de ferramentas de gestão, como o QL e o cronograma, e a correspondência entre a implementação e o definido nestas ferramentas (2,83); os peritos consideraram que a obtenção dos produtos previstos no tempo esperado, a qualidade desses produtos e a probabilidade de que contribuam para os resultados definidos tiveram um nível adequado (2,72). Ver gráfico a seguir.

Gráfico 20. Valores para os sub-critérios da Eficiência



A Eficiência dos projetos bilaterais, linhas ALA/DCI-ALA, em termos de gestão da disponibilidade e do uso de meios financeiros é baixa; na realidade, é a mais baixa de entre todas as linhas orçamentais. Os projetos sofrem atrasos importantes no seu início, os quais afetam notavelmente sua execução. A aplicação da regra N+3 impede geralmente contratar os fundos previstos tendo em conta os atrasos que sofrem estes projetos. O projeto *"Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras"*, atrasou-se quase dois anos ao princípio; mesmo assim, a regra N+3 aplicou-se e varias atividades importantes não foram completadas.

A gestão vê-se dificultada pela necessária harmonização dos diferentes procedimentos existentes, principalmente os do Governo Federal e da UE. Às vezes os choques das regulações e procedimentos administrativos travam os projetos e congestionam-nos burocrática e mesmo juridicamente, afetando, no caso do projeto *"Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras"*, principalmente ações de capacitação. A exceção em matéria de Eficiência dos projetos bilaterais é o projeto *"Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil"*, especialmente ao nível do desempenho financeiro; neste projeto a disponibilização de recursos financeiros é feita adequadamente.

Atrasos nos desembolsos financeiros têm ocasionado dificuldades em alguns projetos ENV. É necessário salientar a desafortunada realidade do projeto *"Florelos: conexões ecológicas e sociais nas florestas brasileiras"*, o pior projeto ENV em termos de Eficiência. Embora os problemas financeiros tenham sido resolvidos graças ao desembolso da segunda parcela, e que o projeto tenha retomado o conjunto da suas atividades com dinamismo, entregando produtos de alta qualidade, mesmo assim houve consequências: um atraso importante na execução das atividades com respeito ao cronograma geral e, ainda pior, uma desapareição da maioria dos parceiros. Projetos como este, em regiões amazônicas distantes, implicam enfrentar condições de trabalho muito difíceis que podem travar o ritmo de trabalho e a obtenção de produtos e resultados se os meios não acompanham, tal como aconteceu no projeto *"Promovendo a inclusão socioambiental das populações em zonas de ocupação da"*

A gestão vê-se dificultada pela necessária harmonização dos procedimentos existentes, principalmente os do Governo Federal e da UE

Amazônia brasileira". O fato de as ONGs Brasileiras poderem contar com ONGs Europeias facilitou em alguns casos a resolução de problemas de tesouraria.

Em geral, em todas as linhas orçamentais da carteira de projetos monitorada, os recursos são administrados de forma responsável e eficiente pelas unidades de gestão dos projetos, as quais realizam um seguimento adequado dos contratos e atividades.

A utilização dos QL é muito irregular. Os projetos das linhas bilaterais ALA/DCI-ALA, utilizam o QL como ferramenta de gestão de forma limitada, tratando as premissas e lógica do mesmo às vezes mais como uma relação de atividades do que como uma seqüência estratégica ao serviço do alcance dos objetivos estratégicos do projeto, como é o caso do projeto *"Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil"*. Os projetos da linha ENV/DCI-ENV incluem projetos com um excelente uso do QL, como o projeto *"Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu"*. Os projetos da linha ONG-PVD/DCI-NSAPVD apresentam também um uso muito variável dos QL; em geral, só são utilizados na descrição e lógica vertical como listado de atividades, sem atender à sua dimensão horizontal de ferramentas para o seguimento dos projetos; uma exceção é o excelente uso do quadro lógico do projeto de ONG, *"Mulheres organizadas gerando novas condições de vida - Brasil"*.

Os Sistemas de Monitoramento Interno (SMI) de gestão da execução das atividades dos projetos bilaterais são de boa qualidade, permitindo a reorientação dos projetos. Pelo contrário, a maior parte dos projetos das ONGs monitorados carece de SMI.

Os relatórios anuais dos projetos ENV e bilaterais são satisfatórios; as melhorias necessárias dos QL por parte dos sócios ajudarão a apresentar melhor os resultados e os indicadores esperados dos projetos. Os relatórios anuais das ONG são muito descritivos, embora demasiado centrados nas atividades, sem relatar adequadamente a obtenção dos resultados e dos objetivos previstos nos projetos.

As capacidades das equipes de gestão dos projetos bilaterais têm melhorado desde o monitoramento anterior. Tem que se destacar o valor acrescentado pela AT Internacional do projeto *"Apoio à inserção internacional das PME Brasileiras"*, e pela nova Unidade de Gestão do Projeto, onde os produtos entregues são de boa qualidade e os parceiros estão envolvidos na sua definição. O projeto tem melhorado seu desempenho em grande medida devido aos fatores mencionados.

No tocante à realização dos produtos previstos no tempo esperado, à sua qualidade deles e à probabilidade da sua contribuição para os resultados definidos, é comum a todas as linhas que os Indicadores Objetivamente Verificáveis (IOV), como já se apontara a propósito do critério de Qualidade do Desenho, não sejam suficientemente rigorosos para refletir a contribuição potencial dos produtos para os resultados dos projetos e normalmente não sejam medidos pelas unidades de gestão. No entanto, um bom exemplo de medição de indicadores é o projeto ENV, *"Promovendo a inclusão socioambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira"*; apesar de ainda não ter muitos produtos, este projeto é convincente porque apresenta uma perfeita linha de base com diagnósticos institucionais das regiões onde atua e da organização dos grupos-alvo.

Os projetos de ONG estão a produzir produtos que, em geral, são valorados com qualidade; destacam-se os seguintes projetos: *"Mulheres organizadas gerando novas condições de vida -*

Os Sistemas de Monitoramento Interno (SMI) atividades dos projetos bilaterais são de boa qualidade. Os SMI são uma carência da maior parte dos projetos ONG

Brasil", projeto que obteve uma valoração excelente em todos os sub-critérios, e portanto é o melhor projeto em Eficiência do portfólio ROM 2010 monitorado; o projeto *"Redução de Pobreza de Áreas Carentes Urbanas do Município de Olinda"*, o projeto *"Segurança alimentar, renda e inclusão social de famílias agricultoras pobres de duas micro-regiões no semi-árido brasileiro"* e o projeto *"Desenvolvimento integrado na política urbana nacional: um direito dos municípios periurbanos da Amazônia Oriental e do Nordeste brasileiro"*. Nos projetos ENV, a qualidade dos produtos socioambientais observados é adequada e coerente (Planos de manejo, publicações, capacitações, etc.)

Nos projetos bilaterais, as contrapartidas nacionais ao nível do Governo Federal são providenciadas com atraso, caso do projeto *"Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza"*. Ao nível dos parceiros locais dos projetos bilaterais, as contrapartidas são viabilizadas nos tempos previstos, casos dos projetos, *"Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras"* e *"Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil"*. Nos projetos bilaterais, não existe nenhum Comitê de Coordenação dos projetos realmente operativo e que forneça orientação e apoio firme à tomada de decisões ao nível operacional que favoreça a execução dos projetos.

A linha ENV tem o projeto considerado o segundo mais eficiente da carteira pelos monitores, o projeto *"Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu"*, em grande parte graças ao excelente consórcio, estruturado de maneira coerente (cada um dos 5 parceiros tem uma responsabilidade técnica-geográfica na região de abrangência do projeto), com objetivos e instrumentos de gestão comuns. A articulação entre parceiros dos projetos ENV é boa, especialmente no projeto *"Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu"* e no projeto *"Promovendo a inclusão socioambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira"*, o qual é executado com base na articulação entre cinco parceiros (IIEB, GRET, AMAZON, ADAFAX, IPA) com harmonia de objetivos e experiências técnicas que se complementam. Também as linhas de trabalho com ONG apresentam uma boa articulação entre parceiros, sendo o melhor exemplo o do projeto *"Redução da Pobreza Urbana: Acesso a políticas públicas e à habitação na cidade de São Paulo"*, o qual, após a superação de diferenças iniciais de metodologias e estilos de intervenção, tem favorecido uma boa coordenação e harmonia entre os três parceiros locais (APOIO, CCJ e MDF). A realização de seminários estratégicos entre parceiros tem melhorado a execução física dos projetos de ONG.

O interesse e a dedicação aos projetos da Delegação no Brasil são manifestos: os responsáveis mantêm reuniões freqüentes com as unidades de gestão e dão um seguimento adequado aos projetos, dando-lhes muito apoio; este apoio explica em parte a melhoria geral registrada no monitoramento deste ano, em particular no que se refere ao critério de Eficiência. Mesmo assim existem limitações de tempo e orçamentais na Delegação para acompanhar os projetos, especialmente os de ONG.

Os projetos de ONG estão produzindo produtos que, em geral são valorados com qualidade

6.4. Eficácia

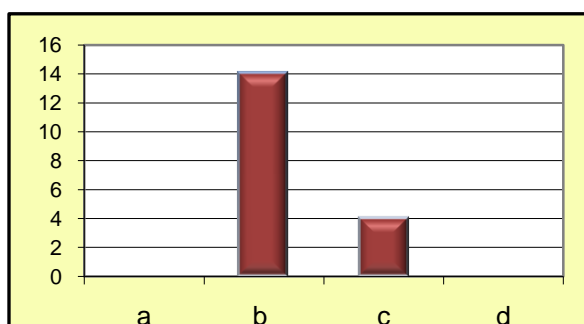
Neste critério, avaliam-se dois sub-critérios:

- A realização e a qualidade dos resultados, o acesso a esses resultados e a sua utilização pelos grupos alvo.
- A probabilidade de que se alcance o Objetivo Específico (OE) do projeto, a capacidade de adaptação do projeto aos fatores externos para assegurar os benefícios aos grupos alvo e a gestão dos efeitos negativos.

A valoração geral deste critério no ROM 2010 dos projetos em curso é boa, com uma pontuação numérica média de 2,86, considerada alta. A evolução deste critério tem sido muito positiva, com uma melhoria de 8,1% em relação ao monitoramento anterior.

- Nenhum projeto foi valorado como excelente, “a”, neste critério.
- A maioria dos projetos (14) foi valorada como satisfatória, “b” (1 de ALA; 2 de ENV/DCI-ENV e 11 de ONG-PVD/DCI-NSAPVD).
- 4 projetos com problemas, “c” (2 de ALA/DCI-ALA, 1 de ENV e 1 de ONG-PVD).
- Nenhum projeto foi valorado como tendo sérias deficiências, “d”.

Gráfico 21. Resultados do critério Eficácia

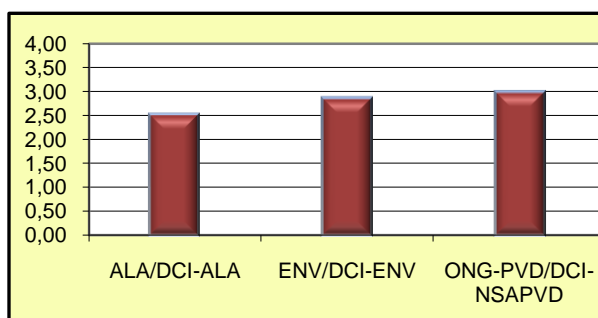


Um dos projetos considerados mais eficazes, com uma pontuação de 3,00, é o projeto bilateral *"Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras"*, projeto re-monitorado e que melhorou significativamente neste critério a pesar das deficiências e dificuldades experimentadas durante sua execução (falência da empresa ganhadora do contrato da ATL), fundamentalmente do ponto de vista da sua Eficiência (ver critério anterior).

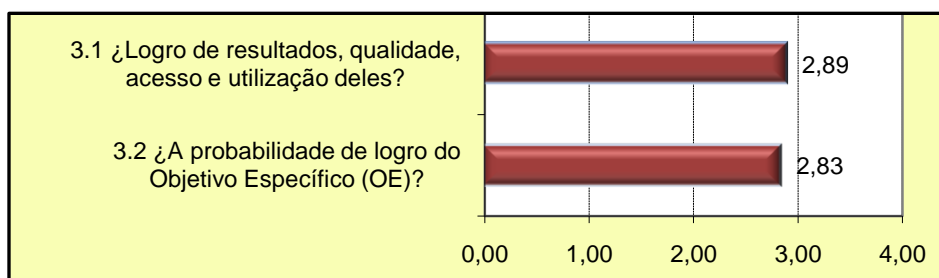
O projeto com pior pontuação no critério de Eficácia foi o projeto *"Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza"* que obteve uma pontuação de 2,00, muito inferior ao limite de 2,50.

A Eficácia da carteira de projetos monitorada varia desde o nível satisfatório dos projetos da linha ONG-PVD/DCI-NSAPVD, com um valor médio de 2,96; passando pelos projetos das linhas ENV/DCI-ENV com uma pontuação de 2,83; e de novo as linhas bilaterais ALA/DCI-ALA são as que obtêm pior valoração também na Eficácia, com 2,50, ou seja exatamente no limite considerado aceitável.

A valoração da Eficácia é alta (2.86)
Dos 18 projetos em curso 14 foram valorados como satisfatórios e 4 com problemas

Gráfico 22. Valores da Eficácia por linha

A equipe de monitoramento considerou que a obtenção de resultados, a respectiva qualidade e o acesso e utilização deles pelos grupos alvo (2,89), e também a probabilidade da realização do objetivo específico (OE) dos projetos, a capacidade de adaptação dos projetos monitorados aos fatores externos para assegurar os benefícios aos grupos alvo e a gestão dos efeitos negativos (2,83) foram bem sucedidos. Ver gráfico a seguir.

Gráfico 23. Valores dos sub-critérios da Eficácia

Em geral, os produtos obtidos conduzem aos resultados dos projetos nas linhas ENV/DCI-ENV e nos projetos ONG. O mesmo não acontece no caso dos projetos bilaterais, ALA/DCI-ALA, com a exceção do projeto *"Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras"*, o qual melhorou significativamente a sua Eficácia de execução desde o ultimo monitoramento, em parte graças à adoção das recomendações feitas no ROM de 2009 e à boa qualidade da nova equipe de gestão do projeto. Pode-se afirmar desde já que, graças ao projeto, as instituições brasileiras parceiras aos níveis Macro e Meso, tanto públicas como privadas, estão mais capacitadas para fornecer serviços não-financeiros às PMEs exportadoras. Há uma boa utilização dos produtos obtidos por parte dos grupos alvo nos projetos ALA/DCI-ALA. O projeto *"Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras"* demonstrou capacidade de adaptação a condições administrativas diferentes, variáveis e, em alguns casos, obstrutivas (caso das diferenças de critério entre consultores jurídicos dos diferentes parceiros ao nível nacional - ABDI, MDIC).

Um efeito interessante observado no projeto *"Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza"*, é a formação de redes temáticas entre os municípios após o treinamento, a qual foi apoiada pelo projeto. As associações de municípios têm aproveitado os módulos, utilizando-os em capacitação à distância de outros municípios no país. Mesmo assim, o projeto necessita urgentemente de definir a contrapartida nacional e de ter uma maior liderança, comunicação e coordenação por parte da UGP, com vista a melhorar uma eficácia que é ainda baixa.

Os produtos obtidos conduzem aos resultados dos projetos nas linhas ambientais e nos projetos de ONG

No projeto *"Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil"*, a Eficácia do projeto vê-se limitada pela indefinição do conceito de diálogo, que estreita o quadro de ação do projeto e dos parceiros na hora de ter acesso aos serviços.

O excelente desempenho do projeto *"Governança das florestas compartilhada na região do Rio Xingu"* melhora a valoração geral da linha ENV. A qualidade dos serviços do projeto (planejamento territorial, fomento e assessoria à cultura agro-florestal, educação, etc.) é muito alta. Todos os grupos alvo considerados estão sendo atingidos como previsto e participam no processo. Nesta mesma linha orçamental, no outro extremo, embora se evidencie uma melhora em relação ao monitoramento de 2009, a probabilidade do projeto *"Florelos: conexões ecológicas e sociais nas florestas brasileiras"* de alcançar o OE é questionada. Entre outros problemas, não se visualizam bem os avanços nos processos de influência sobre as políticas públicas especificamente ligadas à intervenção.

O sub-critério *"Obtenção e qualidade dos resultados, acesso a esses resultados e sua utilização pelos grupos alvo"*, é em geral o pior valorado nos projetos monitorados porque tem uma relação mais direta com a Eficiência. No entanto, ainda que piores do que se esperavam, os resultados atingidos são úteis para os grupos alvo e contribuem qualitativamente para a realização do OE.

A contratação de quadros técnicos locais, nos projetos ENV e ONG, favorece a obtenção dos resultados esperados. No caso dos projetos bilaterais, o número limitado de técnicos disponibilizados pelas contrapartes nacionais sobrecarrega excessivamente as direções dos projetos com questões de ordem logística e operacional, comprometendo o planejamento das questões estratégicas que facilitariam a obtenção do Objetivo Específico dos projetos. Este é o caso especialmente do projeto estratégico *"Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil"*.

Em geral os IOV, também no caso deste critério, são insuficientemente rigorosos para refletir a contribuição potencial dos produtos para os resultados e, portanto para evidenciar o cumprimento dos objetivos específicos dos projetos. Há algumas exceções no caso dos projetos de ONG, como o *"Canaçari – Preservação ambiental, desenvolvimento de atividades produtivas e turismo sustentável nas comunidades tradicionais do Médio Rio Amazonas, BRASIL"*; neste projeto, os IOV são adequados e são utilizados na planificação e seguimento das atividades assim como na medição do alcance do objetivo e dos resultados.

Existe uma grande falta de indicadores mensuráveis ao nível dos resultados e OE e de linhas de base para poder evidenciar as mudanças a estes níveis que os projetos têm conseguido. Além disso, o excesso de resultados (geralmente em projetos de ONG) também às vezes pode prejudicar a realização do OE.

Segundo os monitores, os projetos das linhas ONG-PVD/DCI-NSAPVD têm boas possibilidades de atingir o OE; a maior fraqueza é que os projetos tendem a estar orientados para a execução de atividades e não para a obtenção de resultados. Faltam, em geral, ferramentas de controle e sistematização dos resultados. Alguns projetos ONG têm realizada uma boa gestão de riscos aumentando as perspectivas de cumprimento do OE, como o projeto *"Ação Integrada de Desenvolvimento. Nordeste"* que tem sido capaz de se adaptar às condições externas em tempo oportuno; neste sentido, a implementação de uma "Estratégia de Gerenciamento de Riscos" tem sido uma boa ferramenta de apoio para a gestão. No caso do projeto de ONG *"Cooperativas Populares: Rumo ao Mercado"*, observa-se também uma

O excelente desempenho do projeto "Governança das florestas compartilhada na região do Rio Xingu" melhora a valorização geral da linha ENV

Os projetos tendem a estar virados para a execução de atividades e não para a realização de resultados.

Apesar de perspectivas satisfatórias para a realização do OE, faltam indicadores para medir realmente o progresso, dados de linha de base, e articulação entre resultados.

boa prática que melhora as perspectivas de alcance do OE; estão se assinando parcerias com instituições públicas e privadas, o que poderá fazer com que o efeito multiplicador do projeto e sua Eficácia sejam maiores.

6.5. Impacto

Neste critério, os projetos se valoram conforme aos seguintes sub-critérios:

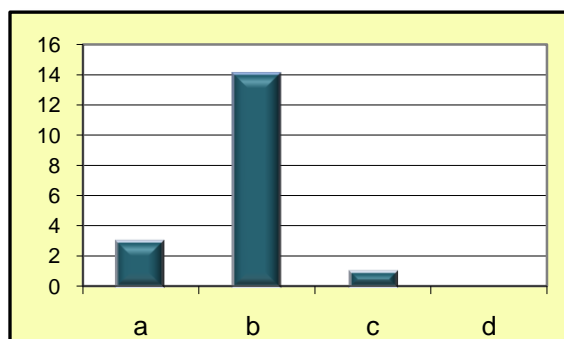
- Perspectiva direta de impacto do projeto no Objetivo Geral (OG).
- Impactos indiretos do projeto (atuais ou prováveis, positivos ou negativos) de tipo social, cultural, de gênero ou econômicos.

A valoração geral deste critério no ROM 2010 dos projetos em curso é muito alta, com uma pontuação numérica média de 3,04, considerada muito satisfatória. A evolução deste critério tem sido mais modesta que a dos critérios anteriores, em termos de melhoria em relação ao monitoramento anterior. É de salientar que o Impacto é o critério melhor valorado pelos peritos da edição do ROM 2010, tendo a pontuação mais alta seguida de perto pela sustentabilidade (ver critério seguinte).

Dos 18 projetos em curso:

- 3 projetos foram valorados como excelente, “a”, neste critério (1 de ENV e 1 de ONG-PVD e 1 de DCI-NSAPVD).
- A maioria (14) foi valorada como satisfatória, “b” (2 de ALA; 1 de ENV e 11 de ONG-PVD/DCI-NSAPVD).
- 1 com problemas, “c” (de DCI-ALA).
- Nenhum projeto foi valorado como tendo sérias deficiências, “d”.

Gráfico 24. Resultados do critério Impacto



O projeto com maiores perspectivas de Impacto é o projeto da linha ENV, “*Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu*” que obteve uma pontuação de 4 neste critério.

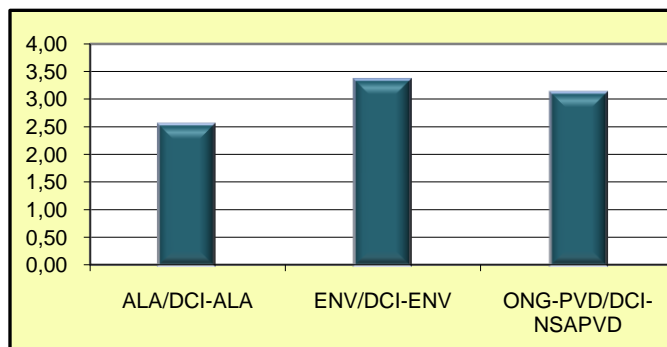
O projeto com pior pontuação no critério de Impacto foi o projeto “*Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil*”, que obteve uma pontuação de 2,00, muito abaixo do limite de 2,50.

Tal como pode ver-se no gráfico a seguir, os projetos de ONG-PVD/DCI-NSAPVD e ENV/DCI-ENV são valorados significativamente melhor neste critério, com pontuações de 3,33 e 3,10 respectivamente, frente aos modestos 2,53 dos projetos das linhas bilaterais ALA/DCI-ALA.

A valoração do Impacto e a melhor de todos os critérios (3,04)

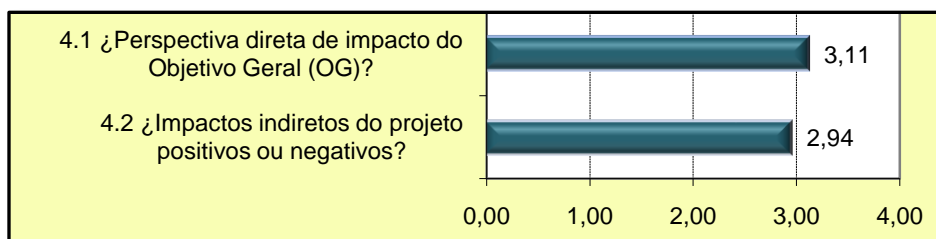
Dos 18 projetos em curso 3 foram valorados como excelentes, 14 como satisfatórios e só 1 com problemas

Gráfico 25. Valores do Impacto por linha



A equipe de monitoramento considerou que as perspectivas diretas de Impacto médio dos projetos nos objetivos gerais marcados são muito altas (3,11); encontrou também um alto nível de impactos positivos, tanto esperados quanto imprevistos, na ausência de sérios impactos negativos gerados pelos projetos (2,94). Ver gráfico a seguir.

Gráfico 26. Valores dos sub-critérios do Impacto



Nos projetos bilaterais, no caso do projeto *"Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras"*, parece provável que no fim do projeto 40% das empresas atendidas pelo PAIIPME terão conseguido diversificar e melhorar os seus produtos para obter acesso ao mercado europeu e que 50% das empresas continuarão atividades de exportação com os seus próprios recursos. No projeto *"Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza"*, embora ainda não se detectem impactos diretos sobre a redução da pobreza, é previsível que os municípios melhorem a sua capacidade de gestão, e aumentem o volume de recursos públicos recebidos. Por outro lado, existem fatores que limitam as perspectivas de impacto do projeto *"Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil"*. O sistema de comunicação e articulação institucional é deficiente. Neste tipo de projeto esta deficiência afeta principalmente a probabilidade de impacto devido ao divórcio entre os espaços político (diálogos) e operativo (ações). A baixa pontuação deste projeto em Impacto (2,00) afeta a valoração média da linha completa.

No caso dos projetos das linhas ENV/DCI-ENV os impactos potenciais são bem valorados. Neste caso os fatores externos que poderiam minimizar as possibilidades de impacto podem ser mitigados mediante estratégias de trabalho de incidência nas políticas locais, favoráveis aos objetivos de maior âmbito dos projetos. O projeto da linha ENV, *"Promovendo a inclusão socioambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira"*, apesar do pouco tempo de implementação real e da ausência de impactos visíveis neste momento,

apresenta já boas perspectivas com relação à sua contribuição para a realização do objetivo geral de procurar a redução do ritmo de desmatamento na região, em particular porque já existe um caminho aberto pela experiência anterior do projeto Terra Verde, com bons resultados e impactos.

No caso dos projetos das linhas ONG-PVD/DCI-NSAPVD, as perspectivas de Impacto dos projetos nos objetivos gerais são em geral muito boas. Um fator a ter em conta é que as ONGs têm em geral uma boa articulação com outras organizações e com os poderes públicos, o que permite a divulgação dos resultados e a sua replicação para grupos alvo maiores. Além disso, muitos projetos das ONGs se inserem em estratégias de longo prazo das ONGs na mesma zona com objetivos gerais similares e mesmo trabalhando com grupos alvo semelhantes. Como exemplo das boas perspectivas de Impacto no Objetivo Geral temos o projeto *"Desenvolvimento integrado na política urbana nacional: um direito dos municípios periurbanos da Amazônia Oriental e do Nordeste brasileiro"*, seus impactos mais prováveis são o reforço dos movimentos e foros sobre a habitação, para assim poder influir sobre o poder público. Ou também o projeto *"Redução de Pobreza de Áreas Carentes Urbanas do Município de Olinda"*, no qual o desenvolvimento institucional e o fortalecimento das organizações da sociedade civil implicarão uma procura organizada por mais e melhores serviços públicos, resultando em mais e melhor oferta destes serviços, o que contribuirá para a redução da vulnerabilidade. Este projeto está contribuindo para a construção de um modelo inovador de intervenção pública no campo das políticas sociais.

Deve salientar-se a importância de os parceiros institucionais terem uma real compreensão dos propósitos dos projetos, para que estes não sejam somente uma oportunidade para a realização de ações pontuais, mais um quadro de atuação estratégia com possíveis impactos num âmbito mais vasto.

Os impactos indiretos são, em geral, os que mais contribuem para a boa valoração do impacto dos projetos monitorados. No projeto *"Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras"*, verificam-se impactos socioeconômicos diretos para os beneficiários (aumento das oportunidades de emprego) e verifica-se agregação tecnológica que facilita o acesso a mercados internacionais (europeus).

Entre os impactos positivos, ainda que não esperados, encontrados em vários projetos, como o *"Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras"*, e a *"Redução da Pobreza Urbana: Acesso a políticas públicas e à habitação na cidade de São Paulo"*, contam-se o aumento da capacidade institucional dos parceiros, o seu melhor posicionamento local e o aumento da sua visibilidade e credibilidade. Outros impactos positivos inesperados dos projetos são os seguintes: (1) Acesso a emprego (2) Aumento da renda de beneficiários diretos dos projetos (3) Maior acesso a educação dos filhos nas famílias beneficiadas por projetos (4) Maior autonomia das mulheres participantes em projetos (5) Maiores intercâmbios sociais e participação das bases populares nos movimentos sociais, (6) Melhoria da auto-estima dos participantes e seus familiares ao participar nas atividades dos projetos; e (7) Em alguns casos os projetos também impactam o poder público, que hoje reconhece os movimentos sociais como seus interlocutores.

Contrastam o excelente Impacto dos projetos ambientais e os de ONG com o modesto e apenas aceitável Impacto dos projetos bilaterais

6.6. Sustentabilidade

A Sustentabilidade analisa-se com base em quatro sub-critérios:

- Viabilidade financeira e econômica no que diz respeito à capacidade financeira de manutenção dos resultados pelos grupos alvo e/ou ao provável apoio financeiro institucional.
- Apropriação do projeto pelos grupos alvo, sua inserção em estruturas existentes e envolvimento dos parceiros no desenho e tomada de decisões durante a implementação.
- Apoio político ao projeto no seu âmbito de atuação (políticas e orçamento setorial) e/ou interação do projeto com a esfera política; apoio do setor privado.
- Contribuição do projeto para a capacidade institucional e de gestão e capacidade dos parceiros para dar continuidade ao projeto.

A valoração geral deste critério no ROM 2010 dos projetos em curso é satisfatória, com uma pontuação numérica média de 3,03, considerada muito alta. Registou uma melhora de 1,7% em relação ao monitoramento anterior.

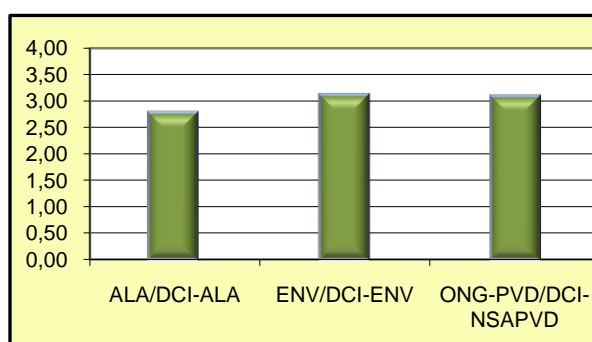
- Nenhum projeto foi valorado como excelente, “a”, neste critério; e também nenhum deles foi considerado como tendo problemas “c” nem deficiências sérias “d”.
- Todos os projetos (18) das diferentes linhas programáticas foram valorados como satisfatórios, “b” (3 de ALA/DCI-ALA; 3 de ENV/DCI-ENV e 12 de ONG-PVD/DCI-NSAPVD).

Os projetos com melhor perspectiva de Sustentabilidade são o projeto *“Mulheres organizadas gerando novas condições de vida – Brasil”* e o projeto *“Cooperativas Populares: Rumo ao Mercado”*, os quais obtiveram uma pontuação de 3,5 neste critério.

O projeto com pior pontuação no critério de Sustentabilidade foi o projeto *“Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza”* que obteve uma pontuação de 2,6; mesmo assim, ainda fica por cima do limite (2,50).

Do ponto de vista da Sustentabilidade, as diferenças entre as várias linhas orçamentais em termos de resultados gerais são menos marcadas que para outros critérios de monitoramento. Ainda assim, os valores reproduzem a situação salientada anteriormente: os projetos das linhas bilaterais ALA/DCI-ALA são menos valorados também aqui. No gráfico a seguir observam-se os valores respectivos, 3,10 para a linha ONG-PVD/DCI-NSAPVD, 3,08 para a linha ENV/DCI-ENV e finalmente a Sustentabilidade é menor, com um valor de 2,77 para a linha bilateral (ALA/DCI-ALA).

Gráfico 27. Valores da Sustentabilidade por linha orçamental

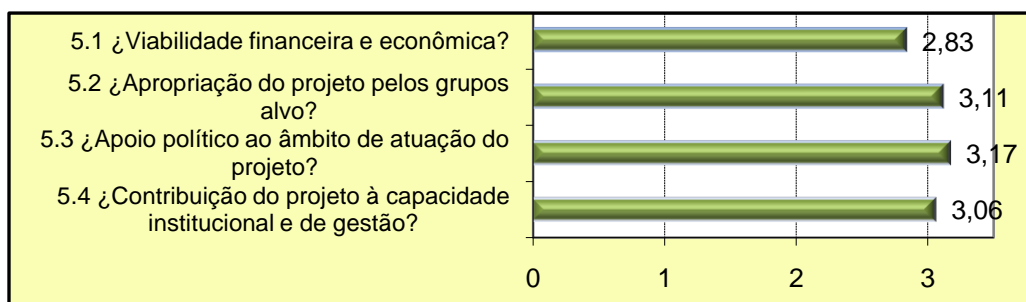


A valoração da Sustentabilidade é muito alta (3,03)
Os 18 projetos em curso foram valorados como satisfatórios, “b” e nenhum com problemas

O apoio político aos projetos no seu âmbito de atuação, quer na parte de políticas quer na parte de orçamentos setoriais e/ou a interação dos projetos com a esfera política, assim como o apoio do setor privado aos projetos com ele relacionados, foi em linhas gerais muito bem valorado pelos peritos da equipe de monitoramento (3,17); excelente foi também a apropriação dos projetos pelos grupos alvo, a inserção dos projetos em estruturas existentes e o envolvimento dos parceiros no desenho e na tomada de decisões durante a implementação dos projetos (3,11); também foi em geral considerada muito bem sucedida a contribuição dos projetos para a capacidade institucional e de gestão e para a capacidade dos parceiros para dar continuidade aos projetos (3,06); a viabilidade financeira e econômica, relacionada com a capacidade financeira de manutenção dos resultados pelos grupos alvo e/ou ao provável apoio financeiro institucional após o fim dos projetos, tem uma valoração menor, ainda que boa (2,83). Ver gráfico a seguir.

O ponto mais forte da Sustentabilidade diz respeito à inserção dos projetos nas políticas públicas e o mais fraco é a viabilidade econômica

Gráfico 28. Valoração média dos sub-critérios da Sustentabilidade



Ainda que valorado positivamente pela equipe de monitoramento, o ponto mais fraco da Sustentabilidade diz respeito à viabilidade econômica e financeira dos projetos (2,83 no gráfico anterior). Mesmo quando os projetos se inserem claramente nas políticas (tal como descrito nos seguintes parágrafos), às vezes não existem recursos (ou estes são insuficientes) para assegurar a continuidade ou viabilidade de aspetos importantes dos projetos. A falta de recursos financeiros de algumas das organizações locais apoiadas ameaça também as ações iniciadas no âmbito de alguns projetos das ONGs, como o projeto *"Redução da Pobreza Urbana: Acesso a políticas públicas e à habitação na cidade de São Paulo"*.

Os benefícios continuarão para além do termo dos projetos bilaterais. Nos projetos ALA/DCI-ALA, as atividades inserem-se em processos pré-existentes muito mais amplos, abrangentes e profundos, que de alguma forma darão continuidade e garantirão a permanência das relações após a conclusão dos projetos. Assim, a sustentabilidade dos projetos aumenta com a sua inserção em projetos estratégicos institucionais mais amplos. No caso do projeto *"Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras"*, os intercâmbios institucionais internacionais iniciados pelo projeto poderiam ser continuados no marco da implementação do projeto *"Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil"* da estratégia CSP 2007-2013, aumentando a sustentabilidade do projeto. No projeto *"Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza"*, os municípios verão melhorada sua capacidade de gestão e também terão maior acesso aos fundos do Governo, pelo que a sustentabilidade financeira será melhor. No entanto, ainda é possível melhorar a inserção dos projetos bilaterais nas estruturas locais.

Nos projetos das linhas ambientais ENV/DCI-ENV, e mais especificamente no bem sucedido projeto *"Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu"*, destaca-se a capacidade de envolver múltiplos doadores, de todos os setores, devido ao apelo que partiu da região graças à Campanha nacional. O projeto é um elemento importante na estratégia de cooperação da UE na região amazônica, como modelo para outros projetos que estão sendo lançados (incluindo projetos bilaterais). Os projetos ambientais apresentam um bom grau de apoio político ao estarem inseridos também em políticas de âmbito nacional; a boa qualidade do diálogo com as instituições relevantes permite uma boa interação com a esfera política, embora exista algum grau de incoerência na aplicação das diferentes políticas públicas na Amazônia (PAC, mineira, etc.) Em geral, há uma boa apropriação dos projetos ambientais pelos parceiros, como no projeto *"Promovendo a inclusão socioambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira"*. Os projetos de ENV/DCI-ENV se inserem em organizações estáveis com seu próprio programa que pode ser continuado quando o projeto acabar.

Em linhas gerais, nos projetos os beneficiários participaram ativamente na formulação das propostas (especialmente nos projetos das ONGs) e existe um amplo e profundo compromisso e apropriação por parte dos parceiros/beneficiários relativamente aos projetos financiados. Um bom exemplo de participação e compromisso é o do projeto *"Cooperativas Populares: Rumo ao Mercado"*; neste projeto, os grupos alvo participam continuamente na planificação das atividades decidindo sobre encontros, capacitações específicas e planejamentos estratégicos ao nível das cooperativas, assim como estabelecendo as normas de gestão para o fundo rotativo e sua utilização.

Ainda mais, há uma boa capacidade de gestão dos parceiros, os quais têm sido fortalecidos institucionalmente durante a execução dos projetos. Também a contribuição dos projetos para a capacidade institucional e de gestão é positiva. No entanto, nos projetos bilaterais corre-se o risco de que a transferência da memória dos projetos se dilua nas instituições. Os projetos de ONG em geral contribuem para melhorar e fortalecer as capacidades dos parceiros locais, mas nem sempre se consegue atingir uma gestão adequada nestes projetos. É o caso do projeto *"Segurança alimentar, renda e inclusão social de famílias agricultoras pobres de duas micro-regiões no semi-árido brasileiro"*, em que o único elemento fraco da sustentabilidade é representado pela baixa capacidade de gestão das associações e fóruns locais, que embora sejam espaços reconhecidos institucionalmente, têm uma organização ainda incipiente e pouca capacidade técnica para influenciar, ao nível local, a operacionalização das políticas públicas existentes ao nível nacional. Nesse sentido, é interessante a afirmação do projeto *"Redução de Pobreza de Áreas Carentes Urbanas do Município de Olinda"* que, mantidos os níveis de mobilização, articulação e pró-atividade das organizações da sociedade civil, há boas perspectivas de sustentabilidade social.

Existe, contudo, um desequilíbrio de ritmos entre o tempo necessário para os processos sociais e de desenvolvimento e a duração efetiva dos projetos (financiamento/acompanhamento), que compromete a sustentabilidade.

Faltam em quase todos os projetos estratégias de saída bem definidas. Uma exceção é o projeto *"Desenvolvimento integrado na política urbana nacional: um direito dos municípios periurbanos da Amazônia Oriental e do Nordeste brasileiro"*; a ONG local já tem uma

Há boa capacidade de gestão dos parceiros, implicação dos sócios e apropriação dos grupos alvo (especialmente nos projetos ambientais e de ONG)

estratégia de sustentabilidade financeira com recursos da cooperação internacional. Quando existem, as estratégias de saída não prevêem adequadamente fortalecimentos institucionais dos parceiros, estando mais orientadas para a alocação de recursos e o acesso aos doadores para assegurar a continuação das ações do que para a aquisição de capacidades locais e internas para a gestão de projetos e o autofinanciamento.

6.7. Projeto ex-post

Ao contrário do que sucede com os projectos em curso, o monitoramento ex-post concentra-se no impacto e na sustentabilidade dos projetos, a qual resulta mais fácil avaliar de forma objetiva, sempre que existem as fontes de verificação adequadas. Para o monitoramento ex-post os monitores avaliaram na realidade, se o fluxo de benefícios gerado pelo projeto continuaria após o encerramento administrativo. Nesta missão foi avaliado um projeto ex-post:

- Da linha ONG-PVD o projeto *“Estabilização da agricultura familiar em frentes pioneiras do Sul do Pará (Amazônia Oriental)”*.

A valoração geral do projeto ex-post é a pior (2,47) de toda a amostra dos projetos monitorados no ROM 2010. É a única das pontuações globais numéricas dos projetos que fica abaixo do limite de aceitabilidade do desempenho dos projetos (2,50).

Os resultados por critério podem ver-se na seguinte Tabela:

ROM (Ex-post)	Pertinência / Qualidade	Eficiência	Eficácia	Impacto	Sustentabilidade
2009	c (2,30)	c (2,20)	b (3,00)	b (3,00)	b (3,00)
2010	c (2,40)	b (2,65)	c (2,00)	b (3,00)	c (2,30)

Os resultados do projeto ex-post piorou; manteve um bom Impacto mas retrocedeu na Eficácia e tem demonstrado não ser sustentável

O projeto melhorou a valoração no critério de Eficiência e piorou nos critérios de Eficácia e Sustentabilidade relativamente ao monitoramento anterior. As razões destas valorações são as seguintes:

- Melhorou a Eficiência do projeto, em parte porque foram seguidas algumas das recomendações feitas durante o monitoramento anterior. O orçamento total disponível (849.209 €) foi utilizado completamente. A maioria dos produtos e atividades teve boa qualidade (com a exceção da formação de jovens). Em geral, a maioria dos resultados foi alcançada. Deve-se ter em conta que alguns indicadores eram insuficientes e não foram medidos, impedindo uma avaliação do grau de realização dos objetivos específicos do projeto. Passado mais de um ano desde a conclusão do projeto, a sustentabilidade apresenta alguns problemas devidos fundamentalmente a uma negociação débil com os poderes públicos.

Entre as lições aprendidas estão as seguintes:

- É muito claro que faltou um maior fortalecimento da ONG local, tanto para coordenar melhor as instituições sócias como para influenciar as instituições públicas, incluindo instituições de extensão e de pesquisa, a fim de aumentar o impacto.

- Uma maior coordenação por parte da ONG local teria sido desejável.
- A necessidade de reforçar o sistema de monitoramento interno liderado pela ONG é importante não só para efeitos de avaliação dos impactos dos projetos, mas para ter dados que podem ser utilizados na negociação com as autoridades públicas.
- O modelo de produção estabelecido pelo projeto pode ser replicado porque é econômica e tecnicamente viável como alternativa ao modelo de desmatamento.

6.8. Aspectos transversais

As respostas, na BCS, a questões sobre os aspectos transversais são apenas “Sim”, “Não” ou “N/A”, juntamente com os comentários correspondentes. Os aspectos transversais são os gênero, meio ambiente, boa governança e direitos humanos. O gráfico abaixo apresenta alguns aspectos das respostas para os 18 projetos em curso monitorados, agrupados por Inha orçamental.

A maioria dos projetos das ONG está se apropriando do enfoque de gênero. Apesar disso, este processo é novo e nem sempre existe uma estratégia clara associada aos projetos e a suas atividades. Ainda, há vários projetos (em particular bilaterais e ambientais) que não contemplam o enfoque diferenciado de gênero.

Nos projetos de desenvolvimento social há uma preocupação crescente com os aspectos ambientais e aumenta a demanda de inclusão deste tema nas atividades.

- Os projetos de ONG são os que conseguem integrar melhor todos os aspectos transversais.

A falta de integração do aspecto de gênero é significativa nos projetos bilaterais. As informações são produzidas e divulgadas de modo transparente no marco dos projetos. Tem que se apontar que a crescente articulação entre sociedade civil e poder público promove o avanço da auditoria social e melhora a questão da boa governança nos projetos monitorados.

Mesmo que os projetos monitorados tenham implícita, na grande maioria dos casos, a promoção dos direitos humanos, em alguns deles não foi possível confirmar essa qualidade por que não se encontra inicialmente definida nem programada.

Conclui-se da análise que os aspectos do meio ambiente, a boa governança e os direitos humanos são considerados em 94,4% dos projetos monitorados em curso, ao passo que o gênero só é considerado em 66,6%. De novo, existem diferenças significativas entre as linhas orçamentais:

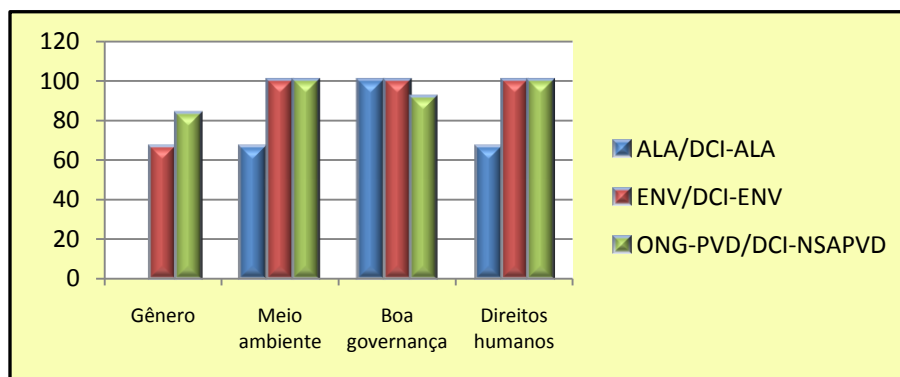
- Os projetos de ONG são os que conseguem a maior integração dos aspectos transversais no seu conjunto.
- A falta de integração do aspecto de gênero é significativa nos projetos bilaterais (nenhum dos 3 projetos monitorados), frente a uma consideração discreta, cerca de 65% dos projetos ENV e de 82% dos projetos de ONG
- A boa governança é muito bem considerada em todos os projetos bilaterais e ambientais e um pouco menos nos projetos ONG (aprox. 90%).

Os projetos de ONG são os que conseguem integrar mais todos os aspectos transversais

A falta de integração dos aspectos de gênero é significativa nos projetos bilaterais, em contraste à excelente integração da boa governança

- As questões dos direitos humanos e do meio ambiente são integradas em todos os projetos das linhas ENV e ONG, e em muita menor medida (cerca de 65%) nos bilaterais.

Gráfico 29. Consideração dos aspetos transversais nos projetos (% por linha)



Por exemplo, é significativo o caso do projeto bilateral *“Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza”*. Mesmo se o projeto pretende melhorar a gestão municipal para a redução da pobreza, desigualdade e exclusão social, e o fator gênero tem uma incidência clara na pobreza, o projeto não está a considerar nenhuma perspectiva de gênero no seu desenho. Nos outros dois projetos bilaterais o critério foi classificado pelos peritos como N/A (Não aplicável). Similar é a situação do projeto da linha ENV, *“Promovendo a inclusão socioambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira”* que não considera o fator gênero mesmo trabalhando na temática da inclusão social.

7. Conclusões e recomendações

Os resultados da oitava missão de ROM no Brasil, concluída no mês de Março de 2010, são positivos e podem ser considerados como representativos do contexto total da cooperação da UE no Brasil; confirma-se a tendência para a melhoria da qualidade do desempenho do portfólio de cooperação, o que tem particular importância no quadro atual, e especial, de parceria estratégica em pleno desenvolvimento.

Pertinência e Qualidade do Desenho. Há uma elevada coerência dos projetos bilaterais com as políticas nacionais e com as estratégias UE-Brasil. Por seu lado, os projetos de ONG refletem muito bem as prioridades dos grupos alvo, mas apresentam as maiores fraquezas nos desenhos (Quadro Lógico).

Recomendações para melhorar a Pertinência e Qualidade do Desenho:

- Preparar sistemas de informação (web, telemático, etc.) e/ou organizar sessões de informação e capacitação prévias à publicação dos editais locais sobre as subvenções a projetos de ONG. Estes sistemas e formações devem incidir sobre os aspectos a serem considerados no desenho dos projetos, com especial ênfase para a qualidade dos quadros lógicos.
- Prever, no desenho dos projetos recursos (tempo e orçamento) para a preparação das ferramentas e instrumentos de gestão do projeto no início da execução (Desenho e desenvolvimento do Sistema de Monitoramento Interno; desenho,

desenvolvimento e medição da Linha de Base; preparação do Manual da Gestão Administrativa do projeto, desenvolvimento do Sistema de Comunicação e Visibilidade, etc.)

- Realizar no início dos projetos um mapeamento das capacidades institucionais reais e atuais, ajustando em consequência o plano de fortalecimento das mesmas.
- Atualizar no início dos projetos o mapa real dos atores e parceiros do projeto, suas inter-relações e responsabilidades, exigindo a preparação destes elementos como parte da proposta de projeto. No caso dos projetos bilaterais, exigir a descrição das responsabilidades institucionais dos parceiros; no caso dos projetos de ONG exigir às ONGs parceiras europeias uma descrição precisa do seu papel no quadro do projeto para garantir valor acrescentado (como por exemplo transferência de capacidades para o sócio local, resolução de conflitos, etc.), além de atuar como intermediários contratuais.
- Concentrar os esforços de seguimento por parte da Delegação no Brasil durante a fase inicial dos projetos, com o fim de minimizar os arranques lentos e improdutivos devido à falta de capacidade de gestão ou à falta de compreensão dos procedimentos.

Eficiência. Os projetos bilaterais são menos eficientes que os meio-ambientais ou de ONGs. Em alguns casos isso se explica pelas dificuldades que a gestão encontra devido à necessária harmonização dos procedimentos existentes, principalmente os do Governo Federal e os da UE, o que afecta especialmente os projetos bilaterais. Este choque de procedimentos foi analisado no ROM 2008, aparentemente superado no ROM 2009, e reaparece como dificuldade no ROM 2010. A aplicação da regra N+3 foi decididamente o fator mais importante para o insucesso do maior projeto em termos financeiros da amostra. Os atrasos que afectaram alguns desembolsos financeiros causaram dificuldades nas linhas de meio ambiente; já no caso das ONGs, foi possível conseguir avanços financeiros das organizações parceiras europeias, o que ajudou a evitar problemas de tesouraria. Os Sistemas de Monitoramento Interno da gestão das atividades dos projetos bilaterais são de boa qualidade; infelizmente, esta é ainda uma das carências da maior parte dos projetos de ONGs. Todos os projetos estão produzindo resultados de qualidade, sendo os de ONG os melhores desse ponto de vista.

Recomendações para melhorar a Eficiência:

- Configurar mecanismos operacionais e administrativos compatíveis com os procedimentos UE e nacionais, alinhando os dois sistemas entre si e com os resultados/objetivos estratégicos previstos da cooperação UE-Brasil. Alinhar os procedimentos procurando utilizar os sistemas nacionais sempre que for possível, evitando os engarrafamentos burocráticos produzidos no passado, especialmente no caso dos projetos bilaterais.
- Melhorar a comunicação e a difusão das informações e o conhecimento dos procedimentos -> Continuar e ampliar, se possível, as boas práticas da Delegação nesse sentido, especialmente os “Info Days”.
- Insistir na compreensão, desenvolvimento, e utilização mais frequente das “ferramentas de gestão” dos projetos pelas equipas de gestão e os principais

parceiros. Promover uma utilização dinâmica e flexível do Quadro Lógico e a sua alteração quando for necessário.

- Exigir o desenvolvimento e uso de Sistemas de Monitoramento Interno, especialmente nos projetos de ONG. Nesse sentido, é importante contar com uma linha de base nos projetos de forma a facilitar as medições e comparações posteriores. As linhas de base devem encontrar-se em estreita correspondência com os indicadores do quadro lógico.

Eficácia. Os produtos obtidos conduzem aos resultados dos projetos nas linhas meio-ambientais e nos projetos de ONG e, em menor medida, nos projetos bilaterais. O problema comum a todos eles é que os projetos tendem a estar orientados para a execução de atividades e não para a obtenção de resultados. Apesar das perspectivas satisfatórias de realização dos Objetivos Específicos, faltam Indicadores Objetivamente Verificáveis para medir realmente o progresso, a evolução dos dados da linha de base, e a articulação entre resultados.

Recomendações para melhorar a Eficácia:

- Promover a implementação dos projetos orientada para os resultados, evitando a execução de inúmeras atividades sem uma visão estratégica do projeto. Introduzir alterações nos formatos dos relatórios de avanço que obriguem a dar conta do avanço dos resultados do projeto e a medir os respectivos indicadores.
- Fomentar o intercâmbio entre projetos no que se refere à aplicação dos sistemas de seguimento e a outros aspetos metodológicos.
- Aperfeiçoar os sistemas de seguimento interno dos projetos a fim de poder medir regularmente os respectivos efeitos.

Impacto. Há uma diferença considerável entre o excelente Impacto dos projetos ambientais e de ONGs e o Impacto modesto dos projetos bilaterais. Esse menor Impacto deve-se fundamentalmente a sistemas de comunicação e articulação institucional deficientes, que num dos três projetos deram origem a um divórcio entre os espaços político (diálogos setoriais) e operativo (ações de projeto), reduzindo o Impacto; e noutro projeto bilateral conduziram o abandono da parceria por uma das instituições chaves na internacionalização das PMEs brasileiras. Por seu lado, os projetos de ONG conseguem ter uma influência política efetiva que se insere na estratégia de longo prazo das organizações e contribui para o impacto dos projetos; além de abrir espaços de comunicação e diálogo entre os órgãos públicos e a sociedade civil, melhorando o Impacto – o que também acontece no caso dos projetos de meio ambiente.

Recomendações para melhorar o Impacto:

- Acentuar a necessidade de estabelecer arranjos institucionais operativos e com descrição clara das responsabilidades institucionais, que flexibilizem a execução dos projetos bilaterais, prestando uma atenção estratégica à ligação necessária entre os níveis político e operativo dos projetos bilaterais.
- Estabelecer na Delegação no Brasil um sistema de “memória histórica” dos projetos e das respectivas lições, utilizando as informações para promover a difusão de boas

- práticas e a troca de experiências positivas entre os projetos e os parceiros.
- Favorecer quanto possível as sinergias entre os projetos que partilham problemáticas comuns (especialmente no caso dos projetos relacionados com o meio ambiente) mesmo que não tenham sido planejados de forma coordenada ou pertençam a diferentes linhas temáticas ou orçamentais. Além disso, favorecer também medidas para assegurar o Impacto dos projetos mediante um maior aproveitamento das sinergias com as outras intervenções aos diferentes níveis do Governo (Federal, estadual e municipal).
 - Prestar atenção à qualidade dos indicadores de Impacto, sua revisão periódica e sua devida medição.

Sustentabilidade. O ponto mais forte da Sustentabilidade diz respeito à inserção dos projetos nas políticas públicas e o mais fraco é a viabilidade econômica e financeira. Há boa capacidade de gestão dos parceiros, implicação dos sócios e apropriação pelos grupos alvo (especialmente nos projetos ambientais e de ONGs).

Recomendações para melhorar a Sustentabilidade:

- Exigir a formulação de estratégias de saída dos projetos desde a sua fase inicial, as quais deverão incluir uma descrição das capacidades necessárias ao final do projeto e as fontes previstas de financiamento na mesma altura. Uma boa prática seria incluir um aumento gradual das contribuições dos parceiros ao longo da vida do projeto, especialmente no caso dos projetos de ONG.

A maior parte dos projetos em curso (89%) contribui positivamente para a visibilidade da UE, embora esta não seja entendida como estratégia de comunicação, assim, por exemplo, os projetos bilaterais não visibilizam a parceria estratégica UE-Brasil, sendo essa, de fato, a própria essência de um deles.

Recomendações para melhorar a visibilidade dos projetos:

- Promover o desenvolvimento de Planos de Comunicação que favoreçam uma visibilidade mais didática, dando a conhecer e difundindo os resultados dos projetos e sublinhando e salientando a parceria estratégica atual entre a UE e o Brasil.

Os projetos de ONG são os que conseguem integrar mais todos os aspetos transversais. A falta de integração dos aspectos de gênero é significativa nos projetos bilaterais, em contraste à excelente integração que fazem da boa governança.

Recomendações para melhorar a integração dos aspetos transversais:

- Considerar a inclusão de estratégias de gênero na parte de metodologia das ofertas dos Consórcios nas licitações dos projetos bilaterais como um elemento necessário e diferenciador.
- Introduzir pontos específicos relacionados com as questões transversais no formato de apresentação das propostas e no formato dos relatórios intercalares.

ANEXO

RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO

Código MR	Título do Projeto
MR-030532.04	<i>"Apoio à inserção internacional das PMEs Brasileiras"</i>
MR-118980.02	<i>"Reforço da capacidade institucional das prefeituras para reduzir a pobreza"</i>
MR-128640.01	<i>"Apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil"</i>
MR-105640.03	<i>"Florelos: conexões ecológicas e sociais nas florestas brasileiras"</i>
MR-105380.03	<i>"Governança das florestas compartilhadas na região do Rio Xingu"</i>
MR-128641.01	<i>"Promovendo a inclusão socioambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira"</i>
MR-105360.03	<i>"Mulheres organizadas gerando novas condições de vida - Brasil"</i>
MR-128642.01	<i>"Formação de jovens em empreendedorismo e gestão de negócio e financiamento de empreendimentos"</i>
MR-118981.02	<i>"Canaçari – Preservação ambiental, desenvolvimento de atividades produtivas e turismo sustentável nas comunidades tradicionais do Médio Rio Amazonas, BRASIL"</i>
MR-119281.01	<i>"Redução da Pobreza Urbana: Acesso a políticas públicas e à habitação na cidade de São Paulo"</i>
MR-030529.04	<i>"Melhora das condições de vida de agricultores do Sertão de São Francisco, um modelo de desenvolvimento sustentável"</i>
MR-030528.04	<i>"Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar no Nordeste do Brasil"</i>
MR-128643.01	<i>"Redução de Pobreza de Áreas Carentes Urbanas do Município de Olinda"</i>
MR-128644.01	<i>"Segurança alimentar, renda e inclusão social de famílias agricultoras pobres de duas micro-regiões no semi-árido brasileiro"</i>
MR-119300.02	<i>"Desenvolvimento integrado na política urbana nacional: um direito dos municípios periurbanos da Amazônia Oriental e do Nordeste brasileiro"</i>
MR-128645.01	<i>"Ação Integrada de Desenvolvimento. Nordeste"</i>
MR-128646.01	<i>"Construindo uma sociedade inclusiva no semi-árido baiano"</i>
MR-128647.01	<i>"Cooperativas Populares: Rumo ao Mercado"</i>
MR-105302.02	<i>"Estabilização da Agricultura Familiar em Frentes Pioneiras do Sul Do Pará (Amazônia Oriental)"</i>



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-030532.04
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Support to the International Insertion of Brazilian SMEs

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	No D-006189
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	APOIO À INSERÇÃO INTERNACIONAL DAS PMEs BRASILEIRAS
Dominio	América Latina
Sector CAD/CRS	-
Código CAD/CRS adicional	32130 - Desarrollo de PYME
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	07/12/2005
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	CAMPOSMOUTA Jose
Monitor/a	Javier Calzado
Autoridad encargada del proyecto	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
Tipo de socio de ejecución	Partner countries public administration (ministries, municipalities, etc)
Fecha de inicio - prevista	07/12/2005
Fecha de fin - prevista	31/12/2010
Fecha de inicio - real	07/12/2005
Fecha de fin - probable	31/12/2010
Fecha de la visita de monitoreo	de 01/03/2010 a 06/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	17,262,409
Presupuesto previsto para la AT	3,500,000
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	16,540,826
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	22,000,000
Presupuesto total de la operación	39,262,409
Importe total desembolsado por la CE	13,822,071
Datos financieros con fecha del	19/03/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	C
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

O PAIIPME é pertinente e coerente com as prioridades do governo em relação ao desenvolvimento do comércio exterior do Brasil e à internacionalização das pequenas e médias empresas (PMEs). O seu objetivo, contribuir para a inserção competitiva das PMEs brasileiras no meio internacional, ajusta-se à Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) de 2008. O projeto está na linha da Estratégia de País da União Europeia (UE) para o Brasil, 2002-2006, da qual nasceu; além disso, o PAIIPME responde também a aspectos específicos da estratégia de cooperação 2007-2013 para o fortalecimento do diálogo setorial entre os dois atores (UE e Brasil). Os objetivos do projeto respondem às necessidades dos beneficiários: pequenas e médias empresas, organizações e entidades intermédias que as apoiam para promover a exportação, e departamentos governamentais relevantes em matéria de políticas públicas para a internacionalização das PMEs. Os objetivos continuam sendo prioritários para todas as partes envolvidas. O quadro lógico (QL), de boa qualidade, reflete claramente a lógica do projeto. A intervenção contempla ações a três níveis: nível Macro (do ambiente institucional e regulatório), Meso (das instituições que promovem a exportação e apoiam as PMEs) e Micro (das próprias PMEs). Esta estruturação facilita o alcance dos objetivos programáticos. Cada um dos 3 resultados responde de uma forma concreta à necessidade de fomentar e consolidar uma cultura de exportação entre as PMEs brasileiras. Os Indicadores Objetivamente Verificáveis (IOVs) dos níveis superiores do QL ainda não foram reformulados para facilitar a sua medição.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

A eficiência do PAIIPME em termos financeiros é baixa. O projeto sofreu, na fase inicial, quase dois anos de atraso; mesmo assim, a regra N+3 aplicou-se (inexoravelmente) em Setembro de 2008. As atividades do projeto são implementadas por meio de uma Assistência Técnica Internacional (ATI), de uma Assistência Técnica Local (ATL) e de 16 contratos de subvenção. Também foram adquiridos equipamentos mediante licitações e realizados estudos especializados. Foram realizadas 30 missões de formação na Europa, 9 missões de formação e 14 missões técnicas de ATI (parceiros Inmetro, CNI - Confederação Nacional de Indústria, IEL- Instituto Euvaldo Lodi, MAPA- Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior); 2.127 dias de ATI, e 505 dias de ATL; e mais de 700 PMEs foram diretamente beneficiadas. A operacionalização do contrato de serviços da ATL não foi realizada, devido, no início, à falência da empresa líder do consórcio ganhador do processo de licitação internacional e, mais tarde, ao congestionamento burocrático e jurídico de que este contrato tem sofrido até a data. Esta deficiência atinge todos os níveis do projeto (Macro, Meso e Micro), afetando principalmente ações de capacitação (nível Macro) e visibilidade. A situação é muito prejudicial para o projeto (como já foi salientado no ROM de 2009). Por outro lado há também aspectos positivos: a qualidade da UGP tem melhorado, em grande parte devido à chegada dos atuais coordenadores (financeiro e técnico) à equipa de gestão, há ano e meio. A capacidade da atual equipa da UGP e a contribuição da ATI são fontes de valor acrescentado, particularmente no que se refere à gestão do projeto (procedimentos) e à transferência de know-how. O sistema de monitoramento interno de gestão das atividades é muito eficiente e tem permitido a reorientação do projeto, apesar das dificuldades iniciais já assinaladas. Os IOVs não são suficientemente rigorosos para refletir a contribuição potencial dos produtos para os resultados e não são medidos.

Eficacia hasta la fecha

O projeto tem melhorado significativamente a sua eficácia de execução desde o último monitoramento (ROM 2009). Os produtos obtidos conduzem aos resultados do projeto. As instituições brasileiras parceiras dos níveis Macro e Meso, tanto públicas como privadas, estão melhor dotadas de capacidade para fornecer serviços não-financeiros às PMEs exportadoras (Ex. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, MDIC e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE). Pode afirmar-se que as PMEs brasileiras participantes são mais produtivas e mais competitivas,

estando melhor preparadas para desenvolver operações internacionais. Os dirigentes e quadros das instituições parceiras estão mais familiarizados com as práticas para a promoção da internacionalização das PMEs e têm recebido capacitação (embora nem toda a capacitação prevista tenha sido fornecida, devido à falência do contrato de ATL). Tem-se melhorado em geral o ambiente global de negócios para as operações internacionais das empresas associadas aos parceiros (FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina; PANGEA – Centro de Estudos Sócio-ambientais; FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; SEBRAE – RJ, SEBRAE – ES; CITS – Centro Internacional de Tecnologia de Software; CERTI – Fundação Centro em Tecnologias Inovadoras; SINCASJB – Sindicato das Indústrias de Calçados de São João Batista e outros). Os resultados planejados estão portanto sendo atingidos em boa medida, apesar das dificuldades já referidas em relação à falta de ATL. Infelizmente a quase totalidade dos IOVs ainda não são quantificados. Há uma grande utilização dos produtos obtidos por parte dos grupos alvo (aos níveis macro, meso e micro). O projeto demonstrou capacidade de adaptação a condições administrativas diferentes, variáveis e, em alguns casos, obstrutivas (caso das diferenças de critério entre consultores jurídicos dos diferentes parceiros ao nível nacional - ABDI, MDIC).

Impactos esperados

Nesta altura do projeto os impactos sobre o OG são já evidentes. Os resultados esperados serão muito provavelmente atingidos, com algumas exceções (consolidação de capacidades com alguns parceiros nível Macro, por exemplo, APEX). Parece provável que no fim do projeto 40% das empresas atendidas pelo PAIPME terão diversificado e melhorado os seus produtos para obter acesso ao mercado europeu e que 50% das empresas continuarão atividades de exportação com os seus próprios recursos. Durante o período de execução do programa foram assinados acordos entre instituições beneficiárias (INMETRO, MAPA, CNI e IEL) e as suas homólogas europeias. O projeto está contribuindo já para estruturar a oferta das PMEs com maior conteúdo tecnológico. No âmbito da abertura das empresas com vista à diversificação e à exportação, o projeto tem conseguido posicionar corretamente as PMEs brasileiras: Verificam-se impactos socioeconômicos diretos para os beneficiários (aumento das oportunidades de emprego) e verifica-se agregação tecnológica que facilita o acesso a mercados internacionais (europeus). A crise financeira internacional de 2009 e a taxa de câmbio atual são dois fatores externos que poderiam reduzir o impacto final, ao afetar o modelo exportador das PMEs, voltando-as para o grande mercado nacional. Entre os impactos positivos não esperados contam-se o aumento da capacidade institucional dos parceiros, o seu melhor posicionamento local e a visibilidade e credibilidade dos parceiros que aglutinam grupos de empresas, transformando-as em seus próprios parceiros associados. Não há medição do grau de realização do OE nem da sua contribuição para o OG do projeto.

Sostenibilidad potencial

Os benefícios continuarão para além do termo do PAIPME. A sustentabilidade dos projetos dos contratos de subvenção está garantida pela sua inserção em projetos estratégicos institucionais mais amplos. Alguns parceiros têm desenhado planos futuros mais ambiciosos (CERTI, SABRAE-RJ). No caso das instituições beneficiárias, a importância das mesmas (INMETRO, MAPA, MDIC, CNI...) assegura a sustentabilidade dos processos iniciados e dos equipamentos adquiridos. Falta uma estratégia de saída geral, apesar de existirem estratégias já definidas ao nível dos parceiros (principalmente nos contratos de subvenção). As ações estão inseridas nas próprias estruturas dos beneficiários e alinhadas com as estratégias de cada instituição. Os beneficiários aos níveis macro e meso participaram ativamente na formulação da proposta. Existe um amplo e profundo compromisso e apropriação por parte dos parceiros / beneficiários relativamente aos projetos financiados. O projeto insere-se plenamente nas políticas nacionais, PDP e PITCE. Há uma boa capacidade de gestão dos parceiros, os quais têm sido fortalecidos institucionalmente. A implementação do CSP 2007-2013 pode reforçar os intercâmbios iniciados e por dar continuidade às atividades dentro dos espaços de apoio aos diálogos setoriais.

Observaciones y recomendaciones

O PAIPME está conseguindo melhorar a inserção competitiva das PMEs brasileiras no cenário internacional, particularmente no mercado europeu, apesar dos atrasos iniciais e da falta de visibilidade e capacitação final dos níveis macro e meso devido à falha da ATL. Em grande medida isto deve-se ao excelente trabalho da atual UGP (e ATI) e ao esforço dos parceiros, principalmente dos níveis micro e meso (pontas de lança da exportação das PMEs).

Recomendações:

- 1.- (UGP e Parceiros) Desenhar uma estratégia de saída para o projeto.
- 2.- (UGP e Parceiros) Identificar as ações individuais de cada um dos parceiros (subvenções) susceptíveis de serem continuadas e integradas como parte do apoio aos diálogos setoriais com a UE.

- 3.- (DelUE, UGP) Organizar uma discussão entre UGP e a Delegação de possíveis propostas de continuidade de ações no seio dos diálogos setoriais.
- 4.- (MDIC/ABDI) Recolher e processar as informações e dados sobre melhora das exportações reais das empresas participantes (% de aumento, permanência no mercado, de novos mercados atingidos...). Realizar comparações com o grupo de controle (sem apoio do PAIPME).
- 5.- (MDIC/ABDI/Parceiros) Analisar os impactos socio - econômicos. Onde isso seja possível, comparar as condições socioeconômicas (emprego, etc.) nas áreas de intervenção com os dados anteriores para medir a melhoria da situação.
- 6.- (UGP/Parceiros nacionais) Enumerar as atividades da ATL (caso seja contratada) para maximizar o impacto das ações no tempo restante.
- 7.- (UGP) Fixar data limite de espera por resolução favorável do contrato ATL. Utilizar fundos de contrapartida nacionais ainda disponíveis para execução de ações priorizadas. (MDIC/ABDI/DelUE) Comitê consultivo -> Nesta altura já não faz sentido constituir formalmente o CC; só seria aconselhável no caso de arranque da ATL para discussão das prioridades.
- 8.- (UGP e Parceiros) Exercício de recolha das lições aprendidas com os projetos e de boas práticas (para incluir em relatórios finais). No caso que se execute ainda a ATL, utilizar recursos de visibilidade para sua publicação e difusão.
- 9.- (UGP) Facilitar sinergias entre parceiros e um maior intercambio de experiências nesta última parte do projeto.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-118980.02
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto STRENGTHENING INSTITUTIONAL CAPACITY OF
SELECTED MUNICIPALITIES TO REDUCE POVERTY

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	No D-018600
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Strengthening Institutional Capacities of Selected Municipalities to Reduce Poverty
Dominio	América Latina
Sector CAD/CRS	-
Código CAD/CRS adicional	15140 - Administración pública
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	26/02/2007
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	TOMAZINI Rosana
Monitor/a	Francisco Gamarro
Autoridad encargada del proyecto	Banco Inter-Americano de Desarrollo (BID)
Tipo de socio de ejecución	International governmental organizations (non UN)
Fecha de inicio - prevista	26/02/2007
Fecha de fin - prevista	31/12/2012
Fecha de inicio - real	01/06/2008
Fecha de fin - probable	31/12/2012
Fecha de la visita de monitoreo	de 08/03/2010 a 12/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	7,300,000
Presupuesto previsto para la AT	1,500,000
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	7,300,000
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	7,500,000
Presupuesto total de la operación	14,800,000
Importe total desembolsado por la CE	1,226,000
Datos financieros con fecha del	12/03/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	C
Eficacia hasta la fecha	C
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

O Governo Federal assumiu o compromisso de fortalecer os municípios e aumentar a sua capacidade de implementação das políticas públicas, mas ainda existe muita discussão sobre a estratégia a seguir. Por isso, o Governo tem grandes expectativas para o projeto, uma vez que é considerado como um projeto piloto, cujos resultados positivos poderiam estender-se ao resto do país. No plano de trabalho anual (PT), o projecto tem desenvolvido com maior detalhe as sub-atividades, ações e produtos, mas seria necessário fazer o mesmo para toda a vida do projeto. A fim de ter uma visão mais focalizada, o projeto tem reagrupado as atividades em três eixos principais de atuação: Capacitação; Assistência técnica; Associativismo e redes. A atividade 2.1 passa a para ser uma atividade que se distribui por todas as outras atividades. Os objetivos gerais e específico respondem às necessidades gerais detectadas nos municípios, e os dois resultados esperados e as respectivas atividades conduzem ao OE, mas este, embora necessário, não é suficiente para que se alcance o OG: tem-se constatado que o aumento da capacidade de gestão dos municípios de tamanho médio não assegura uma luta efetiva contra a pobreza. Os indicadores precisam de ser melhorados. A estrutura institucional é um piloto, mas é pertinente. O MP (beneficiário) tem a responsabilidade de articular os diferentes órgãos do Governo, e o BID (executor dos fundos da UE) tem programas de fortalecimento institucional complementares ao projeto (PRODEV, PROCIDADES, PNAFM). O projeto selecionou 62 municípios (abrangendo 40% da população do norte e nordeste) seguindo indicadores geográficos e socioeconômicos, mas principalmente aqueles que já tinham alguma capacidade de gerir, dado o pouco tempo disponível para o projeto causado pelo seu início tardio. Hoje há 41 municípios envolvidos (33 do Norte e Nordeste e 8 de outras regiões). Em geral, todas as partes interessadas no projeto entendem que o objetivo é aumentar a capacidade dos governos municipais, mas não visualizam que este seja um meio para aumentar a eficácia e o impacto das políticas públicas para reduzir a pobreza. As questões transversais de gênero, meio ambiente, direitos humanos e governança não foram consideradas na concepção de projeto. É especialmente importante a questão de gênero, pois influi nas políticas públicas das administrações para a redução da pobreza.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

A eficiência ainda é baixa. Em 1 de Março de 2010, o projeto tem comprometido 2.546.711 € e destes tem implementado €1.079.479 (14,79% dos fundos da UE). A contrapartida nacional responsabilidade do Governo brasileiro ainda não foi formalizada ou contabilizada. Até à data só foi assinado um acordo com o PRODEV, de USD 1.600.000. O MP está a estudar fontes alternativas para a contrapartida, e pensa em propor uma revisão da mesma, o que é urgente para programar detalhadamente o projeto até à sua conclusão (foi solicitada à UE uma prorrogação de doze meses). O início das atividades foi em Fevereiro de 2009, após as eleições municipais. Os problemas iniciais (recrutamento de pessoal chave gestionado pelo BID) foram resolvidos com a nova estrutura de gestão do projeto que agora tem uma direcção executiva do BID, e uma direcção estratégica do MP. Actualmente ainda é necessário contratar pessoal-chave na UGP (3 coordenadores), embora o projeto já tenha iniciado esse processo. Apesar de uma melhoria desde o monitoramento do ano passado, muitas atividades previstas para 2009 não foram realizadas. No R1 dois módulos dos quatro foram implementados: “Planejamento e Gestão por Resultados” foi realizado pela ENAF e foram beneficiados 161 participantes de 51 municípios. Embora o módulo de planejamento tenha capacitado sobre questões de monitoramento, os Municípios entrevistados concordam que necessitam de mais formação neste tema; o módulo de Gestão Financeira foi realizado pela ENAF e foram beneficiados 137 Participantes de 34 municípios. O módulo foi desenhado de forma participativa, a qualidade foi boa, e os módulos já estão a ser replicados dentro dos municípios. Os outros dois módulos serão implementadas em breve pela ENAP e ENAF, e o projecto também identificou a necessidade de treinamento específico no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, para facilitar o acesso dos municípios aos recursos públicos. É necessária uma maior coordenação e liderança do projeto na escolha adequada dos alunos, para garantir que os municípios irão

beneficiar de todos os módulos de forma menos espaçada no tempo, e para a efetivação de uma melhor coordenação entre a ENAP e a ENAF. Algumas outras atividades também foram implementadas no R1 e R2. A coordenação com outras intervenções relevantes melhorou desde o monitoramento anterior, embora seja mais a nível central (em Brasília) que a nível dos municípios. Uma melhor comunicação entre o projeto e os municípios poderia ajudar a reforçar esta coordenação. A comunicação entre os atores e a Delegação da UE é muito fluida e excelente.

Eficacia hasta la fecha

Devido à baixa eficiência alcançada até agora pelo projeto, ainda é cedo para medir o alcance de resultados e do OE, mas considerando o planeamento do Ano 2010 e atendendo a que o período de execução do projeto será estendido até Fevereiro de 2012, ainda há tempo para alcançar o OE, mas só se as principais recomendações feitas forem seguidas: definir a contrapartida urgentemente e fazer um programa detalhado e realista até ao fim do projeto; maior liderança, comunicação e coordenação por parte da UGP; e implementar ações de luta contra a pobreza. No R1 o treinamento é a médio prazo, e a assistência técnica aos municípios é ainda muito incipiente. O alcance do R2 ainda está longe de ser alcançado, apesar de estarem planeados para este ano importantes eventos, incluindo o apoio a 4 experiências associativas, no Norte e Nordeste. Apesar de tudo, já podemos ver alguns efeitos das realizações / resultados: a Prefeitura de Caucaia já fez o planeamento estratégico baseado em 3 pilares: Social, Desenvolvimento Económico e Gestão. Embora os dois primeiros contribuam para a redução da pobreza, não há uma estratégia clara para isso, nem sequer se sabe quantos pobres existem no Município. Outro efeito observado é a formação de redes temáticas entre os municípios após o treinamento, apoiadas pelo projeto. Tanto a ENAF como a ENAP, têm aproveitado os módulos dados até o momento para utilizá-los em capacitação à distância de outros municípios no país.

Impactos esperados

Embora ainda não se detectem impactos diretos sobre a redução da pobreza, é previsível que os municípios melhorem a sua capacidade de gestão, e aumentem o volume de recursos públicos recebidos. Como o projeto é piloto no Brasil, o número total de municípios atingidos no final não é tão importante como a qualidade do apoio a esses municípios e a categorização das experiências bem sucedidas de acordo com os tipos de municípios (áreas metropolitanas, municípios pequenos, rurais etc). Embora a concepção inicial do projeto focalize os esforços em municípios pequenos e médios, na implementação escolheram-se em geral municípios médios com certa capacidade de gestão. Devido a este facto, os municípios pequenos de baixa capacidade recebem menos apoio. Isso pode ser melhorado através dum apoio maior aos centros de recursos existentes (associações municipais a nível estadual, ou outras) que seriam os encarregados de prestar os serviços que os municípios pequenos não podem realizar sozinhos. Um dos riscos externos mais evidentes é o ritmo lento de execução de outros projectos complementares.

Sostenibilidad potencial

A sustentabilidade potencial é boa. Depois do projeto, os municípios verão melhorada a sua capacidade de gestão e também terão maior acesso aos fundos do Governo, pelo que a sustentabilidade financeira será melhor. O projeto ainda tem que melhorar a sua inserção nas estruturas locais. Um grande encontro de todos os municípios está previsto para breve, mas faria falta além disso reforçar a comunicação (nos dois sentidos) entre a UGP e os beneficiários finais. A participação das entidades públicas ESAF e ENAP tem contribuído fortemente para a sustentabilidade porque são estruturas que têm estado a funcionar desde há anos e que sobreviverão ao projeto. Ambas se apropriaram dos cursos do projeto e os actualizaram para poder utilizá-los em outros contextos. Há uma vontade política de reforçar a capacidade dos municípios e é provável que mais programas sejam definidos pelo Governo Federal neste sentido. O apoio político das Prefeituras ao reforço institucional varia dependendo do seu tamanho. A probabilidade de continuar a utilizar os resultados do projeto vai depender da eficácia do projeto em cada município, isto é, da ligação dos diferentes eixos de actuação e da focalização das ações dentro da Prefeitura. Há uma coordenação estreita com o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GestPública) que tem ferramentas de avaliação de gestão (já utilizadas por alguns municípios beneficiários), bem como uma iniciativa de Redes de Gestão

Observaciones y recomendaciones

MP: Definição da contrapartida nacional. UGP: 1) Após a definição da contrapartida, fazer a programação detalhada de todo o projeto. 2) Refazer o QL quando as fontes e responsabilidades da contrapartida estiverem definidas, incluindo ações específicas para a luta contra a pobreza, melhorar os IOVs, e redistribuindo a atividade 2.1 entre todas as outras atividades. Incluir questões transversais de género no desenho do projeto. 3) Implementar uma maior coordenação e liderança do projeto para assegurar a seleção adequada dos alunos,

para garantir que os municípios irão beneficiar de todos os módulos, para a efetivação de uma melhor coordenação entre a ENAP ea ENAF, e para melhorar a coordenação com outras intervenções a nível municipal. 4) Prestar mais apoio aos centros de recursos existentes como um meio para alcançar um maior impacto nos municípios pequenos. 5) Desenvolver o sistema do monitoramento existente para medir os resultados e o impacto com o auxílio dos IOVs redefinidos.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-128640.01
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto EU-Brazil Sector Dialogues Support Facility

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria	No
temática	D-018698
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	EU-Brazil Sector Dialogues Support Facility
Dominio	Development - Latin America
Sector CAD/CRS	-
Código CAD/CRS adicional	43010 - Ayuda plurisectorial
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	18/09/2008
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	CAULI Rita
Monitor/a	Javier Calzado
Autoridad encargada del proyecto	Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Tipo de socio de ejecución	Partner countries public administration (ministries, municipalities, etc)
Fecha de inicio - prevista	19/09/2008
Fecha de fin - prevista	18/09/2010
Fecha de inicio - real	19/09/2008
Fecha de fin - probable	18/09/2010
Fecha de la visita de monitoreo	de 08/03/2010 a 13/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	2,000,000
Presupuesto previsto para la AT	1,000,000
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	1,555,705
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	1,100,000
Presupuesto total de la operación	3,100,000
Importe total desembolsado por la CE	607,053
Datos financieros con fecha del	19/03/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	B
Eficacia hasta la fecha	C
Impactos esperados	C
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

O projeto é pertinente e coerente com as prioridades do governo do Brasil e da União Europeia (EU) pelo desenvolvimento dos diálogos setoriais de interesse mútuo. O Documento de Orientação Estratégica para a cooperação UE-Brasil no período 2007-2013 (CSP) propôs focar as intervenções em duas áreas prioritárias principais: reforçar a relação bilateral e promover a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável. Na primeira destas áreas, o CSP preconiza o desenvolvimento de ações específicas em matéria de apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil (onde se enquadra o presente projeto), com destaque para os que contribuam para promover a inclusão e equidade sociais, mas também os referentes a outros desafios do desenvolvimento do país. No plano político do projeto, a Comissão Mista UE-Brasil constitui um mecanismo privilegiado para o desenvolvimento das relações bilaterais. Foi no âmbito das reuniões da Comissão Mista que se iniciaram os diálogos setoriais bilaterais. Com o lançamento da parceria estratégica em 2007, o diálogo político de alto nível entre a UE e o Brasil foi substancialmente reforçado através da realização de reuniões de cúpula anuais e da adoção de um Plano de Ação Conjunto (PAC). O desenho do projeto foi destilado desses acordos e reflete portanto uma vontade institucional que os principais sócios do processo e dos diálogos partilharam desde o início. No plano operativo do projeto (técnico), entre os principais atores do projeto está o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). O MP foi identificado como principal executor devido à sua capacidade e posição dentro do aparato estatal, com uma visão horizontal e com relações estabelecidas com o resto dos Ministérios, pela sua função. No entanto, o MP não tem participado anteriormente nos espaços políticos acima descritos, ao contrário do que acontece, por exemplo, com o Ministério da Integração Regional (MI), que tem uma boa visão estratégica do processo. Este fato pode ter vindo a separar ligeiramente a representatividade política da realidade técnica de execução do projeto no dia a dia da implementação (ver eficácia).

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

A eficiência do projeto é boa, especialmente no nível do desempenho financeiro. A disponibilização de recursos financeiros é feita adequadamente. Os custos dos insumos fornecidos pela ATI correspondem às previsões contratuais. Os recursos são administrados de forma responsável e eficiente pela unidade de coordenação do projeto no MP (UCP), a qual realiza um seguimento adequado dos contratos e subvenções, focado não só na execução financeira, mas também técnica. A primeira convocatória formalizou-se com o apoio a 22 ações; 2 destas ações não foram finalmente formalizadas. Essa convocatória acentuou os temas de: desenvolvimento e coesão social, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional e ordenamento do território. O valor limite disponibilizado para cada ação foi de \$ 600.000 Reais, com a contrapartida nacional fixada em 30%. A Segunda Convocatória formalizou-se com o apoio a 11 ações. O valor disponibilizado por ação foi de \$ 300.000 Reais sendo estabelecidos os limites percentuais de 65% para contratação de peritos e 35% para missões e apoio logístico. As ações se concentraram no período de Fevereiro a Julho de 2010. Até ao momento foram executados 95% do orçamento previsto para a 1ª e a 2ª convocatórias da fase piloto do projeto. A equipe de coordenação do projeto no MP, a UCP, utiliza o QL como ferramenta de gestão de uma forma limitada, tratando as premissas e lógica do ML mais como uma relação de atividades que como uma sequência estratégica ao serviço do desenvolvimento da parceria estratégica UE-Brasil. O Plano de Atividades existente para a execução do projeto está limitado à realização das convocatórias. O sistema de convocatórias (principal canal de execução das atividades do projeto) é definido no Manual de Execução do Projeto, actualmente em revisão com o objetivo de facilitar seu melhor entendimento pelos parceiros. O interesse e dedicação ao projeto pela Delegação no Brasil é manifesto, os responsáveis mantêm reuniões frequentes com a UCP.

Eficacia hasta la fecha

A eficácia do projeto se vê limitada pela indefinição do conceito de diálogo, que estreita o quadro de ação do

projeto e dos parceiros na hora de ter acesso aos serviços. Mesmo que um diálogo por definição seja um conceito necessariamente aberto e flexível, de forma a conter a riqueza e o dinamismo das relações setoriais e institucionais bilaterais, é também compatível com certo nível de definição e estrutura que facilitem o entendimento mútuo entre as partes. Sem uma definição adequada dos diálogos a serem apoiados, corre-se o risco de confundir ações de apoio individuais (meios instrumentais) com os próprios diálogos (fins estratégicos). As convocatórias são consideradas o único mecanismo de execução do projeto, o que limita a capacidade de iniciativa necessária por parte do projeto para propor e dinamizar por si mesmo ações e diálogos. Este fator poderia estar limitando a qualidade dos produtos obtidos. O limitado número de técnicos de apoio operacional na UCP, disponibilizados pelo MP, sobrecarrega excessivamente a direção do projeto com questões de ordem logística e operacional, comprometendo o planejamento das questões estratégicas. A UCP precisa ser reforçada com pessoal suficiente na parte operativa, e experiência sênior na parte diretiva, de forma a facilitar uma maior integração dos níveis de execução. Não se incluem atividades nem de seguimento interno (leitura de indicadores) nem de visibilidade e comunicação (por parte da UCP). Ambos os tipos de atividades acrescentariam valor – estatégico - a um projeto desta natureza; especialmente numa fase de aprendizagem como a actual fase-piloto, desenhada para validar a lógica do projeto e sua versatilidade como dinamizador da estratégia conjunta UE-Brasil. O nível de implementação final (especialmente na fase seguinte do projeto) dependerá muito da integração dos níveis político e técnico-operativo. Os IOVs são insuficientemente precisos para refletir a contribuição potencial dos produtos aos resultados.

Impactos esperados

Existem fatores que limitam as perspectivas de impacto. O sistema de comunicação e articulação institucional é deficiente. Neste tipo de projeto esta deficiência afeta principalmente a probabilidade de impacto devido ao divórcio já mencionado entre os espaços político (diálogos) e operativo (ações). Apesar do MRE desempenhar um papel central na condução dos diálogos do lado brasileiro, o Projeto mantém contactos escassos com as três entidades que o representam neste contexto (o Departamento Europa III, a ABC e a Missão em Bruxelas). Além disso, o MRE acompanha o progresso dos diálogos setoriais e do PAC ao nível da Comissão Mista e da Cúpula Anual, possuindo desta forma informações essenciais ao bom desempenho da UCP na coordenação geral dos diálogos. Em termos formais, está previsto apenas um contacto entre o MRE e a UCP através das reuniões anuais do Comitê Consultivo do Projeto, o que é insuficiente. Deste modo, a UCP tem um acesso bastante limitado a informações cruciais sobre o desenvolvimento dos diálogos, e sobretudo sobre a articulação dos mesmos com o diálogo político. O fato do projeto estar sendo coordenado pelo MP (via UCP), órgão que tem interações com todos os demais ministérios, facilita a articulação entre os parceiros institucionais, mas limita a visão mais estratégica e política dos diálogos, diminuindo o seu impacto. É importante salientar a importância dos parceiros institucionais terem uma real compreensão do propósito do projeto, para que este não seja somente uma oportunidade para a realização de ações pontuais. Existe uma tendência, refletida no estudo de base dos diálogos e comprovada por este monitoramento, para abordar os diálogos com base no critério “instituição” em detrimento do critério “setor”. Não deve perder-se a perspectiva integrada ou convergente dos diálogos na base do critério “setor”. Caso contrário, poderá perder-se a contribuição para o desenvolvimento da parceria estratégica (objetivo último do projeto)

Sostenibilidad potencial

A sustentabilidade geral é boa. Os diálogos setoriais constituem um instrumento privilegiado de cooperação e política externa utilizado pela UE, particularmente no âmbito das parcerias estratégicas com países terceiros, que reforça os princípios da reciprocidade, complementaridade e interesse mútuo, numa conjuntura de receptividade política. A conjuntura de receptividade política (parceria estratégica) sem dúvida facilita a sustentabilidade das ações no quadro do projeto. A seguinte fase deve reforçar essa idéia estratégica de conjunto para melhorar a sustentabilidade. É muito provável que os apoios políticos no contexto da parceria estratégica continuem após o termo do projeto. As atividades do projeto inserem-se em processos preexistentes muito mais amplos, abrangentes e profundos, que de alguma forma darão continuidade e garantirão a permanência das relações após a conclusão do projeto. A execução das ações que resultam das convocatórias é feita com instituições principalmente governamentais, as quais têm programas e orçamento regular e poderiam integrar as ações iniciadas dentro da sua própria estratégia e dar-lhes assim sustentabilidade financeira. A sustentabilidade das ações dos contratos de subvenção está parcialmente garantida pela sua inserção em projetos mais amplos e mais longos. Falta uma estratégia de saída financeira geral, embora esta possa vir a ser formulada no quadro da segunda fase do projeto.

Observaciones y recomendaciones

O projeto deve ser percebido como um instrumento de cooperação diferente da cooperação técnica tradicional

(baseada no fortalecimento institucional de uma das partes), que contribui para criar uma nova cultura de relações bilaterais fundamentada em relações de maior reciprocidade, equilíbrio e complementaridade de interesses. Este conceito ainda não está suficientemente divulgado, e resulta desconhecido por muitos dos parceiros (beneficiários das ações do projeto). Recomendações: R1.- (Comitê Consultivo, DELBRA, MRE, MI, MP) Aumentar o papel do MI na execução do projeto (devido à sua visão estratégica e experiência anterior na condução de diálogos setoriais a nível político-estratégico) e favorecer uma integração da sua visão na gestão do projeto pela UCP. R2.- (Comitê Consultivo, DELBRA) Aumentar e melhorar a comunicação entre os níveis político e técnico do projeto (orientações estratégicas) por meio de uma sistematização e estreitamento das relações, contato e trocas de informação entre o MRE, MRE (ABC) e o MP. R3.- (MP, UCP) Racionalizar os diálogos de uma perspectiva estratégica favorecendo a sua estruturação. Definir as características estruturais fundamentais dos diálogos para facilitar a sua compreensão pelos parceiros internacionais e assim evitar dispersão de ações não enquadradas em diálogos setoriais. R4.- (Comitê Consultivo, MP (UCP)) Potenciar nas convocatórias as ações integradas e convergentes (priorizar e reduzir o leque das ações e temáticas), evitando apoiar ações isoladas que tenham um caráter puramente institucional, sem articulação setorial. R5.- (UCP, SOGES) Conceber e aplicar urgentemente a Estratégia de Comunicação e Visibilidade. R6.- (UCP) Desenhar Estratégia de Monitoramento de Impactos das ações, evolução dos diálogos, leitura de aprendizados e boas práticas. Pôr em funcionamento um “Observatório dos diálogos”, como instrumento de seguimento e monitoramento dos diálogos (sendo a sua primeira peça o estudo de base do estado dos diálogos setoriais, de Nov-Dez de 2009). R7.- (Comitê Consultivo, MP) Internacionalizar as ações apoiadas pelos diálogos (aumentando o seu âmbito propositivo do lado europeu), utilizando a estratégia de comunicação da (R5). R8.- (MP) Aumentar a dotação da equipe de gestão do projeto e evitar a rotação de pessoal (UCP)



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-105640.03
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto FLORELOS: Ecological and Social Links among Brazilian Forests through Sustainable Livelihoods in Productive Landscapes

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-114622
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	FLORELOS: Ecological and Social Links among Brazilian Forests through Sustainable Livelihoods in Productive Landscapes
Dominio	Medio Ambiente
Sector CAD/CRS	-
Código CAD/CRS adicional	41030 - Diversidad biológica
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	02/12/2006
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	CARVALHO Cristina
Monitor/a	Nathalie Frere/Angela Garcia-Monge
Autoridad encargada del proyecto	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)
Tipo de socio de ejecución	Local NGOs/CSOs/Universities (at Partner country level)
Fecha de inicio - prevista	03/12/2006
Fecha de fin - prevista	01/12/2011
Fecha de inicio - real	03/12/2006
Fecha de fin - probable	01/12/2012
Fecha de la visita de monitoreo	de 08/03/2010 a 12/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	3,499,810
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	3,499,810
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	2,599,980
Presupuesto total de la operación	6,099,790
Importe total desembolsado por la CE	1,244,397
Datos financieros con fecha del	27/01/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	C
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	C
Eficacia hasta la fecha	C
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

O projeto é pertinente, responde às necessidades dos grupos metas considerando amplamente os aspetos transversais e com uma lógica de intervenção válida. Mas ainda falta clareza na estratégia do trabalho de sistematização e no modo de implicação dos sete parceiros na implementação do projeto. Os objetivos de FLORELOS continuam sendo coerentes com as políticas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com os objetivos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (Global Environment Facility- Small Grants Programme GEF-SGP), e as prioridades no tocante ao meio ambiente da política de cooperação da Comissão Europeia no Brasil (Country Strategy Paper 2002-2006 e 2007-2013). O Cerrado representa um terço da área geográfica do Brasil com um bioma e uma biodiversidade ameaçada pela expansão das atividades agropecuárias e pelos grandes projetos, impulsionados pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Governo. O projeto, que procura melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, usando o próprio Cerrado como fonte de recursos, porém de uma maneira sustentável, continua sendo adequado à problemática dos grupos alvo. A coordenação de doadores entre GEF e UE está muito bem integrada no projeto, que reforça ao Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS), coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com 15 anos de experiência. Duas fraquezas diminuem a qualidade do desenho: 1) A estratégia do projeto está desenhada e prevista com a participação de oito parceiros, cada um com uma experiência específica, dando riqueza e diversidade ao FLORELOS. No obstante, e a pesar da repartição das atividades entre parceiros no cronograma, não se identifica a distribuição de papéis e responsabilidades entre os parceiros, nem o sistema de governança ou de coordenação, indispensáveis para construir uma reflexão em conjunto que possa conduzir ao alcance do objetivo específico (OE). 2) A pesar de muitos esforços para quantificar os indicadores do quadro lógico (QL) para que estes mesmos possam servir de ferramenta de sistematização, não se encontraram ainda indicadores pertinentes medindo o avanço do processo, por falta de inclusão de resultados intermediários.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

Os problemas financeiros se resolveram com o desembolso da segunda parcela em Abril 2009, o projeto retomou o conjunto das suas atividades com dinamismo, entregando produtos de alta qualidade, porém com conseqüências: um atraso na execução de atividades com respeito ao cronograma geral e uma desapareção da maioria dos parceiros que se transformou numa sobrecarga nos recursos humanos (RH) do ISPN. Durante o tempo de “semi-paralisação” do projeto (Dezembro 2007 – Abril 2009; correspondendo ao tempo de estudo das conclusões das duas auditorias consecutivas que apontavam as dificuldades de encaixar 43% dos recursos financeiros executados dos PPP-ECOS nos formatos de relatórios financeiros da CE), o projeto se financiou com os 30% restantes da primeira parcela da UE e a contribuição dos PPP-ECOS. Mas esse montante não foi suficiente para cobrir as despesas de execução de todas as atividades, e em particular das atividades que deviam ser executadas pelos parceiros. Na retomada do projeto em Abril 2009, o ISPN se mostrou muito construtivo: a equipe foi reestruturada com entrada de novas pessoas e com cuidado de não criar conflito de interesses apontados na primeira auditoria, esclarecendo as regras nos contratos de RH, estimulando aos executores dos PPP-ECOS na entrega de notas fiscais. Porém algumas dúvidas nos procedimentos da UE persistem e deverão ser esclarecidas antes do depósito do segundo relatório financeiro. Para reanimar o projeto, foi planejado um novo calendário para o período Maio 2009-Maio 2010. Até agora 75% (100% considerando o tempo transcorrido de nove meses) das atividades foram executadas. Vários produtos foram obtidos entre Maio 2009 e Fevereiro 2010: 20 novas iniciativas PPP-ECO em curso, 6 publicações sobre “Sistemas de produção sustentável”, comercialização de produtos de 35 empreendimentos pela Central do Cerrado, participação em 20 eventos, diagnóstico e mapeamento de terras indígenas. Sem embargo, a pesar desses esforços o projeto encontra-se atrasado: na data do monitoramento 50% do orçamento total foi executado, correspondendo a 60% da contribuição do PNUD e 35% do financiamento UE, para 60% do tempo

transcorrido. Existe um desequilíbrio entre as atividades de implementação e seguimento dos PPP-ECOS executados, e as atividades de sistematização e apoio à formulação de políticas públicas que dependem mais do financiamento UE. Os diferentes parceiros não foram ainda informados e contatados após o desembolso da segunda parcela, fora do Centro de Trabalho de Indígenas (CTI) e o PNUD, que executaram atividades do FLORELOS. Sem embargo, o ISPN terá que revisar essa situação porque os RH sobrecarregados não poderão substituir os parceiros e entregar produtos de qualidade durante muito mais tempo.

Eficácia hasta la fecha

Embora se evidencie uma grande capacidade do FLORELOS em oferecer muitas matérias sistematizadas sobre entraves ao agro extrativismo e problemática do Cerrado necessárias para incidir nas políticas públicas a favor do desenvolvimento sustentável desse bioma, e das muitas melhorias na execução do projeto, a probabilidade de alcançar o OE é questionada. Não se visualizam bem os avanços nos processos de incidências nas políticas públicas especificamente ligadas à intervenção do FLORELOS. O monitoramento analisou três causas: 1) A riqueza do FLORELOS está ligada à diversidade de experiências e de ações dos parceiros que até hoje não conseguiram na maior parte produzir resultados. Perdeu-se a experiência internacional do IDDRI, a agilidade de relacionar pesquisa e comunidade do IEB, a experiência em conservação de biodiversidade da FUNATURA, em plantas medicinais de AGROTECH, a reflexão em governança ecossocial do CEBRAC, com a consequente perda de riqueza do projeto. 2) Falta de medição dos avanços do FLORELOS em termos de incidências nas políticas públicas: FLORELOS participou de muitos eventos, embora não é ainda força de sistematização desses eventos ou de proposição para elaborar anteprojetos ou normativas. 3) As ações do FLORELOS sobre incidência nas políticas se concentram a nível nacional e não atingem as políticas locais a nível estadual e municipal.

Impactos esperados

O impacto potencial de FLORELOS é satisfatório: o projeto apóia a sustentabilidade ambiental do bioma do Cerrado, mediante a presença positiva dos atores que a povoam. A localização do Cerrado no centro do Brasil faz dele uma ligação entre a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Pantanal e a Caatinga, principais biomas do país. O projeto contribui ao objetivo geral, embora seja difícil discernir entre os impactos derivados dos PPP-ECOS e do próprio FLORELOS, o projeto tem ajudado a manter e reforçar os impactos dos primeiros. Os PPP-ECOS apóiam iniciativas de comunidades tradicionalmente isoladas e marginalizadas. FLORELOS abre um espaço para sua interconexão e capacitação, incidindo na sua capacidade de decisão e gestão, governança ecossocial e valoração como atores na sustentabilidade do Cerrado. Tem viabilizado uma saída comercial para os seus produtos e a nível institucional, tem-se atuado diretamente em políticas públicas em prol do Cerrado. Um dos fatores externos que poderá diminuir o impacto reside ainda nas grandes construções dentro do PAC que provoca perda de território e grande pressão sobre a população, assim como as explorações florestais de eucalipto ou de soja. Uma das estratégias para contornar esse problema consistiria em trabalhar mais na incidência de políticas locais.

Sostenibilidad potencial

O projeto tenta promover a autonomia a través do mercado, evitando a dependência do financiamento externo. Contudo, esse ponto resulta utópico numa região de exploração de gado intensivo com ameaças dos cultivos de soja ou biocombustíveis. Por tanto, a viabilidade econômica das comunidades indígenas e agro extrativistas dependerá também de uma vontade política e de uma política agrária adaptada. O valor agregado do FLORELOS é estar perto do produtor, dar capacitação e acompanhamento no processo de comercialização, assim, embora ainda a dependência seja grande, diversos empreendimentos (Frutasã, Central do Cerrado, Viveiro) estão dando os primeiros passos para a sua sustentabilidade e viabilidade comercial. O projeto está inserido em estruturas institucionais: no Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) dependente do MAPA (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), atendendo a merenda escolar de redes estaduais; no Programa Bolsa Família do MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome); no PGPM (Programa de Garantia de Preços Mínimos) da CONAB. Todos estes programas estão bem inseridos nas suas instituições e possibilitam a viabilidade comercial dos produtos do agro extrativismo do Cerrado. O nível de apropriação do público alvo é muito elevado.

Observaciones y recomendaciones

A liberação da segunda parcela permitiu redinamizar o projeto, que deve ainda mobilizar aos seus parceiros para poder alcançar seu OE. O tempo restante para a fim do projeto pode comprometer o alcance dos objetivos. ISPN: 1) Entregar o antes possível os relatórios financeiros do ano 2 e 3 correspondentes ao período Janeiro

2008–Fevereiro 2009. Solicitar eventualmente a ajuda de “Contratos e Finanças da DUE” para verificar o bom formato dos relatórios financeiros e a possibilidade de pedir algumas alterações de orçamento na subrubrica viagens nacionais. 2) Informar aos parceiros do estado de avance do FLORELOS e organizar um seminário para definir uma política de parceria: verificar a disponibilidade e a vontade dos parceiros em participar na execução do projeto, fazer uma leitura comum dos objetivos, definir os arranjos institucionais e o sistema de governança, estabelecer um planeamento comum até o final do projeto. 3) Continuar a reflexão sobre a busca de indicadores e forma de medição de resultados para o seu próprio sistema de monitoramento interno.. DUE : Dar todo o apoio à boa apresentação dos próximos relatórios financeiros. ISPN-CTI-AGROTECH-FUNATURA-IEB-PNUD-IDDRI: Agendar e definir melhor o que FLORELOS pretende atingir. Conduzir uma reflexão sobre os indicadores, incluir produtos e indicadores de processo que permitam medir o valor agregado do projeto num processo de formulação de políticas publicas. 4) Estabelecer uma estratégia que possa dar a dimensão internacional prevista no FLORELOS. 5) Estudar estratégias para incidir nas políticas publicas locais (níveis municipal e estadual).



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-105380.03
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Shared forest governance in the Xingu river headwaters region

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-114422
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Shared forest governance in the Xingu river headwaters region (Governança florestal Xingu)
Dominio	Medio Ambiente
Sector CAD/CRS	-
Código CAD/CRS adicional	31210 - Política de silvicultura y gestión administrativa
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	13/12/2006
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	CARVALHO Cristina
Monitor/a	Vincent Brackelaire
Autoridad encargada del proyecto	Instituto Social Ambiental (ISA)
Tipo de socio de ejecución	Local NGOs/CSOs/Universities (at Partner country level)
Fecha de inicio - prevista	16/12/2006
Fecha de fin - prevista	16/12/2010
Fecha de inicio - real	16/12/2006
Fecha de fin - probable	16/10/2010
Fecha de la visita de monitoreo	de 02/03/2010 a 07/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	3,363,126
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	3,363,126
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	850,594
Presupuesto total de la operación	4,213,720
Importe total desembolsado por la CE	2,313,714
Datos financieros con fecha del	31/10/2009

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	A
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	A
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

- O projeto é de grande pertinência, procurando contribuir para a gestão sustentável na Bacia Amazônica por meio da experiência da governança florestal compartilhada no Xingu - Mato Grosso. Ele é pertinente em relação aos objetivos da cooperação da UE relativos ao meio ambiente, às florestas e à governança socioambiental (sendo a região do Xingu prioritária para a cooperação da UE, com dois projetos bilaterais em fase de identificação/formulação, na Terra do Meio e no Município de São Felix do Xingu); responde bem às necessidades dos produtores que habitam nas cabeceiras do rio Xingu e que precisam de alternativas à deflorestação e dos povos indígenas do Parque Indígena do Xingu (PIX), que sofrem em resultado das ações predatórias nas cabeceiras ao redor do parque; é coerente com as políticas do governo (no atual contexto de um ataque intenso às bases da legislação socioambiental por grupos de interesses econômicos e de um retrocesso possível em relação ao Código Florestal e a toda a política ambiental).
- Nesta região campeã da deflorestação, os 5 sócios do projeto (ISA, IPAM, ICV, FORMAD, STRLV) já estavam reunidos na Campanha Y Ikatu Xingu com objetivos comuns em torno das nascentes do rio Xingu, e o projeto permitiu a implementação de uma ação conjunta entre todos com base na experiência técnica e na atuação setorial e geográfica de cada um, facilitando uma estratégia mais forte e bem articulada.
- Existem, graças ao projeto, importantes avanços no sentido de melhorar as políticas públicas socioambientais e florestais tanto na esfera federal (Código Florestal, CONAMA, etc.), como na estadual do Mato Grosso (SEMA, ZSEE, etc.) e na de 8 municípios (zoneamento municipal em escala apropriada).
- A lógica da intervenção continua coerente e não deve mudar, com 5 resultados esperados que correspondem a processos de governança desenvolvidos pelo projeto e permitem cumprir seus objetivos.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

- O projeto é muito eficiente, em grande parte graças ao excelente consórcio, estruturado de maneira coerente (cada um dos 5 parceiros tem uma responsabilidade técnica-geográfica na região de abrangência do projeto), com objetivos e instrumentos de gestão comuns, o que permite abordar com eficiência os complexos problemas que se encontram no Xingu e cumprir os objetivos deste projeto.
- Os produtos previstos foram em geral realizados sem atraso, na sequência lógica prevista e com alta qualidade técnica (capacitação, publicações, ZSEE, etc.). A Gestão Técnica do projeto acompanha a elaboração dos produtos (com base num mind map), o que favorece a execução de todos os produtos planejados, e tem um bom conhecimento das previsões de entrega dos produtos de cada parceiro.
- O projeto desenvolveu uma estratégia de captação de recursos complementares e conseguiu mais de 20 outros projetos, implementando um sistema financeiro que garante uma gestão transversal e transparente.
- Os relatórios anuais do projeto são satisfatórios; no entanto, os avanços do projeto tornam necessário reestruturar a apresentação da ação; a melhoria do QL por parte dos sócios ajudará a apresentar melhor os resultados e os indicadores esperados na situação atual.

Eficacia hasta la fecha

- O projeto avança de maneira coerente e satisfatória para a realização dos cinco resultados esperados com relação à governança florestal na região do Xingu no Mato Grosso. A qualidade dos serviços do projeto (planejamento territorial, fomento e assessoria à cultura agroflorestal, educação, etc.) é muito alta e oferecida por organizações experientes e especializadas. Todos os grupos alvo considerados estão sendo atingidos como previsto e participam no processo, incluindo o grupo mais resistente dos fazendeiros agro-pecuaristas. O fato do projeto ter sede na região (Canarana – MT) e sub-sedes nas sub-regiões de atuação do projeto, foi fundamental para garantir a eficácia das ações. A contratação de quadros técnicos locais favorece os

resultados esperados. O projeto constitui, porém, apenas o início de um processo que deverá ser consolidado com outros projetos, e ampliado a outras partes da bacia do Xingu.

- Em relação a uma das componentes mais importantes, a restauração agroflorestal, a alternativa técnica desenvolvida com a utilização de diferentes coquetéis de sementes segundo as áreas a restaurar provocou uma extensa cadeia de efeitos sociais e econômicos e está abrindo caminhos inesperados para o futuro da região: rede de sementes, casas de sementes, viveiros municipais, aprendizagem das espécies nativas, mercado de sementes, nova profissão de "coletor de sementes", intercâmbios entre grupos que conhecem as espécies nativas (como assessoria dos índios aos outros grupos, incluindo fazendeiros).
- O processo está sendo reconhecido através de prêmios, como o "Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente" concedido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) ao Município de Marcelândia apoiado pelo projeto (iniciativa "Marcelândia Legal").

Impactos esperados

- No caso da região da bacia do Xingu, uma situação de ilegalidade generalizada, que favorece a deflorestação e a violência por falta de propostas legais, está sendo corrigida com base numa ampla campanha, sustentada de fato por este projeto apoiado pela UE, campanha que articula todos os setores da população, propondo um caminho legal e sustentável para o futuro da região.
- O projeto, um dos mais importantes suportes da Campanha Y Ikatu Xingu, leva a uma definição clara de um "bem comum" entre todos os setores da população da região: a água do rio Xingu; e contribui para a consciência geral de uma situação de emergência com relação a esse bem (conservação das cabeceiras do Xingu), o que facilita hoje os impactos. Esse "bem comum" permite pouco a pouco consolidar uma identidade regional entre povos muito diversos e potencialmente conflitivos, como Índios, pequenos agricultores e fazendeiros, que hoje começam a dialogar e trabalhar juntos em espaços promovidos pelo projeto.
- A estratégia de governança florestal a partir deste projeto foi capaz de envolver uma série de outros financiadores a todos os níveis, favorecendo a coerência no apoio à melhoria da governança florestal.
- Todos estes elementos constituem uma base indispensável para inverter uma situação socioambiental gravíssima; por essa razão, é importante destacar os impactos do projeto apesar de ainda não haver mudança significativa na deflorestação, em termos numéricos. O fato de mostrar com ações concretas em todos os setores da região que a situação não é irreversível representa um impacto histórico na Amazônia.

Sostenibilidad potencial

- Destaca-se a capacidade de envolver múltiplos doadores, de todos os setores, devido ao apelo que partiu da região graças à Campanha nacional.
- O desenho do projeto contemplou a educação (componente 3) como estratégia básica de sustentabilidade do processo, no sentido de assumir e se apropriar de uma nova cultura agro-florestal. Frente ao perigo de um quadro legal ambiental ameaçado no Brasil em 2010, é a ação educativa e formativa que torna este processo irreversível.
- O projeto dinamiza um processo que necessitará de ser consolidado através de pelo menos mais uma fase de apoio para consolidar os resultados conseguidos, ou através de um número significativo de outros doadores (como empresas nacionais e locais que já complementam o projeto com contribuições financeiras).
- O projeto é um elemento importante na estratégia de cooperação da UE na região amazônica, como modelo para outros projetos que estão sendo lançados (incluindo projetos bilaterais).

Observaciones y recomendaciones

- O Projeto Governança Florestal foi selecionado para compor a carteira de projetos da UE na COP 15 pela sua contribuição para a redução das emissões de carbono no Brasil; foi também escolhido para ser um dos representantes mato-grossenses de sucesso no Salão Nacional dos territórios rurais em Brasília-DF. Essas indicações demonstram o reconhecimento por parte da UE e do governo brasileiro da importância dos processos de governança empreendidos na região das nascentes do rio Xingu.
- Conseguir trabalhar com o "setor fazendeiro" não é fácil na Amazônia brasileira, e outros projetos apoiados pela UE deveriam poder beneficiar desta experiência e metodologia, até porque é objetivo do projeto ser "laboratório de experiências aplicáveis a outras partes da Amazônia". Em particular, IIEB/GRET/ADAFAX, apoiados também pela UE, trabalham com grupos-alvo que enfrentam graves problemas como o setor fazendeiro no Sul do Pará (na mesma bacia do Xingu).

- Um exercício de adaptação do QL (revisão de indicadores) entre todos os sócios é importante durante 2010, último ano deste projeto. Por outro lado, o projeto é amplo, e os relatórios poderiam apresentar melhor a articulação de tantas atividades, assim como o complexo contexto institucional, com vista à ampliação e consolidação do processo no futuro.

Poderiam considerar-se diferentes iniciativas neste sentido:

1. A região do Xingu tem tudo a ganhar com a ampliação da Campanha ao sul do Pará, pelo ISA e seus parceiros.
2. A Delegação da UE poderia promover intercâmbios e coordenação entre os projetos que apoia na região (incluindo os projetos bilaterais).
3. Seria interessante promover intercâmbios entre fazendeiros das duas áreas (que fazem parte da Bacia do Xingu), procurando encontrar soluções baseadas em possíveis interesses comuns entre setores.
4. O espaço onde se encontram todas estas ONGs atualmente (Rede Terra do Meio) não é suficiente.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-128641.01
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Promovendo a inclusão socio-ambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira por meio da gestão territorial e adoção de práticas de manejo sustentável dos recursos florestais

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-152459
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Promovendo a inclusão socio-ambiental das populações em zonas de ocupação da Amazônia brasileira por meio da gestão territorial e adoção de práticas de manejo sustentável dos recursos florestais
Dominio	Development - Environment
Sector CAD/CRS	31210 - Política de silvicultura y gestión administrativa
Código CAD/CRS adicional	31210 - Política de silvicultura y gestión administrativa
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	01/12/2008
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	DORRESTEIJN Hans
Monitor/a	Vincent Brackelaire
Autoridad encargada del proyecto	Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB
Tipo de socio de ejecución	Local NGOs/CSOs/Universities (at Partner country level)
Fecha de inicio - prevista	01/01/2009
Fecha de fin - prevista	01/01/2013
Fecha de inicio - real	01/01/2009
Fecha de fin - probable	01/01/2013
Fecha de la visita de monitoreo	de 08/03/2010 a 11/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	2,498,103
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	2,498,103
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	772,950
Presupuesto total de la operación	3,271,053
Importe total desembolsado por la CE	562,301
Datos financieros con fecha del	15/03/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	B
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

- O Projeto Fronteiras Florestais é pertinente com relação aos objetivos da cooperação da UE relativa ao meio ambiente e às florestas e à governança socioambiental (sendo a região do Xingu uma prioridade para a cooperação da UE, com dois projetos bilaterais em fase de identificação/formulação na Terra do Meio e no Município de São Felix do Xingu). Por outra parte, seus objetivos são coerentes com as políticas do MMA (Ministério de Meio Ambiente) e do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) com os quais mantêm estreitas relações (porém, num contexto de retrocesso possível em 2010 com relação ao Código Florestal e de toda a política ambiental brasileira) assim como com os programas das instâncias estaduais (como SEMA, SEDUC, etc). Finalmente, o projeto atende as necessidades dos povos da região para a gestão sustentável das suas terras, para alternativas ao uso predatório dos recursos naturais e para consolidar suas organizações e influenciar as políticas públicas.
- O quadro lógico (QL) deveria ser aprimorado durante o segundo ano do projeto. Os objetivos gerais são muito complexos, e deveriam ser reformulados junto ao objetivo específico e aos indicadores, para facilitar as avaliações futuras; por enquanto, a estrutura do projeto e do seu QL permite avançar com relação aos objetivos como estão formulados hoje. A nível transversal, o principal problema do projeto é não apresentar uma estratégia específica de gênero.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

- O projeto foi eficiente este primeiro ano. Apesar de ainda não ter muitos produtos, é convincente porque apresenta uma perfeita linha de base com diagnósticos institucionais das regiões onde atua, e organização entre grupos-alvo.
- O projeto é executado com base na articulação entre cinco parceiros (IIEB, GRET, IMAZON, ADAFAX, IPA) com harmonia de objetivos e experiências técnicas que se complementam. A estrutura do Consorcio, seu Comitê Gestor dirigido pelo IIEB, e um manual operativo para os sócios, devem permitir um bom funcionamento nas duas regiões de intervenção, à condição de intensificar os intercâmbios e apoio entre todos os sócios. Duas das organizações (GRET e ADAFAX) já atuaram juntas no projeto Terra Verdes com apoio da UE (na região do Sul do Pará), o que constitui uma importante base de experiência para o atual projeto. O projeto Terra Verde foi monitorado ex-post por outra missão.
- Projetos como este, em regiões amazônicas distantes, implicam lidar com condições de trabalho muito difíceis que podem frear o ritmo de trabalho e de produtos e resultados se os meios não acompanham; porém, a disponibilidade e o uso de meios e insumos para cada parceiro não apresentaram aqui problemas de maneira interna. O principal problema foi a demora de três meses para receber a segunda parcela da UE depois da entrega do relatório do primeiro ano em Dezembro 2009, colocando o projeto em perigo.

Eficacia hasta la fecha

- O projeto demonstra uma eficácia razoável depois de um ano, apesar de ser muito cedo para poder medir efeitos diretos. A qualidade dos serviços oferecidos relativos aos resultados esperados (planejamento, apoio agro-florestal, capacitação) pode ser considerada desde já muito alta porque propostos por organizações experientes e especializadas, o que favorecerá os resultados esperados do projeto.
- Todos os grupos-alvo considerados têm sido contatados como previsto e começam a participar no processo. Não está aqui previsto trabalhar com o setor dos fazendeiros agro-pecuaristas; porém este grupo constitui um sério problema para a paisagem da região e pode frear o processo de desenvolvimento das comunidades e vilas. Ninguém ainda buscou nesta parte do Xingu soluções junto ao “setor fazendeiro”.
- Graças ao Consorcio, o projeto tem subsedes locais na região, o que é fundamental para garantir continuidade e acompanhamento dos grupos-alvo. O fato de ter quadros técnicos locais (em ADAFAX e IPA)

favorece também os resultados esperados nas comunidades.

Impactos esperados

- Ainda não é possível ver impactos, mas a perspectiva de impacto direto do projeto com relação ao objetivo geral de buscar a redução do ritmo de desmatamento na região é positiva tanto com relação a comportamentos quanto às políticas, em particular porque já existe um caminho aberto pela experiência anterior do projeto Terra Verde com bons resultados e impactos. Porém os indicadores não são muito realistas (com relação a processos que deveriam incidir no desmatamento em 4 anos), e deveriam ser revistos num exercício de readequação do QL durante o segundo ano, entre os 5 sócios.
- Os fatores externos que poderiam ameaçar o impacto direto seriam a impossibilidade de dialogar com o “setor fazendeiro”, além de um possível retrocesso das políticas socioambientais do governo, a falta de continuidade das equipes nos municípios, a troca de governos municipais depois de eleições, etc.
- Nesta parte da bacia do Xingu, o projeto enfrenta a mesma situação de ilegalidade generalizada acelerando o desmatamento e a violência, assim como na parte matogrossense onde atua o Consorcio do ISA, através da campanha I Ykatu Xingu com muito impacto e possibilidades de melhorias. O fato desta Campanha não atingir atualmente o Sul do Pará (apesar de ser já financiada pela UE na parte das Cabeceiras) deixa mais frágeis as ações socioambientais na região do projeto Fronteiras florestais.
- A estratégia de envolver uma série de outros financiadores (USAID, Fundo Vale, Moore) favorece a coerência dos apoios e os impactos na melhoria da governança florestal.

Sostenibilidad potencial

- As organizações parceiras ADAFAX e IPA apóiam no terreno as comunidades beneficiárias, as famílias ligadas à Casa Familiar Rural e a Cooperativa, a interiorizar os aportes do projeto com a perspectiva de replicá-los ou integrá-los institucionalmente.
- Todas as atividades de assessoria técnica e capacitação são implementadas para que as comunidades e famílias de pequenos produtores possam reproduzir uma série de modelos agro-florestais sustentáveis e rentáveis (como a produção do cacau na APA do Triunfo).
- Observam-se diálogos com as varias esferas de governo para ampliar e perenizar o apoio. No âmbito do Consorcio do projeto, brilha a atuação da ADAFAX nas interações com o nível político municipal, estadual e federal (como associação local cuja consolidação é resultado do projeto Terra Verde). É pertinente que sejam os sócios no terreno que liderem as negociações políticas, como aqui.
- Neste sentido, a capacidade de atrair fundos complementares durante o projeto demonstra também que as propostas são convincentes e que no futuro poderá continuar encontrando apoios financeiros internacionais, regionais e locais complementares.

Observaciones y recomendaciones

1. Para favorecer impactos socioambientais, é importante promover o diálogo entre todos os setores da população da região: pequenos produtores, índios, organismos públicos, incluindo fazendeiros (um dos objetivos do projeto complementar IIEB/ADAFAX com o Fundo Vale é de promover este diálogo).
2. A região de atuação do projeto se caracteriza por conflitos entre fazendeiros e pequenos produtores, porém esta dimensão é pouco considerada pelo projeto. As organizações do Consorcio poderiam ter um papel mais pro-ativo com relação à intermediação e resolução de conflitos.
3. Promover o desenvolvimento sustentável fazendo participar o “setor fazendeiro” é difícil e pouco experimentado. Porém a UE apóia um projeto com ISA no Xingu matogrossense neste sentido, e seria estratégico promover intercâmbios entre os projetos, em particular com relação ao trabalho com os fazendeiros, organizando por exemplo intercâmbios entre fazendeiros das duas regiões (que fazem parte da Bacia do Xingu!), buscando soluções baseadas em possíveis interesses comuns entre grupos.
4. Também é importante coordenar com ISA e o Projeto Cabeceiras do Xingu para estender a Campanha Y Ikatu Xingu para o Sul do Pará e a região do projeto Fronteiras florestais. A Campanha mostra hoje que a situação não é irreversível, com exemplos e ações concretas entre todos os setores da região.
5. Seria interessante se a Delegação da UE em Brasília pudesse promover este tipo de coordenação entre os projetos que apóia na região (como se fazia no passado), o que sempre traz um valor agregado.
6. É essencial que o Projeto Fronteiras Florestais possa se beneficiar da avaliação e das lições aprendidas do Projeto Terra Verde, com base numa sistematização e redistribuição feita pelo GRET, que foi líder.

7. Será necessário um exercício de adequação do quadro lógico durante o segundo ano (maneira de apresentar objetivos e indicadores), por exemplo num seminário com presença obrigatória dos 5 sócios.
8. Durante esse exercício será essencial adaptar as atividades do projeto à problemática de gênero na região (nada explícita no projeto). Indicações deveriam já ser repassadas pelo IIEB aos sócios.
9. Também é importante destacar sempre melhor e de maneira mais profunda e “estrutural” o valor agregado de trabalhar em dois pólos (SFX e Humaitá) interligados.
10. Não está claro ainda o tipo de relação que o Projeto Fronteiras Florestais poderia ter com o futuro projeto bilateral na mesma região de Cadastro Ambiental Rural - CAR; com certeza, o projeto e seus 5 sócios terão uma importante experiência que compartilhar com este novo projeto. Sem falar do Projeto Cabeceiras do Xingu do ISA que ajuda o Estado de Mato Grosso no mesmo sentido que o CAR, com um “Cadastro de Compromisso Socioambiental” (CCS).



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-105360.03
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Mulheres organizadas gerando novas condições de vida
- Brasil

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-119551
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	MULHERES ORGANIZADAS GERANDO CONDIÇÕES DE VIDA
Dominio	Cofinanciación ONG (PVD)
Sector CAD/CRS	15170 - Women's equality organisations and institutions
Código CAD/CRS adicional	15170 - Women's equality organisations and institutions
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	22/12/2006
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	VERDADE Denise
Monitor/a	Angela Tonini
Autoridad encargada del proyecto	Oxfam-Novib
Tipo de socio de ejecución	International NGO/CSOs/Universities (at EU and international level)
Fecha de inicio - prevista	01/01/2007
Fecha de fin - prevista	31/12/2010
Fecha de inicio - real	01/01/2007
Fecha de fin - probable	31/12/2010
Fecha de la visita de monitoreo	de 02/03/2010 a 06/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	1,298,500
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	1,298,500
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	470,839
Presupuesto total de la operación	1,769,339
Importe total desembolsado por la CE	805,328
Datos financieros con fecha del	04/03/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	A
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

O projeto é altamente relevante, sendo compatível com a política nacional da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com projeção nas estruturas institucionais municipais e do Estado de Pernambuco. Está em sintonia com as estratégias de desenvolvimento e cooperação da UE com o Brasil relativas à promoção da redução das desigualdades de gênero e das desigualdades raciais. Visando a promoção do desenvolvimento humano, econômico e social sustentável das populações mais vulneráveis, o projeto está, de fato, respondendo às necessidades e direitos das mulheres pobres nas áreas de saúde, moradia, trabalho e emprego e está fortalecendo suas organizações em localidades urbanas e rurais. A intervenção lógica é compreensível. Há uma boa probabilidade de alcance do objetivo geral podendo vir a se confirmar o aumento da inclusão de mulheres em programas de geração de trabalho e renda; o aumento da oferta de serviços sociais básicos dependerá das ações do poder público. A hipótese de fortalecimento dos mecanismos nacionais e internacionais de defesa dos direitos é de amplo escopo e mais difícil de confirmação do que as demais, embora haja políticas e estratégias favoráveis nos contextos nacional e internacional nesse campo. O objetivo específico também deverá ser atingido, ainda que o seu enunciado necessite de uma reformulação para tornar seu alcance inequívoco. Os indicadores do OE e de resultados são adequados e permitirão a verificação do alcance destes ao final do projeto. A legitimidade do projeto está garantida pela participação ativa dos parceiros locais na sua formulação e execução.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

A eficiência do projeto é alta. Concorrem para isso: i) boa gestão dos recursos financeiros, com racionalização do uso e potencialização dos recursos (redução dos custos de transporte e infraestrutura de eventos, sem prejuízo dos resultados, redução de gastos através do uso de serviços de organizações parceiras locais). Dados preliminares mostram que até dezembro de 2009 o projeto recebeu um montante de €1.075.364,88, dos quais €805.328 são fundos da UE, correspondentes a cerca de 62% do seu financiamento ao projeto; ii) flexibilidade na execução das atividades, adaptando-as para atender a demandas das organizações de mulheres, visando ao aumento da participação das mulheres e à melhoria da qualidade dos resultados, além da potencialização dos recursos; iii) geração de produtos de qualidade que contribuem para o alcance dos resultados; iv) gestão democrática e transparente, realizada por uma direção colegiada e equipe técnica de excelente qualidade, num contexto de ótimas relações interinstitucionais entre parceiros comprometidos com as ações, incluindo as próprias organizações de mulheres beneficiárias. Embora o quadro lógico não seja muito utilizado como instrumento de gestão, os executores locais declaram que com o monitoramento externo do projeto por dois anos seguidos, esse instrumento passou a ser mais valorizado. Seguindo recomendações do ROM 2009, foram criados dois instrumentos de monitoramento: um, para a avaliação qualitativa das atividades de formação, que é a fonte de um banco de dados para o acompanhamento de indicadores dos resultados sobre as mulheres; outro, para o acompanhamento das metas políticas do governo nos setores de interesse das mulheres.

Eficacia hasta la fecha

O projeto tem uma boa eficácia, tendo o alcance dos resultados melhorado com relação ao que foi verificado no ROM de 2009. Isso se deve ao esforço dos executores locais para melhorar a capacidade de gestão dos resultados por meio de dois novos instrumentos e indicadores qualitativos criados para o monitoramento dos resultados das capacitações das mulheres e das metas das políticas públicas. Em geral, até agora há um alcance de cerca de 80% dos resultados planejados. Quanto ao R1, há um aumento de quase 100% na participação das mulheres com relação à meta quantitativa prevista: 1.864 mulheres participam diretamente nas ações de incidência nos processos de gestão democrática, com um alto nível de satisfação declarado pelas

mulheres. Será preciso que o SOS avance no monitoramento das metas políticas e busque mais informações junto aos poderes públicos para que possa comprovar o alcance desse resultado. Com relação ao R2: em 2008 houve um aumento de 94% de inserções na mídia com relação a 2007, com maior quantidade na mídia comercial que na alternativa, devido a um maior investimento do SOS na assessoria de imprensa e maior qualificação nas comunicações. SOS Corpo está buscando aprimorar a fonte de coleta de dados para apresentar dados mais confiáveis para o ano de 2009 e 2010. A baixa participação das organizações de mulheres na busca de inserções na mídia, realizada essencialmente pelo SOS Corpo, pode vir a prejudicar a apropriação deste resultado pelas beneficiárias. Com relação ao R3, a demanda para participação nos ciclos de capacitação segue num ritmo crescente, havendo um aumento de 58% no número de mulheres capacitadas em 2008 com relação a 2007. Considerando-se que para estes dois anos foram beneficiadas 1370 mulheres e que para o quadriênio do projeto a meta é de 2000 mulheres, a meta foi alcançada em 68,5%. A tendência, incluindo-se 2009 e 2010, é que ao final do período do projeto haja 30% a mais do que foi previsto.

Impactos esperados

Há bons indícios de impactos positivos do projeto. O fortalecimento das mulheres e das suas organizações e o aumento da sua capacidade de incidência política, por meio dos conhecimentos acerca dos próprios direitos e do orçamento participativo e orçamento público, são impactos evidentes. A ampliação do acesso das mulheres às políticas públicas é um impacto provável para o alcance do OG, mas que depende da ampliação de serviços para as mulheres por parte do poder público e, eventualmente, de mudanças na legislação. A inserção de informações, análises e reivindicações das mulheres na mídia cria uma cultura favorável para a atenção aos direitos das mulheres. Um aspecto negativo, limitador, é que com a mudança no perfil da cooperação internacional no Brasil haverá mais dificuldade de acesso aos recursos, principalmente por parte das organizações pequenas e com maior dificuldade na formulação de projetos. A forte e sólida relação de parceria do SOS Corpo com o Fórum de Mulheres de Pernambuco, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Articulação de Entidades da Zona da Mata, além das articulações com a Secretaria de Mulheres da CUT, o Fórum estadual da Reforma Urbana, a Rede feminista de saúde, a Coordenadoria da Mulher da Cidade do Recife, a Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Saúde e a Secretaria Estadual de Defesa Social são elementos fortes para a amplificação do impacto do projeto.

Sostenibilidad potencial

Há boas perspectivas de sustentabilidade em quase todos os níveis. A viabilidade econômica é a mais frágil, já que as organizações de mulheres não têm capacidade financeira para sustentar as ações do projeto e o tempo do financiamento não é suficiente para consolidar um processo de geração de benefícios que está apenas começando. O apoio e acompanhamento do SOS Corpo é necessário e para isso o instituto necessita de novos recursos financeiros através da cooperação internacional. O projeto pretende conseguir que o poder público nacional assuma os custos de alguns serviços básicos, mas não existe um plano formal para isso. A apropriação dos conteúdos e resultados do projeto por parte das beneficiárias é um forte elemento para a sustentabilidade social. Dificilmente as mulheres e organizações de mulheres que estão se fortalecendo com as ações do projeto deixarão de utilizar os conhecimentos e práticas adquiridas. Politicamente, o apoio que o projeto recebe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres é pontual, mas a abertura de diálogo das organizações de mulheres com o poder público que o projeto provoca é um bom indício de sustentabilidade política. Institucionalmente, o projeto integra e aprimora a lógica de gestão do SOS Corpo e das organizações parceiras locais, qualificando esta gestão de modo crescente, aumentando e fortalecendo suas capacidades institucionais. Não há planos formais de continuidade. Porém, acredita-se que as colaborações e trocas que hoje existem entre diferentes parceiros do SOS se mantenham no futuro.

Observaciones y recomendaciones

Pertinência - SOS Corpo e Delbra: É recomendável melhorar a formulação do OE, especificando-o (Exemplo: "Ampliar o acesso... por meio de..."). Essa alteração não modifica o sentido do objetivo nem deve comprometer o propósito do projeto, mas visa torná-lo claro e garantir que o OE seja alcançado ao final do projeto de maneira inequívoca.

Eficiência - SOS Corpo: É recomendável aprimorar o questionário de coleta de informações qualitativas aplicado nas atividades de capacitação, ampliando a gama de questões de acordo com os temas tratados no projeto e condensando as opções de respostas de algumas questões que atualmente estão muito abertas. O intuito é o de qualificar o instrumento para que as análises qualitativas sobre o perfil das mulheres e as suas expectativas possam ser mais representativas e os resultados possam ser publicados.

Eficácia - SOS Corpo: É recomendável fomentar a participação direta das organizações de mulheres na inserção de suas questões e análises na mídia alternativa e comercial, ainda que haja dificuldades e escassez de meios

de comunicação comerciais nas localidades onde vivem as beneficiárias. SOS poderia transmitir conhecimentos sobre isso para que as organizações de mulheres busquem os próprios mecanismos de inserção nas mídias comerciais e alternativas, para ampliar ainda mais a apropriação e o fortalecimento das organizações beneficiárias.

Lição aprendida: A capacidade de adaptação / flexibilidade na execução do projeto, com compromisso e boa coordenação de todos os atores envolvidos, associadas a uma boa gestão dos recursos, garantem a eficiência do projeto.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-128642.01
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Formação de jovens em empreendedorismo e gestão de negócio e financiamento de empreendimentos

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-168852
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Formação de jovens em empreendedorismo e gestão de negócio e financiamento de empreendimentos
Dominio	Development - Non state actors and local authorities Co-financing (PVI)
Sector CAD/CRS	15150 - Democratic participation and civil society
Código CAD/CRS adicional	11330 - Formación profesional
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	24/11/2008
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	ALMEIDA DE Ana Lucia
Monitor/a	Susana Fuertes
Autoridad encargada del proyecto	Obra Kolping do Brasil
Tipo de socio de ejecución	Local NGOs/CSOs/Universities (at Partner country level)
Fecha de inicio - prevista	01/04/2009
Fecha de fin - prevista	31/03/2012
Fecha de inicio - real	01/04/2009
Fecha de fin - probable	31/03/2012
Fecha de la visita de monitoreo	de 02/03/2010 a 06/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	796,478
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	796,478
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	88,498
Presupuesto total de la operación	884,976
Importe total desembolsado por la CE	187,500
Datos financieros con fecha del	01/02/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	B
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

Os objetivos do projeto dão apoio às políticas sociais do Governo Federal, Estatal e Municipal, ao responder diretamente à necessidade de apoiar os jovens frente à exclusão social e promover a sua integração através do empreendedorismo. Em 2004 o Governo criou a Secretaria Nacional da Economia Solidária, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, que está a trabalhar numa lei para a Economia Solidária através do programa de "Economia Solidária em Desenvolvimento". Embora a lei ainda não esteja escrita, os governos municipais estão a trabalhar a nível local e já pediram recursos para construir Centros de Referência de Economia Sustentável. Foi por isso que Kolping assinou acordos de parceria com as Prefeituras de Bacabal (MA) e Senhor do Bonfim (BA) para realizar um diálogo político constante. Os objetivos do projeto estão alinhados com o documento de Estratégia País 2007-2013 da UE, no que se refere à prioridade atribuída à inclusão social e à redução das desigualdades. Neste sentido, o projeto continua respondendo às necessidades dos jovens das periferias de Bacabal e Senhor do Bonfim, geralmente jovens excluídos, de baixos recursos e com pouca autoconfiança. Além do quadro lógico, o projeto tem desenvolvido um Plano do Curso que é entregue aos educadores sociais, e seguido por toda a equipa técnica e de gestão, onde se utiliza uma metodologia por resultados fazendo um agendamento que serve ao educador e ao coordenador para fazerem um monitoramento interno do projeto. O projeto está a trabalhar no desenvolvimento de um indicador para medir a qualidade dos empreendimentos realizados com o apoio do projecto aos jovens. Os objetivos e resultados do projeto orientam-se para o reforço do perfil empreendedor dos jovens, mediante uma metodologia participativa que favorece a integração socioeconômica dos jovens empreendedores a trabalho e renda nos estados da Bahia e Maranhão. Depois do primeiro ano, já está apoiando a integração socioeconômica dos jovens. Existe uma estratégia de saída clara desde o princípio, assinando parcerias com Casas Kolping locais, com associações e com as prefeituras. O papel fundamental dos jovens faz com que a metodologia utilizada se adapte até conseguir encontrar a melhor forma de resolver os problemas que possam ir surgindo. Isto foi possível sem nenhuma mudança contratual, por estar implícito numa metodologia de trabalho CEFÉ de caráter participativo.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

Durante o primeiro ano de implementação os recursos têm sido postos à disposição do projeto, existindo um bom planeamento e monitoramento mensal das atividades e seus custos. No entanto, a participação dos jovens em seminários de formação e eventos de economia solidária a nível regional tem sido muito baixa. Neste sentido, a execução orçamental a fim de Janeiro de 2010 foi de 111.619,60 euros (13% do orçamento total). O projeto trabalha com um Plano do Curso (plano de trabalho), que utiliza o quadro lógico como ponto de partida, para ter presentes as atividades, resultados e objetivos previstos, e o completa com um planeamento mensal onde relaciona atividades com recursos para poder atingir os resultados. Neste sentido, Educadores Sociais, o Coordenador Pedagógico e a Coordenadora Administrativa fazem uma boa gestão do projeto, entregando-se a tempo quase todos os produtos: 1. O plano do curso foi preparado junto com a equipa técnica selecionada. 2. O plano de visibilidade foi formulado. 3. A eficiente divulgação da ação fez com que se inscrevessem 324 jovens para as 240 vagas para o curso.; 4. Os resultados dos encontros foram bons, mas a motivação dos jovens para participar nas atividades ao longo do período foi uma dificuldade para alguns educadores. 5. Seminários temáticos foram realizados com êxito. 6. O acompanhamento do coordenador pedagógico aos técnicos facilitou a tomada de decisões para viabilizar a complementaridade no processo formativo dos jovens. 7. Foram realizadas visitas a empresas que esclareceram os jovens acerca de conceitos sobre Economia Solidária e suas vantagens e dificuldades. 8. 31 grupos conseguiram concluir a construção dos mapas de mercado. 9. Os jovens mostraram dificuldades para calcular os custos e definir os preços dos produtos na realização dos Planos de Negócio, para o que receberam apoio da equipe técnica. 10. Aprovação dos Planos de Negócios. A Obra Kolping assinou acordos de parceria com as Prefeituras para apoiar na

contrapartida do projeto, e ainda que estas, e em especial a de Bonfim, tenham disponibilizado recursos humanos, até agora não cumpriram com as suas contribuições financeiras, pelo que a Obra Kolping tem estado a adiantar recursos financeiros.

Eficacia hasta la fecha

Tendo finalizado o primeiro ciclo de formação dos jovens, graças ao esforço da equipa de coordenação e técnica do projeto, ao compromisso dos parceiros locais e à vontade de aprender dos jovens, os resultados planificados estão a ser alcançados: foram formulados uns 20 planos de negócio viáveis, aprovaram-se 14 empreendimentos financiados pelo projeto, formaram-se 240 jovens e começou-se a trabalhar na formação sobre economia solidária. Os IOV do objetivo específico são apropriados; contudo, faz falta acrescentar algum indicador que meça a qualidade dos empreendimentos realizados com o apoio aos jovens. O projeto é capaz de se adaptar às dificuldades criadas por fatores externos e, tal como se mencionava nas hipóteses, teve que procurar soluções para manter a motivação dos jovens. Essa situação foi monitorizada nos encontros de capacitação dos educadores, adotando-se estratégias de solução, dedicando mais tempo ao trabalho coletivo e substituindo dois educadores que não assimilaram a Metodologia e Conteúdos previstos no Projeto.

Impactos esperados

Um primeiro impacto do processo de formação qualificada pode ver-se nos jovens que seguiram o primeiro ciclo e na sua capacidade empreendedora reforçada no quadro da economia solidária. Além de estarem a por em prática a formação recebida nos seus empreendimentos, eles servem agora de exemplo aos jovens que participam no segundo ciclo, que os escutam e interrogam com curiosidade, gerando ilusão e sonhos e dando-lhes ânimo. Fez-se uma reunião para decidir como fazer o seguimento dos empreendimentos e o acompanhamento dos jovens empreendedores. A criação de uma rede incluindo os empreendimentos de geração de renda favorecerá este processo de auto-ajuda e apropriação. No entanto, seria necessário desenvolver indicadores capazes de medir o impacto dos produtos do projeto sobre os resultados, OE e OG, como, por exemplo, algum indicador que meça a qualidade dos empreendimentos realizados. Na medida em que institucionalmente o projeto trabalha com uma metodologia participativa enfatizando a figura do jovem e as suas verdadeiras necessidades, no quadro de uma economia solidária, o efeito multiplicador é muito maior, tal como está a acontecer com os jovens que participam no projeto.

Existe um impacto negativo ao aumentar a economia informal através dos pequenos novos empreendimentos dos jovens nas cidades. Isto deve-se ao vazio da cobertura legal e administrativa existente. O projeto está tentando impulsionar o diálogo político para criar uma legislação que cubra este tipo de economia sustentável.

Os acordos assinados com as organizações locais, públicas e privadas, assim como os acordos verbais com outras organizações sociais (por exemplo a Associação Alto Maravilha), indicam que existe uma boa complementaridade e coordenação entre os atores.

Sostenibilidad potencial

O governo federal contempla nos seus objetivos favorecer o empreendedorismo e a integração social. Para isso tem um programa que termina este ano, ProJovem que, no entanto, não teve muito êxito em chamar a atenção dos jovens. Neste sentido é necessário mudar a metodologia utilizada, e o projeto da Obra Kolping pode ser uma referência a replicar, dados os bons resultados que atingiu em tão pouco tempo. O projeto está a trabalhar desde já identificando membros de Kolping nas casas locais e nas prefeituras para garantir os serviços/resultados para os grupos meta, quando finalizar o projeto. Embora as políticas das Prefeituras tenham um caráter fortemente assistencialista, a Obra Kolping está a trabalhar para que isto mude, tentando criar espaços para que se desenvolva uma formação participativa privilegiando a convivência em grupo e a construção coletiva de saberes através de pesquisas e sistematizações como suporte para a ampliação das competências sociais dos beneficiários e o desenvolvimento do comportamento empreendedor que garanta uma continuação do serviço uma vez finalizado o projeto.

As próprias estruturas das casas Kolping a nível local são capazes de acompanhar os jovens nos seus empreendimentos e a nível gerencial dos proprietários dos negócios desenvolvidos, graças aos planos e melhorias na gestão, levados a cabo pelos beneficiários do próprio projeto.

Observaciones y recomendaciones

Lições Aprendidas.: 1. O projeto possui boas ferramentas de planificação e gestão que favorecem o seguimento do projeto e a rápida resposta a imprevistos, estando os beneficiários diretamente implicados na

planificação das atividades. 2. A sustentabilidade é melhorada pela inserção das organizações locais no território e a capacidade de execução (parcerias).

Recomendações: 1. Aumentar a participação dos jovens em seminários de formação e eventos de economia solidária a nível regional. 2. Seria oportuno que o projeto trabalhasse o diálogo com as prefeituras para aumentar a sua apropriação. 3. Seria oportuno que o projeto revisse os IOV para medir a qualidade da formação dos jovens e o seguimento dos seus empreendimentos. Um IOV qualitativo possível seria avaliado no fim das formações com um questionário que pergunte às pessoas o que entenderam então sobre direitos e se acreditam que foram reforçados. 4. Seria oportuno que o projeto definisse com a Secretaria da Indústria um mapa de empreendimentos para melhorar a reorientação dos jovens no mercado local e favorecer a sua gradual transição para a economia formal.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-118981.02
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Canaari – Preservação ambiental, desenvolvimento de atividades produtivas e turismo sustentável nas comunidades tradicionais do Médio Rio Amazonas, BRASIL

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-133942
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Canaari - Preservação ambiental, desenvolvimento de atividades produtivas e turismo sustentável nas comunidades tradicionais do Médio Rio Amazonas, Brasil
Dominio	Cofinanciación ONG (PVD)
Sector CAD/CRS	31165 - Desarrollo agrícola alternativo
Código CAD/CRS adicional	41010 - Política del medio ambiente y gestión administrativa
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	08/11/2007
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	ALMEIDA DE Ana Lucia
Monitor/a	Aldo Magoga
Autoridad encargada del proyecto	IICEI-Istituto di Cooperazione Economica Internazionale
Tipo de socio de ejecución	International NGO/CSOs/Universities (at EU and international level)
Fecha de inicio - prevista	01/01/2008
Fecha de fin - prevista	31/01/2011
Fecha de inicio - real	01/02/2008
Fecha de fin - probable	28/02/2011
Fecha de la visita de monitoreo	de 02/03/2010 a 05/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	750,000
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	750,000
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	263,825
Presupuesto total de la operación	1,013,825
Importe total desembolsado por la CE	464,859
Datos financieros con fecha del	27/01/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	B
Eficacia hasta la fecha	C
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

Os objetivos do projeto são coerentes com a política desenvolvida pelo governo brasileiro: melhoria sócio-econômica do público alvo, uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia e baixo impacto das atividades laborais na floresta através do apoio na criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), prevista na legislação nacional. Os objetivos são consistentes com as estratégias de desenvolvimento e cooperação da UE no Brasil, tendo como base prioritária o DEP 2007-2013: a proteção do meio ambiente no quadro de um desenvolvimento sustentável, além de reforçar as capacidades do governo local e da sociedade civil, promover a inclusão social, a conservação da biodiversidade e a integração da economia local nas políticas de desenvolvimento promovidas pelo governo e pela UE. O projeto em sua fase atual responde de maneira pertinente às necessidades do público alvo, respeitando a necessidade da preservação ambiental, geração de rendimento e segurança alimentar. O objetivo geral, os objetivos específicos e os resultados são claros, coerentes e lógicos, complementando-se mutuamente na resposta às necessidades identificadas. O cronograma das atividades iniciais do projeto é muito ambicioso e não toma em consideração o esforço e o tempo necessários aos atores para executar as atividades previstas, além dos efeitos negativos causados por riscos ambientais e políticos, levando assim a atrasos. Isso tem provocado uma análise crítica do projeto, o qual tem sido parcialmente reformulado, especialmente no que se refere às atividades da componente econômica

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

O ICEI encaminha os recursos necessários à execução rentável das atividades, gerindo os recursos com os parceiros ASPAC e AVIVE e contribuindo desta forma para o respetivo fortalecimento institucional. A conta bancária do projeto, no nome do parceiro ASPAC, e a dupla assinatura da mesma durante o último ano, garantem transparência no uso dos recursos, os quais são geridos de forma responsável e atenta. O projeto conta com um conjunto de atividades de gestão e seguimento baseadas em encontros da equipe e na coordenação com os parceiros, além de visitas de campo. A gestão do projeto realiza encontros periódicos entre os parceiros para planeamento e seguimento das atividades. O QL e os relatórios de atividades da equipe técnica são instrumentos usados na gestão. Um sistema interno mantém o plano de trabalho mensal constantemente atualizado, com a programação das atividades e dos custos feita pelo ICEI de acordo com os parceiros. O plano de trabalho é utilizado pelos técnicos e demais pessoal do projeto no seu trabalho diário. O projeto tem sido gerido priorizando a criação da RDS como condição necessária para as demais ações. A criação formal da RDS estará quase terminada em Março-Abril de 2010. Para além do atraso importante no desenvolvimento do projeto causado principalmente por fatores ambientais e políticos externos, as ações dos primeiros dois anos do projeto estão na linha correta para alcançar os resultados previstos. Normalmente as atividades são executadas conforme o plano de trabalho, mas especialmente as atividades do resultado 2, de geração de rendimento e implantação de atividades de produção e comércio eco-sustentável, têm sido atrasadas pelos gestores do projeto, por considerarem que não há condições para a sua correta implantação. Isso tem sido a principal causa do atraso das atividades de agroindústria, marketing do turismo, processamento e venda do peixe e armazenagem e processamento do cacau (as ultimas duas atividades encontram-se actualmente canceladas ou redimensionadas).

Eficacia hasta la fecha

Apesar de uma melhora na eficiência do projeto, a eficácia do mesmo não é adequada, estando já no ultimo ano de implementação das atividades, que têm sido afetadas e atrasadas por acontecimentos ambientais e políticos negativos.

Os resultados do objetivo 1, com a formalização da RDS prevista para Março, foram praticamente alcançados. Do objetivo 2, algumas atividades estão atrasadas, tendo já sido reprogramadas ou eliminadas. É o caso da agroindústria, processamento e armazenagem de peixe e processamento e comercialização do cacau. A

realização dos flutuantes, a reforma da pousada, a construção da agroindústria, a instalação das máquinas e a definição dos planos de negócio das atividades comerciais estão atrasadas e não permitem desenvolver as demais atividades da forma prevista. Dos objetivos 2 e 3, para além do grande potencial das parcerias europeias, ainda não foi possível aumentar de forma significativa o turismo na pousada e concretizar acordos comerciais para os produtos da floresta. Considera-se necessário que o ICEI priorize e aprofunde as relações com os atores europeus que podem facilitar o desenvolvimento econômico das cooperativas sociais e conseqüentemente do público alvo. Os IOV são adequados e são utilizados na planificação e seguimento das atividades. As condições externas como a cheia, a seca e a mudança do prefeito, têm atrasado o desenvolvimento das atividades, afetando o progresso do projeto que, apesar de ter identificado os riscos, não tinha uma estratégia alternativa. O projeto tem mostrado capacidade de adaptação nesse último ano. Depois da realização das atividades em atraso, o projeto poderá alcançar o objetivo específico, mas num período de tempo superior ao planejado.

Impactos esperados

Houve um bom impacto relacionado com o objetivo 1, com a criação e institucionalização da RDS e o considerável aumento da quantidade de peixe disponível para o grupo meta e para a população em geral, melhorando assim o acesso ao peixe para auto-consumo e comercialização em pequena escala. Os impactos da produção e comercialização de polpa de fruta, sabonetes, incensos e óleos vegetais parecem bastante prováveis. Em relação ao turismo, o projeto não teve o impacto esperado até agora sobre o número de turistas utilizando a pousada. Os IOV e as metas poderão ser alcançados em períodos mais longos do que os inicialmente previstos e com a concentração das atividades agroindustriais e dos produtos não madeireiros. O plano de manejo do lago está sendo reproduzido numa outra comunidade próxima da comunidade de São José de Enseada, melhorando assim o impacto do projeto para toda a região. A capacidade de replicação do projeto é alta, assim como a capacidade de influência sobre o poder público estadual (plano participativo da RDS). A reação aos impactos negativos, como os conflitos com os pescadores, a troca do prefeito, a cheia e a seca, tem sido apropriada e eficaz, apesar de ter tomado mais tempo do que o planejado.

Sostenibilidad potencial

A RDS, com o seu plano de atividade e o apoio econômico do Estado, garante a médio e longo prazo a continuidade das ações de preservação do meio ambiente, o manejo dos lagos e a reflorestação. O fato de as atividades produtivas e de serviço apoiadas pelo projeto fazerem parte da estratégia da RDS garante apoio institucional e sustentabilidade futura. A estratégia de saída econômico-financeira é que o Estado e os parceiros financiem no futuro as atividades da RDS e que os empreendimentos econômicos produtivos se auto financiem e gerem maior lucro aos actores envolvidos. O interesse existente pelos produtos naturais retirados da polpa das frutas e pelo turismo, em parte do setor privado (sociedade civil, ONG, Mercado Justo e empresas nacionais e internacionais), pode contribuir significativamente para o apoio ao público alvo e aos parceiros do projeto.

Observaciones y recomendaciones

O alcance dos objetivos do projeto pode ver-se comprometido pelo próximo fim do mesmo. 1. Reforçar as atividades comerciais, reforçando o acesso a mercados nacionais e internacionais (agroindústria, cacau, sabonete, incenso e óleos e turismo); 2. As atividades orientadas para a geração de rendimento não têm previsão de recursos, recomenda-se encontrar para elas apoio externo (programa estadual, etc.) e acordos comerciais; 3. Recomenda-se tentar fortalecer o diálogo com a prefeitura de Silves; 4. Formular os planos de negócios para o turismo e a comercialização de produtos não madeireiros, definindo também as fontes de financiamento; 5. COOPTUR e COPRONAT precisam reforçar mais suas capacidades institucionais, especialmente apoio e geração de empreendimentos econômicos, marketing e acesso aos mercados nacionais e internacionais; 6. Melhorar o sistema de seguimento interno do projeto através de fichas e relatórios intercalares de atividade.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-119281.02
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Redução da Pobreza Urbana: Acesso a políticas públicas e à habitação na cidade de São Paulo para mulheres e jovens moradores de favelas e bairros pobres.

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-134070
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Redução da Pobreza Urbana: acesso a políticas públicas e a habitação na cidade de São Paulo para mulheres e jovens moradores de favelas e bairros pobres.
Dominio	Cofinanciación ONG (PVD)
Sector CAD/CRS	43030 - Desarrollo y gestión urbanos
Código CAD/CRS adicional	43030 - Desarrollo y gestión urbanos
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	04/12/2007
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	VERDADE Denise
Monitor/a	Javier Calzado
Autoridad encargada del proyecto	CAFOD
Tipo de socio de ejecución	not known/NA
Fecha de inicio - prevista	05/12/2007
Fecha de fin - prevista	05/12/2011
Fecha de inicio - real	02/01/2008
Fecha de fin - probable	05/12/2011
Fecha de la visita de monitoreo	de 22/02/2010 a 27/02/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	750,000
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	750,000
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	338,148
Presupuesto total de la operación	1,088,148
Importe total desembolsado por la CE	330,215
Datos financieros con fecha del	27/02/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	B
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	A
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

O projeto é pertinente com relação aos problemas de moradia, necessidades e direitos da população-alvo que pretende ajudar a resolver. O objetivo de melhorar a qualidade de vida de famílias de baixa renda, prioritariamente mulheres e jovens, a partir do acesso às políticas públicas de habitação e do fortalecimento de capacidades institucionais, é altamente relevante. O projeto é coerente com as prioridades das políticas brasileiras de redução da pobreza, inclusão social e redução das desigualdades, e com as estratégias de cooperação da UE com o Brasil nesse âmbito. É também uma ferramenta importante para a aplicação do Estatuto da Cidade (lei de 2001 que lança as bases da reforma urbana de São Paulo (SP)). A lógica de intervenção se baseia em oferecer às famílias de baixa renda condições de acesso ao conhecimento e exercício dos seus direitos sociais básicos e humanos, particularmente o direito à moradia. Estrategicamente, a influência nas políticas públicas, a aposta no capital humano através de processos de capacitação e o fortalecimento das comunidades e organizações locais são elementos relevantes para responder às necessidades e direitos dos grupos alvo, a que o projeto pretende contribuir. De modo geral, o desenho do projeto é bom, havendo uma razoável vinculação entre o OGe os OEs e entre estes e os resultados. O ML tem sido melhorado (mais especificidade dos IOV) seguindo as recomendações do monitoramento ROM anterior; ainda persistem algumas deficiências, como o elevado número de ações que favorece dispersão da atenção sobre os resultados. O projeto é executado com base numa boa articulação entre 3 parceiros locais, Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste (APOIO), Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) e Centro de Capacitação da Juventude (CCJ), com harmonia de objetivos e experiências técnicas que se complementam nas diferentes componentes do projeto (habitação, liderança, incidência política, etc.).

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

O projeto apresenta uma eficiência satisfatória após dois anos de execução (2008 e 2009). A boa estruturação do consórcio (Catholic Agency for Overseas Development Trust, CAFOD, como parceiro europeu, APOIO, MDF, CCJ) garante uma boa marcha do projeto apesar de sua complexidade e permite intercâmbios de aprendizagem e apoio entre todas as partes. Os recursos foram disponibilizados (tanto EU como contraparte CAFOD), em geral nos tempos previstos. Os recursos têm sido geridos e disponibilizados de forma transparente e eficiente. Do orçamento total para 4 anos foram utilizados, até dezembro de 2009, €330.215 da contribuição da eu. Do montante do orçamento para o primeiro ano (€286.241,21), foram executados 82,22%, dos quais 84% são da contribuição da UE. Do montante do orçamento do segundo ano (€284.568,11), foram executados 91,50%, dos quais 68,92% são da contribuição da UE. Os parceiros compartilham as responsabilidades financeiras do projeto e dispõem de mecanismos adequados para a gestão dos recursos, o consultor local fornecido pela CAFOD para facilitar a coordenação entre os parceiros foi instrumental nestas melhoras. O Plano de Atividades existente para a execução do projeto foi executado segundo o programado e dentro do orçamento em 2009 (incluindo campanha, publicações, capacitações), com clara melhoria em relação à execução de 2008; o projeto tem assim ganho ímpeto. No total foram beneficiadas 7.946 famílias com regularização fundiária e urbanística, programas sociais e retirada de áreas de risco. 5060 mães tiveram acesso a creches e 280 famílias com tarifa social, registou-se a participação de 24 mulheres e 12 jovens, e mais 33 novas pessoas se incorporaram nos movimentos. Foram capacitados 612 jovens para exercer maior protagonismo. Houve maior acesso por parte de 1.580 pessoas a programas e cursos oferecidos por ONGs, poder público e universidades. As três organizações (APOIO, CCJ, MDF) estão mais capacitadas para implementar propostas e projetos relativos a questões urbanas. Os relatórios de seguimento do projeto são de boa qualidade, recolhem as atividades individuais e coletivas dos três parceiros locais.

Eficacia hasta la fecha

O projeto apresenta boa eficácia, com resultados qualitativos favoráveis ao alcance dos OEs. Houve aumento do acesso à moradia popular e de qualidade por parte das famílias pobres. As articulações dos parceiros locais

facilitaram a participação dos grupos alvos em audiências públicas, acordos e convênios para regularização fundiária (direito ao Título de Posse da Terra) em favelas, retirada de famílias das áreas de risco, encaminhamentos para atendimento emergencial ou programas de moradia e cartas de crédito para os beneficiários. A probabilidade de alcance dos OEs se confirma pela existência de recursos públicos destinados às políticas públicas urbanas e de moradia; as atividades de lobby e defesa de interesses resultaram na aprovação de um orçamento de mais de 22 milhões de reais do governo estadual para moradia popular e numa decisão judicial que obrigou a Prefeitura de SP a abrir as creches durante as férias escolares. O OE1 "garantir que políticas públicas urbanas de moradia beneficiem famílias de baixa renda" será alcançado se se mantiverem os níveis de mobilização, pressão e vigilância e se os governos assegurarem as moradias populares. O OE2 "aumentar a participação das mulheres e jovens moradores de favelas e bairros pobres nos espaços consultivos e de tomada de decisão..." tem boas possibilidades de alcance devido ao investimento do projeto em capacitação e ao poder mobilizador dos parceiros locais. O OE3 "ampliar a capacidade e o impacto das organizações locais na defesa do direito à moradia e de uma cidade inclusiva e menos violenta", tem a maior probabilidade de alcance e os efeitos mais observáveis.

Impactos esperados

A perspectiva de impactos é excelente; pode-se afirmar que o projeto cumpre os OE e contribui para o OG. Entre os impactos positivos não esperados do projeto estão os seguintes: (i) Acesso a emprego. Cerca de 224 mulheres conseguiram emprego. Mulheres, homens e jovens voltam a estudar. Há cerca de 436 jovens estudando. (ii) Houve incremento e aumento da renda (pessoas que têm carro, outros bens de consumo em geral), pessoas que deixaram de gastar recursos com aluguel e passaram a gastar menos com moradia. Isto possibilitou aumentar o gasto com a educação dos filhos. (iii) Em levantamento preliminar constatou-se que 79 famílias gastam cerca de 1/6 de sua renda com educação, pois colocam os filhos em cursos complementares de computação, línguas, artes, etc. (iv) Maior autonomia das mulheres que agora tem sua renda própria. (v) Maior intercâmbio entre pessoas de classe média com pessoas do movimento por causa da mudança de preconceitos que a classe média tinha em relação às pessoas de baixa renda. (vi) Melhoria da auto-estima dos participantes e seus familiares porque conquistaram a estabilidade associada a ter casa própria. O projeto também impacta o poder público, que hoje reconhece os movimentos sociais pela moradia como seus interlocutores. Foi promulgada a Lei que criou o Conselho Estadual de Habitação, um projeto de emenda constitucional vincula 1% do orçamento da União para habitações de interesse social, e foi aprovada uma medida provisória para destinar imóveis abandonados à União para Moradia Popular.

Sostenibilidad potencial

A sustentabilidade potencial do projeto é boa, principalmente no que se refere ao nível de envolvimento dos parceiros, sem criação de estruturas paralelas; ao mencionado avanço no impacto em políticas públicas e articulação lograda com os espaços decisórios na prefeitura de SP; e ao aumento das capacidades institucionais e de gestão das organizações locais APOIO, MDF, e CCJ. No entanto, não existe ainda um plano estratégico de sustentabilidade financeira elaborado pelos parceiros para depois do termo do apoio da UE. Há, no entanto, boas perspectivas de sustentabilidade social, política e institucional. O projeto tem o apoio político de Secretarias do Governo Federal, do governo estadual e do governo municipal. O Estatuto da Cidade, criado em 2001 para estabelecer as normas da reforma urbana em SP, é a principal referência legal do projeto e há instrumentos políticos e jurídicos de proteção da moradia, além dos Conselhos Nacional, Municipal e Estadual de moradia, que, mesmo com as mudanças de governo, permanecerão para garantir as conquistas do projeto no setor habitacional e social. As instituições parceiras contam com uma rede de parceiros locais que lhes dão apoio institucional e dialogam com facilidade com outras entidades da sociedade civil, o poder público e o setor privado. A consciencialização, mobilização e apropriação das ações e resultados do projeto por parte dos grupos beneficiários e das organizações dos movimentos sociais de base será aumentada e poderá garantir a reprodução dos conhecimentos e práticas aprendidos.

Observaciones y recomendaciones

O projeto tem êxito. Após o impulso ganho no segundo ano de execução, pode-se afirmar que contribui para melhorar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, prioritariamente mulheres e jovens. O trabalho de luta e defesa do direito à moradia melhora ao articular soluções que combinam luta direta com capacitação das bases e trabalho de movimentação política das organizações.

1) Para CAFOD, MDF, APOIO e CCJ: Concentrar as atividades e favorecer a convergência das mesmas para evitar a dispersão causada pelo grande número de ações (29 no QL).

2) Para CAFOD, MDF, APOIO e CCJ: Recomenda-se medir adequadamente os indicadores de resultado, para verificar e fomentar o aumento da eficácia do projeto. Os indicadores devem fazer parte do sistema de

monitoramento do projeto.

3) Para MDF, APOIO e CCJ: Refletir sobre as atividades a desenvolver conjuntamente depois da finalização do projeto e formular uma estratégia inter-institucional conjunta para sua abordagem.

4) Para CAFOD, MDF, APOIO e CCJ: Formular uma estratégia de saída como plano estratégico de sustentabilidade com indicação das potenciais fontes institucionais de recursos financeiros e humanos, os possíveis papéis, responsabilidades e atribuições de cada instituição e as prioridades para o caso de não ser possível dar seguimento à totalidade do projeto.

5) Para CAFOD, MDF, APOIO e CCJ: Realizar um levantamento das lições aprendidas com o projeto e uma recolha de boas práticas, que inclua depoimentos dos beneficiários diretos nos projetos de moradia; prever a difusão desse material.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-030529.04
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Improving the living conditions of family farmers from the Sertão do São Francisco region through the promotion of a sustainable development model. - Brazil

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí D-006239
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Improving the living conditions of family farmers from the Sertão do São Francisco region through the promotion of a sustainable development model
Dominio	Cofinanciación ONG (PVD)
Sector CAD/CRS	99810 - Sector no especificado
Código CAD/CRS adicional	16050 - Ayuda plurisectorial para servicios sociales de base
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	15/12/2005
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	VERDADE Denise
Monitor/a	José Aniceto do Rosário Mário
Autoridad encargada del proyecto	Action Aid Ltd – UK – N19 5PG
Tipo de socio de ejecución	International NGO/CSOs/Universities (at EU and international level)
Fecha de inicio - prevista	15/12/2005
Fecha de fin - prevista	31/12/2009
Fecha de inicio - real	15/12/2005
Fecha de fin - probable	30/06/2010
Fecha de la visita de monitoreo	de 03/03/2010 a 06/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	750,000
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	750,000
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	260,586
Presupuesto total de la operación	1,010,586
Importe total desembolsado por la CE	495,933
Datos financieros con fecha del	05/03/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	B
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

O projecto continua altamente pertinente, pois, apesar de ter sido identificado a cerca de 5 anos atrás, continua responder as necessidades das comunidades beneficiárias, o que torna ainda válidos os objectivos do mesmo. O projecto liga-se as políticas governamentais a vários níveis (Federal, estadual e municipal) e Encontra respaldo nas linhas estratégicas de redução da pobreza rural, de segurança alimentar e de promoção da chamada agricultura familiar do Governo do Brasil (GoB). Um dos exemplos disso são os programas da Articulação do Semi-Árido (ASA), Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Programa de aquisição de Alimentos (PAA), o projecto 1 Milhão de Cisternas (P1MC); etc. O projecto está igualmente de acordo os interesses da EU em termos da Estratégia, com ênfase na estratégia de País (Brasil) 2002 - 2006 e 2007-2013, nomeadamente no que concerne a cooperação descentralizada para os projectos das ONG's para a redução da pobreza, defesa dos Direitos Humanos e protecção do meio ambiente e apoio ao diálogo sectorial em temas de interesse comum. Este projecto enquadra-se pelo menos em três dos 8 objectivos do Milénio definidos pelas Nações Unidas em Setembro de 2002, os quais a União Europeia subscreve, especificamente o Objectivo 1, 3 e 7. O projecto está numa fase de extensão com término previsto para Junho 2010. Existe um Marco Lógico revisado para este período de extensão, como consequência das recomendações das missões ROM anteriores. Apesar de algumas melhorias em relação a versão inicial, adequando melhor as metas à realidade, a qualidade dos IOV e dos resultados continuam generalizados, ou seja, ainda não são SMART, o que dificulta medir o impacto do projecto quando pretende-se correlacionar os produtos do projecto com a previsão do actual Quadro Lógico.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

Inicialmente o projecto conheceu deficiências na disponibilização de recursos financeiros atempadamente, devido a inúmeros factores: atraso na entrega de relatórios a União Europeia, não realização da auditoria financeira, alteração no número da conta bancária, etc. Esta situação foi ultrapassada. Segundo o responsável da Action Aid Brasil, já haviam sido disponibilizados até a data 90% da contribuição financeira da UE (este dado não foi confirmado com muitos detalhes até ao momento, daí que, vamos considerar o dado que consta na Ficha Cris 2010, ou seja, 66,12% do orçamento já até agora disponibilizados), faltando apenas os últimos 10% do valor da sua contribuição financeira. Apesar do projecto não registar mais dificuldades financeiras como nos anos anteriores, o passado factor levou a baixa performance do projecto nos períodos em que tais dificuldades foram registadas, com repercussões ainda hoje presentes, ou seja, muitas actividades ainda por realizar numa altura que faltam menos de quatro meses para o fim do período de extensão concedido. A Action Aid UK é a entidade responsável pelo contrato e o SASOP o parceiro local que implementa o projecto. Esta parceria é um factor e uma oportunidade de reforço da capacidade técnica, organizacional e institucional que se pode observar ao nível do SASOP. O relatório narrativo de actividades do ano 2009 e o plano de actividades para 2010 ainda não está disponível, facto pelo qual, esta missão de monitoria não teve acesso nem ao draft, o que limita de algum modo algumas análises necessárias. Avanços significativos aconteceram ao nível da gestão financeira do SASOP com apoio da Action Aid (treinamento dos quadros financeiros e da coordenação executiva, implementação de um sistema de contabilidade, definição de procedimentos, definição de tarefas a diferentes níveis da gestão financeira...). Tudo isto torna mais transparente a gestão financeira do projecto em particular e do SASOP em geral. Como acima mencionado, muitas actividades não estão concluídas: Construção de infra-estruturas e realizar algumas formações complementares. Os recursos financeiros disponibilizados pela UE e outros parceiros foram gastos em função do cronograma de actividades previsto. As actividades por realizar contam com os saldos financeiros disponíveis e também com os 10% dos recursos financeiros da última prestação da EU, a serem avançados pelo Action Aid UK. O projecto mostrou flexibilidade em termos de adaptação as necessidades/realidade no terreno, aproveitando todas as oportunidades de reforço orçamental para obter mais benefícios para as comunidades locais. Assim, muitas

metas relativamente aos bens e serviços prestados superam as inicialmente previstas, considerando que o SASOP teve acesso a outros recursos locais.

Eficacia hasta la fecha

Os resultados do projecto são uma realidade, mesmo que falte concluir algumas acções, as actividades para a produção alimentar foram alcançados em 81%, Quintais agro-ecológicos em 98%, Mudanças de fruta fornecidas foram entregues mais 6.000 do que o previsto, bancos de semente foi alcançado 50%, fornecimento de caprinos efectuado em 100%, construção de centros de apoio aos grupos do programa de beneficiamento de frutas 0%, todavia, os grupos (198 pessoas) já estão capacitados e a implementarem actividades e fornecendo produtos diversificados ao programa de merenda escolar em Remanso. Os resultados alcançados até ao momento são de boa qualidade, podemos citar alguns exemplos: o manejo das aves e caprinos fornecidos pelo projecto, evidenciam uma perspectiva destes recursos virem a gerar renda para além de cumprirem com o acordo de repasse de caprinos para outras famílias; As 303 cisternas disponibilizadas estão em uso.

Impactos esperados

É difícil medir o impacto quando o Quadro Lógico não apresenta os IOV's de forma adequada. Contudo, pela documentação a que tivemos acesso, através das entrevistas e as visitas de campo, pode-se perceber uma maior confiança das pessoas quando vêm os seus maiores problemas ultrapassados com os investimentos do projecto e a sua dedicação. Alguns impactos são já uma realidade, a salientar a melhoria da dieta dos beneficiários da actividade dos quintais agro-ecológicos que lhes permite também gerar renda adicional através da comercialização dos excedentes. Algumas das experiências de transformação são igualmente um sucesso. A participação nos fóruns de concertação de políticas públicas em articulação com os organismos públicos tanto por parte da SASOP como das organizações de agricultores locais tem sido um impacto positivo. Um efeito multiplicador de iniciativas levadas a cabo com sucesso por "experimentadores agrícolas" transpondo-as a nível de outras comunidades através das visitas de intercâmbio frequentemente realizadas, aumenta o sentimento da União. A disponibilidade de água para consumo humano e para a produção, levou a redução da procura de água a longas distâncias, disponibilizando mais tempo para as famílias dedicarem-se a outras tarefas e maior facilidade da manutenção para a higiene... Há evidências claras em como os beneficiários apropriaram-se dos resultados até agora alcançados e o SASOP vai assumindo o seu real papel de Assessoria.

Sostenibilidad potencial

A sustentabilidade é especificamente abordada na descrição técnica do projecto, não obstante não haver uma clara estratégia de retirada. O projecto está a responder as reais necessidades dos beneficiários e por esse facto pressupõem-se que a sustentabilidade das acções esteja garantida. Outro facto a considerar é o bom nível de apropriação dos resultados pelos beneficiários, para além da garantia de que o SASOP continuará na região com outros projectos. Os programas federais, estaduais e até municipais em curso e o apoio às iniciativas de promoção desta região na área da agricultura familiar e na temática da segurança alimentar, permite perspectivar uma continuidade de apoios financeiros e técnicos na situação pós-projecto. O legado de infra-estruturas, a geração de renda que as famílias podem ter é em si factores de sustentabilidade, na medida em que os beneficiários podem refinar as suas necessidades. O impacto que tem a água na vida dos beneficiários, é sem dúvida uma motivação que exige por si só a garantia de preservação das infra-estruturas de água e é reforçado pelas acções de formação e capacitação sobre a manutenção das mesmas, cujos conteúdos estão bem assimilados pelos respectivos beneficiários.

Observaciones y recomendaciones

1. A missão ROM considera que o tempo disponível (menos de 4 meses) é insuficiente para a implementação total das actividades em falta, o que irá afectar o alcance de alguns resultados e consequentemente os objectivos específicos. Deste modo, Action Aid e SASOP devem encontrar uma estratégia que venha a facilitar que as acções em falta sejam ainda implementadas pelo seu valor que ao nível do impacto, bem como da sustentabilidade do projecto
2. O SASOP e Action Aid devem com urgência concluir a elaboração do relatório anual de actividades 2009 e submetê-lo a UE e seguir outros procedimentos contratuais, de modos a evitar eventuais constrangimentos na relação com a UE.
3. O SASOP deve com urgência concluir a elaboração do relatório 2009 e do plano de actividades 2010, devendo evidenciar, actividades de retirada e de reforço à sustentabilidade dos produtos do projecto, com

destaque para as actividades que vão ser realizadas agora no fim do projecto (Unidades de apoio ao beneficiamento de frutas e banco de sementes sobretudo). Paralelamente a isso deve ser desenvolvido um sistema de monitoria de resultado e impacto bastante prático e sistemático, prevendo acções concretas de M&A no plano de actividades do período da implementação em falta.

4. Considerando o pouco tempo remanescente para a conclusão da implementação das actividades do projecto, as observações ao nível do Quadro Lógico, ficam para consideração em futuros projectos. Portanto, não adianta perder tempo com mais uma revisão, do Q.L mesmo que fosse necessário para ajustar melhor a sua qualidade e orientação.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-030528.04
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE DO BRASIL

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí D-006239
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE DO BRASIL
Dominio	Cofinanciación ONG (PVD)
Sector CAD/CRS	43040 - Desarrollo rural
Código CAD/CRS adicional	31120 - Desarrollo agrícola
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	08/12/2005
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	ALMEIDA DE Ana Lucia
Monitor/a	Nathalie Frère
Autoridad encargada del proyecto	Fundação Konrad Adenauer FKA (Konrad Adenauer Stiftung)
Tipo de socio de ejecución	International NGO/CSOs/Universities (at EU and international level)
Fecha de inicio - prevista	01/02/2006
Fecha de fin - prevista	31/01/2011
Fecha de inicio - real	01/02/2006
Fecha de fin - probable	31/01/2011
Fecha de la visita de monitoreo	de 02/03/2010 a 07/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	749,999
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	749,999
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	250,000
Presupuesto total de la operación	999,999
Importe total desembolsado por la CE	531,264
Datos financieros con fecha del	27/01/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	C
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	C
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

O projeto é pertinente, a lógica de intervenção continua sendo valida, os aspetos transversais foram bem contemplados, entretanto a falta de clareza, já no desenho, dos arranjos institucionais e financeiros dificultou a execução do projeto esse ano. O projeto apóia as políticas do Ministério de Desenvolvimento Agrário -MDA, e do Ministério do Meio Ambiente e se enquadra na estratégia da UE, especialmente no Programa Indicativo Nacional PIN 2002-2006 cujas segunda e terceira prioridades são o desenvolvimento social especialmente nas áreas rurais do Norte e Nordeste, e meio ambiente. O projeto responde ainda às necessidades dos grupos alvos que são os agricultores familiares de comunidades rurais e assentamentos em três regiões do Ceará marcadas por extrema pobreza que se garantem basicamente de transferências diretas de renda sem encontrar o sistema de produção economicamente viável. A alternativa proposta é o sistema agroecológico, aliado a uma melhor organização social dos agricultores, tanto para promover a disseminação de novas técnicas, como para melhorar a comercialização dos seus produtos excedentes. O projeto está executado em parceria com ONGs Brasileiras e o Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará UFC. Durante este ano 2009 e após de dois anos de parcerias, o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA) tomou a iniciativa de cancelar sua parceria, renunciando a terminar a execução do projeto. Em consequência, outro parceiro, Serra Sertão Mar (SESEMAR) com quem a Fundação Konrad Adenauer (FKA) tinha já trabalhado, entrou como parceiro oficial em 2009 (Adendum 3) junto com o NIC que já era oficialmente parceiro desde final de 2007 (Adendum 2). Embora a FKA conseguiu superar esse abandono de parceria, é importante tirar algumas lições aprendidas dessas mudanças de parcerias a partir da vivencia do projeto : 1) Devido ao curto tempo de quatro semanas entre a difusão do edital e a data de deposito, a proposta não foi elaborada em conjunto com a CETRA, mas bem aceita como um convite. 2) Na proposta não se identifica a distribuição de papéis e responsabilidades entre os parceiros, nem sistema de governança ou de coordenação. 3) No orçamento, não se identificam recursos humanos orçados para os parceiros, e somente atividades a desenvolver. Essa problemática de parceria está apontada desde o primeiro monitoramento em 2007, e se considerou que foi devido a um problema de apropriação do quadro lógico (QL). Organizaram-se vários seminários para esclarecer o QL e o ano passado sobre recomendação do monitoro 2008, se trabalhou com fichas de ações. No obstante a dificuldade de trabalhar em parceria parece ser além da compreensão do QL, e mais bem na distribuição de cada parceiro no alcance dos resultados do QL. Já transcorreu 80% do tempo do projeto e não seria possível revisar agora o sistema de governança. Porém seria importante, para esse ultimo ano, continuar a reflexão sobre a elaboração de ferramentas que permitam estabelecer um consenso sobre a visão de parceria com SESEMAR e NIC e UFC para que essa mesma se tornasse uma produção de resultados e não somente uma execução de atividades.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

O projeto tem um nível de execução financeira em acordo com o tempo transcorrido, as atividades planejadas são executadas a tempo, entretanto se questiona a baixada de qualidade de certos produtos obtidos, comparando com o ano passado: o projeto executou 75% do orçamento global para um tempo transcorrido de 80%. A gestão financeira do projeto é muito rigorosa. Existe um planejamento anual das atividades com um orçamento para cada uma delas e uma fiscalização da coordenação financeira imediatamente apos a execução de cada atividade. Porém a divisão dos recursos entre os parceiros e a coordenação causou problemas para CETRA, que se retirou durante o ano 2009 e que considerava que o orçamento proporcionado era insuficiente para a exigência de resultados. Com a entrada da SESEMAR esse ano, um novo planejamento foi elaborado entregando a coordenação regional do Território Vales do Curu e Aracatiaçu (Itapipoca), que era da CETRA para SESEMAR; a coordenação regional em Quixeramobim (Sertão Central) que era da CETRA também ficou na mão do NIC que assume também a coordenação regional em Barreira (Maciço de Baturité). O projeto mostrou certa capacidade em recuperar-se da retirada do seu principal parceiro ativando novas parcerias e

acelerando um remanejamento das atividades programadas. Assim, referendo-se ao relatório intermediário "versão preliminar" Fevereiro 2009 – Janeiro 2010, praticamente 100% das atividades planejadas foram executadas (Anexo 1). Entretanto algumas fraquezas vêm diminuir essa boa gestão: 1) Existe um grande desequilíbrio de produtos obtidos entre as três regiões: o numero de multiplicadores formados é quatro vezes maior na região do Maciço de Baturité que nas regiões de Quixeramobim Vales do Curu e Aracatiagu reforçando o desequilíbrio que já existia entre as regiões. 2) A qualidade dos produtos obtidos não é homogênea : o trabalho de construção de redes, de elaboração de material didático, de formulação de políticas publicas foi realizado com muita qualidade. Porém se questiona os efeitos dos eventos de formações que se diversificaram muito entre “oficinas”, “classes”, “capacitações” e que não se beneficiam sempre de um sistema de avaliação ou de acompanhamento. Encontramos esse mesmo questionamento frente à dinâmica das organizações de produtores que às vezes parece ter como único objetivo de acessar a um projeto publico de fomento e não de aderir a um movimento associativo. Enfim, nas feiras parece importante vigiar que o selo “produto agroecológico” não seja utilizado de maneira abusiva.

Eficacia hasta la fecha

A probabilidade de alcançar o objetivo específico é boa: como já foi notado no monitorio passado, as metas dos resultados fora do R6 (certificação) são praticamente atingidas. Visualiza-se uma dinâmica real “agroecológica” na formulação de propostas para políticas publicas especialmente a nível estadual e municipal: foi criada a Comissão Estadual dos Produtos Orgânicos no Ceará, estabeleceu-se uma parceria com o Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), uma carta de reivindicações foi formulada para Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário em conclusão do Foro Cearense de Agroecologia. A participação dos territórios e municípios nos eventos é também evidente, e a maioria das prefeituras promoveu apoio para aberturas das feiras agroecológicas e compra de produtos da agricultura familiar para merenda escolar. O fortalecimento da organização social se manifesta pelo aumento de volumes de produtos da agricultura familiar nos mercados institucionais e nas feiras. Entretanto, para alcançar o OE, o projeto devera esse ano ter cuidado a boa repartição desses resultados entre as regiões. Isso significa concentrar seus esforços para o escritório regional do Sertão Central e ampliar a divulgação dos resultados do projeto e da reflexão sobre agroecologia ate as duas regiões Cariri e Região Norte que não se beneficiaram do escritório regional de redes depois da aceitação do adendum 1.

Impactos esperados

O dinamismo e a expansão das redes de agroecologia que o projeto apoiou permitem visualizar impactos evidentes: o conceito mesmo de agroecologia e a preocupação pela agricultura familiar (AF) faz hoje parte das discussões das políticas publicas. Vários programas o demonstram: Programa nacional de Alimentação Escolar que obriga as prefeituras a integrar nas compras de alimentos para merenda escolar 30% de produtos que provêm da AF, o Programa de Aquisição de Alimentos PAA do MDA e da Central Nacional de Abastecimento (CONAB) que permite definir preços mínimos dos produtos da AF com um preço diferenciado para produtos orgânicos (aumento de 20%). A Lei de Orgânicos, que regula o mercado desses produtos e que foi aprovada em 2009, confirma a sensibilidade das políticas publicas. A nível internacional, a integração de produtores nas feiras da Bio Fachs o do Iniciativa Cerrado Caatinga são também bom indicadores de impacto. Porém existem riscos : alguns de esses programas foram adotados como Lei e não estarão em perigo depois das futuras eleições que acontecerão este ano, outros são somente programas e podem desaparecer como a existência do MDA, motor da AF.

Sostenibilidad potencial

A viabilidade potencial do projeto é boa: as redes de agroecologia fortalecidas pelo projeto recebem apoios políticos aos níveis municipal e estadual. A viabilidade financeira delas poderá ser reforçada pela captação de recursos públicos, como o mostrou esse ano o NIC e a SESEMAR. A apropriação do conceito de agroecologia é muito boa por parte dos parceiros, é menos evidente para os grupos alvos, pouco visível para o consumidor final, futuro comprador do produto agroecológico. Durante o ultimo ano será então importante reforçar essa apropriação, divulgando a rentabilidade socioeconômica e ambiental ou a auto-sustentabilidade desse sistema de produção. Para isso o projeto devera estar mais atento ao monitoramento do acesso à mercados institucionais, mais também à mercados de valor agregado pela certificação participativa e à busca de nichos de consumidores sensíveis ao conceito agroecológico.

Observaciones y recomendaciones

se o projeto consegue equilibrar seu efeito entre as diferentes regiões e que complementa suas ações caprichando o processo de certificação participativa, ampliando o acesso a mercados diversificados, tem

probabilidade boa de alcançar seu objetivo específico.

FKA: 1) Organizar uma reunião entre os quatro parceiros e definir com eles quais são as prioridades para esse último ano, analisando os resultados que ainda faltam para que o projeto tenha afetado positivamente a vida dos beneficiários. 2) Equilibrar os resultados entre as regiões: reforçar as ações do projeto no Sertão Central, divulgar os resultados obtidos em termos de políticas públicas a favor da agroecologia nas duas regiões Cariri e Região Norte que não se beneficiaram do escritório regional de redes. FKA/NIC/SESEMAR/UFC: 1) Aproveitar da pesquisa- avaliação que está encaminhada para identificar indicadores de transição agroecológica dos empreendimentos de multiplicadores, para identificar os pontos a reforçar nas futuras capacitações e no acompanhamento. 2) Vigiar a utilização do selo agroecológico pelos agricultores, adotar uma definição mais vulgarizada para o consumidor final, e monitorar a apropriação do conceito nas feiras. 3) Conduzir o processo de certificação participativa com uma avaliação rigorosa da aquisição do conceito. DUE: dar atenção nas próximas propostas de projetos implementados com parceiros se existe um mapeamento de atores e de responsabilidades além do cronograma, assim como um manual de gestão de projeto.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-128644.01
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Projeto de Redução de Pobreza de Areas Carentes Urbanas do Municipio de Olinda

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-168392
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Projeto de Redução de Pobreza de Areas Carentes Urbanas do Municipio de Olinda
Dominio	Development - Non state actors and local authorities Co-financing (PVI)
Sector CAD/CRS	15150 - Democratic participation and civil society
Código CAD/CRS adicional	43030 - Desarrollo y gestión urbanos
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	27/11/2008
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	ARAUJO Cristina
Monitor/a	Angela Tonini
Autoridad encargada del proyecto	Fondazione AVSI
Tipo de socio de ejecución	International NGO/CSOs/Universities (at EU and international level)
Fecha de inicio - prevista	05/01/2009
Fecha de fin - prevista	05/01/2011
Fecha de inicio - real	05/01/2009
Fecha de fin - probable	05/01/2011
Fecha de la visita de monitoreo	de 08/03/2010 a 13/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	700,383
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	700,383
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	236,282
Presupuesto total de la operación	936,665
Importe total desembolsado por la CE	243,734
Datos financieros con fecha del	04/01/2010

III. Apreciações

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	B
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	A
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

O projeto é relevante e coerente com as prioridades das políticas brasileiras voltadas para a redução da pobreza e a redução da vulnerabilidade social, com aumento dos IDH em áreas de grande precariedade e baixa renda, e com as estratégias de cooperação da UE com o Brasil, especificamente no que concerne ao fortalecimento dos diálogos intersetoriais que podem impactar positivamente na redução da pobreza e das desigualdades e na promoção da coesão social. O projeto integra e complementa as ações de urbanização de favelas do Programa Prometrópole e do PAC, do Governo de Pernambuco, com a Prefeitura de Olinda, e do Governo Federal brasileiro. A lógica de intervenção baseada em estratégias orientadas a favorecer o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, fortalecer as organizações comunitárias, promovendo seu desenvolvimento institucional para que possam influenciar na definição de políticas públicas para o desenvolvimento local (advocacy), e gerar oportunidades de trabalho e renda, é altamente pertinente. A expectativa em torno do projeto é a de que ele se torne uma experiência piloto de intervenção que possa ser reproduzida em maior escala. De modo geral, o desenho do projeto é bom, havendo uma razoável vinculação entre o OG e os OEs e entre estes e os resultados. No entanto, o quadro lógico apresenta formalmente inadequações que devem ser reparadas para evitar comprometer o alcance dos resultados e dos OEs e, portanto, a eficácia do projeto. O OE2, embora compreensível, se confunde com uma ação e não especifica qual propósito quer atingir; o enunciado do R1.1 não é claramente compreensível, e não explicita o sujeito do conhecimento; os IOVs são genéricos em todos os níveis, não sendo quantificados nem limitados no tempo. Os coordenadores do projeto estão de acordo com as inadequações identificadas e se comprometeram a revisar o quadro lógico para melhorar o que foi apontado.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

O grau de eficiência do projeto é bom, determinado por uma boa capacidade de gestão dos recursos e das atividades e por um bom arranjo interinstitucional entre os parceiros dos governos estadual e municipal com AVSI. A flexibilidade e capacidade de adaptação e a mobilização das organizações da sociedade civil também são fatores que contribuem. O projeto recebeu até agora €301.384, dos quais €243.734,35 são fundos da UE, e executou €245.547, correspondentes a 81,5%, segundo dados de 04/01/2010. Do financiamento total da UE (€700.383,06) foram executados €205.016, correspondentes a 29,27%. Os produtos provavelmente contribuirão para o alcance dos resultados previstos. O Plano de Desenvolvimento Social contém ações estratégicas importantes para a institucionalização das ações do projeto. O curso de capacitação das organizações da sociedade civil, abordando o desenvolvimento institucional e a elaboração de projetos, visando fortalecê-las, devem facilitar a busca de novos recursos. O curso de pré-profissionalização de jovens atingiu 100% de participação (90 jovens) e 50% deles foram encaminhados para empresas da construção civil como aprendizes; o projeto criou um banco de dados de jovens e empresas. Quatro cursos profissionalizantes já foram realizados para a qualificação de adultos (85% de 150 participam nos setores têxtil e de alimentos) e vão contribuir para qualificar pessoas que já trabalham nesses setores, além de formar novas. A capacidade de mobilização do projeto está facilitando os diálogos das organizações da sociedade civil com o poder público. No entanto, é preciso que o projeto decida com urgência o espaço “oficial” de articulação e interlocução dessas esferas, em substituição ao Fórum Interinstitucional de Articulação, para, entre outras coisas, facilitar a institucionalização das ações do projeto sem a intermediação de AVSI.

Eficacia hasta la fecha

O projeto apresenta um bom nível de eficácia e está alcançando resultados qualitativamente importantes. Ainda assim, é preciso ressaltar que a eficácia só poderá ser afirmada após a verificação dos IOVs, que deverão ser ajustados conforme o que foi apontado no item “pertinência e qualidade do desenho”. Há boas perspectivas de alcance do OE1, na medida em que: 1) A intervenção social do projeto está integrada à intervenção urbanística do governo, em curso nas seis áreas; 2) A participação nas atividades do projeto de

cerca de 65% das organizações da sociedade civil existentes na região – 55 das 85 identificadas – tem propiciado efetivamente o seu fortalecimento, por meio de aquisição de conhecimentos sobre desenvolvimento institucional, particularmente quanto à elaboração de projetos e formação de redes entre elas (30 delas elaboraram, individualmente ou em rede, 17 projetos). Nesse processo de fortalecimento, um valor agregado é a regularização de 64% delas (instituídas com estatuto e CNPJ), o que lhes dá melhores condições de concorrerem a editais públicos e/ou financiamentos do setor privado. As beneficiárias declaram estarem muito satisfeitas com os conhecimentos adquiridos e destacam como elementos fortes a oportunidade de terem voz e a abertura de diálogo com o poder público. Pode-se observar um alto grau de apropriação dos resultados conseguidos até agora; 3) A qualificação profissional dos jovens no setor da construção civil e adultos, com abertura de oportunidades de inserção no mercado do trabalho para os jovens, irá contribuir para a melhoria dos indicadores de trabalho e renda. A estratégia de inserção dos jovens em empresas da construção civil está propiciando o conhecimento deste mercado, que antes do projeto não era pensado pelos jovens e a oferta de vagas para o FESCO e os Conselhos municipais de assistência social e da criança e do adolescente na capacitação das entidades tem facilitado a disseminação dos conhecimentos para outras organizações fora da área de intervenção do projeto. Com relação ao OE2, não é possível estimar o seu alcance, já que a maior parte das atividades para os resultados deste objetivo serão realizadas neste ano de 2010.

Impactos esperados

O projeto tem boas perspectivas de impacto. Mantidos o bom índice de realização e as tendências de alcance dos resultados até agora conseguidos, o projeto contribuirá para a redução da pobreza e da vulnerabilidade social. O desenvolvimento institucional e fortalecimento das organizações da sociedade civil implicará numa demanda organizada por mais e melhores serviços públicos e, por conseguinte, em mais e melhor oferta destes serviços, o que contribuirá para a redução da vulnerabilidade. O projeto produziu mapas georeferenciados dos serviços públicos e das organizações da sociedade civil que o governo não dispunha. A formação e qualificação de jovens e adultos em setores compatíveis com a oferta do mercado formal do trabalho (construção civil, têxtil e de alimentos), identificados na pesquisa realizada, tendencialmente provocará impacto na geração de trabalho e renda e, portanto, na redução da pobreza. A estratégia de inserção dos jovens como aprendizes nas empresas está contribuindo para a aplicação da Lei da Aprendizagem (que obriga as empresas a oferecerem vagas a jovens para a sua formação técnico-profissional no ambiente de trabalho); a inserção de 60% de meninas contribui para romper os tabus que consideram que a construção civil é um setor de trabalho só para homens. O projeto está contribuindo para a construção de um modelo inovador de intervenção pública no campo das políticas sociais.

Sostenibilidad potencial

A sustentabilidade financeira poderá ser assegurada pelo Governo de Pernambuco, que tem boa disponibilidade para assumir os serviços do projeto por meio da implementação do Plano de Desenvolvimento Social que o projeto produziu e do Prometrópole II, envolvendo outras secretarias além da SEDAR. Mantidos os níveis de mobilização, articulação e pró-atividade das organizações da sociedade civil, há boa perspectiva de sustentabilidade social. Politicamente, há total apoio e envolvimento do governo de Pernambuco, especialmente a Secretaria de Desenvolvimento e Articulação Regional, com sensibilização de outras secretarias, como a Secretaria da Juventude e a Secretaria de Desenvolvimento Social, o apoio da Secretaria Municipal de Obras e outras estruturas integradas ao Prometrópole, além do envolvimento e apoio do Ministério do Trabalho. A sustentabilidade institucional poderá ser garantida devido ao fortalecimento da capacidade institucional de gestão que o projeto propicia nas estruturas envolvidas, com relação à cooperação poder público-sociedade civil-setor privado, à experimentação de novos métodos de abordagem à população, à valorização das capacidades das organizações da sociedade civil e a eventuais propostas de financiamento de pequenos projetos formulados por elas.

Observaciones y recomendaciones

Pertinência e qualidade do desenho: É recomendável revisar o quadro lógico, modificando especificamente o enunciado do R.1.1. e os IOVs dos OEs e dos resultados, para garantir a mensuração e a comprovação do alcance dos resultados e dos objetivos específicos do projeto. Como geralmente não se pode alterar os objetivos do projeto, é recomendável verificar a possibilidade de ajustar o enunciado do OE2 sem modificar seu significado.

Eficiência: Recomenda-se aos coordenadores do projeto buscar junto às organizações da sociedade civil maior celeridade nas decisões para formalizar a instância articuladora que substituirá o Fórum Interinstitucional de Articulação, visando experimentar e consolidar o espaço de decisões conjuntas governo-sociedade civil para

o desenvolvimento social local antes do término do período do projeto, quando não haverá mais a intermediação de AVSI.

Eficácia: É aconselhável tomar providências para a contratação imediata do consultor de monitoramento e avaliação e, dentro do possível, antecipar atividades de divulgação e sistematização das ações do projeto, para começar a análise do alcance do OE2 e não comprometer o bom nível de eficácia do projeto. De acordo com o que foi apontado no item "pertinência e qualidade do desenho", deve ser considerada uma melhor interpretação do enunciado deste objetivo.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-119300.02
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto “Segurança alimentar, renda e inclusão social de famílias agricultoras pobres de duas micro-regiões no semi-árido brasileiro

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-134033
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Segurança alimentar, renda e inclusão social de famílias agricultoras pobres de duas micro-regiões no semi-árido brasileiro.
Dominio	Cofinanciación ONG (PVD)
Sector CAD/CRS	43040 - Desarrollo rural
Código CAD/CRS adicional	31120 - Desarrollo agrícola
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	19/12/2007
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	ALMEIDA DE Ana Lucia
Monitor/a	Grazia Faieta
Autoridad encargada del proyecto	Tearfund
Tipo de socio de ejecución	International NGO/CSOs/Universities (at EU and international level)
Fecha de inicio - prevista	01/01/2008
Fecha de fin - prevista	31/12/2010
Fecha de inicio - real	01/01/2008
Fecha de fin - probable	31/12/2010
Fecha de la visita de monitoreo	de 02/03/2010 a 06/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	685,843
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	685,843
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	1,496,326
Presupuesto total de la operación	2,182,769
Importe total desembolsado por la CE	384,180
Datos financieros con fecha del	31/12/2009

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	B
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

O projeto ainda mantém um bom nível de pertinência, procurando responder às principais necessidades dos grupos-alvo (Famílias de agricultores, grupos de mulheres e de jovens, associações e sindicatos do estado do Rio Grande do Norte) na zona semi-árida do nordeste do Brasil. A Ação é coerente com várias políticas públicas do Governo, relacionadas com a agricultura familiar, segurança alimentar, acesso a água potável e convivência com o semi-árido. No que se refere à estratégia da UE, o projeto é coerente com as prioridades do CSP 2007-2013, relativas à Inclusão Social. A qualidade da concepção do projeto apresenta alguns problemas: o RE3 é demasiado ambicioso para o tempo de execução do projeto (em 3 anos é difícil obter produção de frutas a partir de sementes); o RE 4 tem uma formulação pouco clara, IOVs genéricos e não tem definida a fonte de verificação objetiva dos mesmos; falta precisar as atividades relacionadas com o RE 5 e melhorar a definição de alguns dos IOVs dos RE 2 e 5, que são demasiado gerais. Na concepção do projeto foram incluídas adequadamente as questões transversais.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

O projeto tem várias fontes de financiamento - incluindo os fundos públicos do Programa Um Milhão de Cisternas, PIMC. O projeto teve os recursos à sua disposição em tempo e de forma oportunos durante os primeiros dois anos de execução, conseguindo manter uma boa execução das atividades previstas. Só foram atrasadas a implementação dos sistemas de produção agroecológica e a preparação de viveiros de mudas para produção das frutas, devido a fatores climáticos (chuvas intensas e concentradas durante 2008) e fatores culturais (resistência dos camponeses a deixar de utilizar agroquímicos na produção agrícola). Em geral, os produtos têm sido alcançados dentro dos custos previstos. A qualidade destes produtos é boa, e certamente estão contribuindo para alcançar os primeiros 4 resultados previstos. No entanto, é pouco provável que o RE 3 seja alcançado na sua totalidade, sendo ainda muito baixo o valor do indicador correspondente até ao momento.

Os recursos são geridos de forma transparente e responsável a todos os níveis. É de notar que Diakonia realiza todos os anos um processo de auditoria social com as associações, sindicatos e parceiros locais. As estruturas institucionais são muito competentes e eficazes e têm recursos humanos preparados e comprometidos. A Diakonia tem ampla experiência em procedimentos contratuais. Por outro lado, acredita que os procedimentos previstos pela UE, em alguns casos podem complicar a execução do projeto, particularmente em zonas de difícil acesso e com poucas alternativas de fornecedores de materiais.

Eficacia hasta la fecha

A eficácia do Projeto é boa. Está alcançando a maioria dos resultados planeados: 253 famílias de 35 comunidades têm melhorado sua segurança alimentar, nutricional e segurança da água; 148 famílias desfrutam de melhores condições de saúde, tendo garantido o acesso à água potável e ao saneamento básico; 2 grupos de mulheres beneficiando frutas e milhares de pessoas na área de intervenção conhecem as metodologias implementadas pelo projeto através de publicações, programas de rádio, sítio web, etc; Além disso, 3 Fóruns Municipais de Política Pública estão trabalhando de forma articulada. O Projeto é capaz de se adaptar à evolução das condições externas, consideradas no QL. Apesar da existencia de uma política pública destinada a facilitar a implementação da agroecologia na região semiárida, ainda há resistência cultural por parte das famílias de agricultores para abandonar o uso de agrotóxicos, o que incide negativamente na eficácia do projeto. Neste sentido, o planeamento dos encontros de intercâmbios não logrou os efeitos desejados. No entanto, a boa aceitação das cisternas e banheiros pelas comunidades levou a uma maior procura de cisternas e banheiros: uma procura realizada através da mobilização de sindicatos e associações, dirigida às autoridades competentes, que já teve algumas respostas positivas por parte das Prefeituras dos municípios de Antônio Martins e Dr. Severiano.

Impactos esperados

O principal impacto do projeto incide sobre as condições de saúde e higiene das famílias beneficiárias. Por outro lado, as incipientes iniciativas agroecológicas estão apresentando alguns resultados concretos com efeitos sobre a alimentação das famílias, que podem melhorar a sua dieta; também no caso da produção do algodão orgânico as famílias têm conseguido aumentar os seus rendimentos com a comercialização do produto. Em geral tem sido enfatizada pelas famílias uma melhoria na saúde da população. Mas, até agora, o impacto foi medido apenas com histórias de vida das famílias, sem IOVs mais precisos. Os fatores externos que podem comprometer o impacto do projeto são os fatores climáticos e o fator cultural (resistência em abandonar os agrotóxicos para aderir ao cultivo de produtos orgânicos), além das incipientes capacidades organizativas das associações e foros municipais de políticas públicas.

Cabe destacar que na área de intervenção do projeto existem muitos programas e projetos que estão trabalhando para melhorar as condições de vida da população do semiárido. Este fator, juntamente com uma articulação ótima das várias instituições executoras, permite que o impacto seja maior e mais eficaz, porque há também muito interesse por parte dos doadores em retomar experiências de sucesso para que sejam socializadas e reproduzidas. A experiência da Articulação do Semi-Árido (ASA), que há vários anos vem trabalhando de forma coordenada, representa um dos espaços de capitalização das boas práticas.

Sostenibilidad potencial

O projeto tem uma boa sustentabilidade financeira e de desenvolvimento econômico, porque a maioria das infra-estruturas (tanques e banheiros) são fáceis de manter e as próprias famílias terão a possibilidade de mantê-los. No caso da Agroecologia há programas do governo federal para assegurar Assistência Técnica e crédito após a conclusão do projeto. Também há a perspectiva de que esta produção, dirigida na primeira fase quase exclusivamente ao autoconsumo familiar, possa no futuro – quando se produzam excedentes – chegar à comercialização. O projeto está totalmente inserido nas estruturas locais e tem apoio das políticas públicas nacionais, pois o governo federal está dando prioridade ao programa de segurança alimentar, agricultura familiar e programas específicos para Conviver com o Semi-Árido. Conta ainda com o apoio institucional da Diakonia, a qual, no seu planejamento decenal, tem previsto continuar com um Programa Institucional no âmbito da agricultura familiar. O único elemento fraco da sustentabilidade é representado pela baixa capacidade de gestão das associações e fóruns locais, que embora sejam espaços reconhecidos institucionalmente, têm ainda uma organização incipiente e pouca capacidade técnica para influenciar, ao nível local, a operacionalização das políticas públicas existentes ao nível nacional.

Observaciones y recomendaciones

Tearfund e Diakonia

Pertinência e Desenho:-

- Ajustar o RE 3 e melhorar a definição do RE 4, focalizando-o sobre a multiplicação da experiência nos espaços das articulações e redes existentes no semiárido. - Definir atividades específicas para conseguir a realização do resultado 5; caso contrário, seria necessário retirar esse resultado do projeto e passar a tratá-lo como uma hipótese externa; - Melhorar a definição dos IOVs para o RE 2, em particular 2.2 e para o RE 5, em particular 5.1.

Eficiência: - Realizar em conjunto com a Rede ATER/NE, uma avaliação do avanço da agro-ecologia no contexto do Programa de Agricultura Familiar, com vista a uma eventual redefinição de estratégias para atingir os fatores de resistência cultural que dificultam a actuação do Projeto.

Sustentabilidade: Realizar um processo de fortalecimento dos fóruns municipais de políticas públicas, como espaços locais de articulação entre poder público e sociedade civil, apoiando com informação e formação sobre as principais políticas nacionais e a definição de rumos a seguir para a sua implementação ao nível local. Fortalecer as associações comunitárias com processos de capacitação dirigida às lideranças sobre organização comunitária, realização de diagnósticos da situação e incidência política a nível local.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-128645.01
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Desenvolvimento integrado na política urbana nacional: um direito dos municípios periurbanos da Amazônia Oriental e do Nordeste brasileiro.

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-169843
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Desenvolvimento integrado na política urbana nacional: um direito dos municípios periurbanos da Amazônia Oriental e do Nordeste brasileiro.
Dominio	Development - Non state actors and local authorities Co-financing (PVI)
Sector CAD/CRS	15150 - Democratic participation and civil society
Código CAD/CRS adicional	15150 - Democratic participation and civil society
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	28/11/2009
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	DORRESTEIJN Hans
Monitor/a	Aldo Magoga
Autoridad encargada del proyecto	Oxfam GB
Tipo de socio de ejecución	International NGO/CSOs/Universities (at EU and international level)
Fecha de inicio - prevista	01/02/2009
Fecha de fin - prevista	31/01/2012
Fecha de inicio - real	01/02/2009
Fecha de fin - probable	31/01/2012
Fecha de la visita de monitoreo	de 08/03/2010 a 12/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	637,661
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	637,661
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	212,553
Presupuesto total de la operación	850,215
Importe total desembolsado por la CE	186,751
Datos financieros con fecha del	27/01/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	B
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

Os objetivos gerais do projeto e o objetivo específico são coerentes com a política do Governo do Brasil, uma vez que o tema da habitação desempenha um papel central nas políticas públicas do Governo (por exemplo o programa "Minha Casa, Minha Vida", entre outros). O projeto é consistente com as estratégias de desenvolvimento e cooperação da UE no Brasil, tendo como base prioritária o CSP 2007-2013: apoiar a coesão social (política regional), a boa governança, a dimensão ambiental e o desenvolvimento sustentável. O projeto promove ações de defesa do exercício do direito da cidadania e de empoderamento do público alvo na articulação com o poder público e no exercício da democracia, reforçando os vínculos entre os três níveis de poder, federal, estadual e municipal. O Quadro Lógico (QL) do projeto tem algumas deficiências e está em curso uma revisão do mesmo QL pela AT do projeto, já que os resultados esperados não são adequadamente refletidos pelos indicadores.

O projeto apresenta condições de base para estabelecer uma articulação entre a sociedade civil e os governos locais (municipais), estaduais e sobretudo nacional, para a inclusão dos municípios do perímetro urbano nas políticas públicas. Depois dos 2-3 meses iniciais, durante os quais a equipe de AT teve alguns problemas de gestão administrativa, os esquemas de coordenação, gestão e financiamento estão bem estruturados, logrando o fortalecimento institucional e a apropriação local do grupo técnico-administrativo da FASE Amazonas.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

O projeto tem uma unidade técnica de coordenação da FASE com o apoio e assistência externa da Oxfam GB. Os responsáveis pelas diferentes atividades trabalham com o sistema PMA (Planejamento, Monitoramento e Avaliação), para a implementação das atividades, e realizam além disso uma reunião semanal de coordenação. No caso de serem necessárias medidas corretivas consideradas de menor importância, a equipe do projeto toma as decisões necessárias. No caso de medidas mais importantes há uma reunião de coordenação da Oxfam GB e posteriormente uma reunião com a Delegação da UE em Brasília. As atividades têm um atraso inicial devido às dificuldades dos primeiros 3 meses de execução. Na programação do segundo ano já estão incluídas as atividades não realizadas no primeiro ano.

A maior parte dos produtos de elaboração, sistematização e comunicação apresentam atrasos de execução e precisam de uma atenção particular, já que o seu uso e difusão são muito importantes para a incidência política do projeto nos foros regionais e nacional. O projeto tem também atrasos na implementação das ações em 5 novos municípios da Amazônia Oriental e Nordeste, onde não há uma estratégia para desenvolver práticas participativas de planejamento. Para além destes problemas, os produtos entregues no primeiro ano, coerentes com os resultados esperados, são de boa qualidade e respondem às necessidades existentes, criando capacidades de defesa e proteção de interesses nos grupos alvo. Juntamente com o reforço das redes e foros nacionais e com o lançamento do tema das cidades periurbanas, constituem as condições iniciais necessárias para poder atingir, com alta probabilidade, os resultados previstos.

Eficacia hasta la fecha

Apesar de alguns atrasos já em fase de superação, em geral estão sendo alcançados os resultados planejados, como a inclusão do debate periurbano nas associações locais, começando a sensibilização e articulação para inserir a problemática periurbana nos 4 foros existentes a nível nacional. As ações de defesa e proteção junto do poder público nacional (deputados e Ministérios) estão atrasadas e são difíceis de realizar, devido à campanha eleitoral e à consequente falta de disponibilidade dos mesmos. A intervenção no município de Belterra está dando resultados importantes e de boa qualidade, também graças ao prefeito que colabora com as atividades do projeto. A qualidade dos resultados é boa, particularmente junto da sociedade civil, grupo alvo e outros parceiros da FASE: o grupo de mulheres tem aumentado o seu protagonismo, têm sido abertos espaços

específicos para as mulheres nos foros e tem-se assistido ao fortalecimento das organizações e dos movimentos sociais.

Impactos esperados

Os primeiros impactos do projeto dizem respeito à questão de gênero (reforço, ampliação, seu posicionamento no debate, quantidade e qualidade das propostas), à contribuição para a lei de reforma urbana nacional, à implementação do plano urbano de Belterra, reforçando movimentos e foros para a habitação, a melhoria das políticas dos governos locais sobre o tema, instituição do conselho e do fundo HIS, posicionamento do tema no FNRU, maior debate nos foros nacionais, titularidade da propriedade para as mulheres, aumento do volume de recursos para implementação das ações do plano urbano de Belterra, aumento da base social do FAUR e do FNERU, criação de 5 conselhos estaduais das cidades na Amazônia e Nordeste. Os impactos mais prováveis são o reforço dos movimentos e foros sobre a habitação, para assim poder influir sobre o poder público a todos os níveis de forma a atingir o OE no longo prazo.

Sostenibilidad potencial

Os resultados a longo prazo do projeto serão políticas públicas apoiadas financeiramente pelo estado para garantir a implementação de planos de desenvolvimento resultantes da articulação dos movimentos da habitação com os gestores públicos (funcionários, prefeitos). No curto e médio prazo, até conseguir obter novas políticas públicas nacionais para os municípios periurbanos, é necessário continuar com as ações de defesa dos foros regionais e nacionais da habitação e reforma urbana. A FASE já tem uma estratégia de sustentabilidade financeira com recursos da cooperação internacional. Sem dúvida, conseguir a plena realização do objetivo específico de "produzir mudanças na política nacional de desenvolvimento urbano, incorporando o recorte de gênero e as especificidades dos municípios periurbanos da Amazônia Oriental e do Nordeste brasileiro" através da sua implementação como política pública necessita de mais tempo. Por isso, é muito provável que os parceiros apoiem por mais 4 anos o projeto, com fundos que serão geridos pela Action Aid.

Observaciones y recomendaciones

1. Definir uma estratégia de intervenção nos 5 novos municípios da Amazônia Oriental e Nordeste, como previsto no quadro lógico, identificando parcerias e definindo o uso dos recursos necessários para a sua implementação; 2. Definir uma estratégia alternativa de grupos de pressão e defesa de interesses que complemente a atual estratégia de articulação com os deputados federais e os ministérios para a influência a nível nacional; 3. Incorporar no PMA e POA do segundo ano as atividades de elaboração, sistematização e impressão dos materiais de comunicação e visibilidade do projeto para a sua difusão nos âmbitos nacionais e regionais oportunos; 4. Prever ações específicas com os funcionários públicos para facilitar a sustentabilidade e o reforço de capacidades locais; 5. Criar um mecanismo de comunicação periódica e efetiva entre a FASE e a Oxfam para facilitar à Oxfam a informação financeira necessária e a tempo para dar um melhor seguimento ao projeto.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-128860.01
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Ação Integrada de Desenvolvimento

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-150365
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Ação Integrada de Desenvolvimento
Dominio	Development - Non state actors and local authorities Co-financing (PVI)
Sector CAD/CRS	15150 - Democratic participation and civil society
Código CAD/CRS adicional	15150 - Democratic participation and civil society
Geographical zone	Región de América del Sur
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	28/11/2008
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	ARAÚJO Cristina
Monitor/a	Grazia Faieta
Autoridad encargada del proyecto	CONCERN UNIVERSAL (C.U.)
Tipo de socio de ejecución	International NGO/CSOs/Universities (at EU and international level)
Fecha de inicio - prevista	29/11/2008
Fecha de fin - prevista	29/11/2011
Fecha de inicio - real	29/11/2008
Fecha de fin - probable	29/11/2011
Fecha de la visita de monitoreo	de 08/03/2010 a 13/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	633,541
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	633,541
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	211,180
Presupuesto total de la operación	844,722
Importe total desembolsado por la CE	367,000
Datos financieros con fecha del	28/02/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	B
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

O Projeto é coerente com as políticas constitucionais dos dois países parceiros (Brasil e Colômbia). No entanto, os níveis de aplicação das políticas de participação são muito diferentes no Brasil e na Colômbia, onde a situação de conflito desempenha ainda um papel importante no avanço dos processos democráticos. No que diz respeito às prioridades da cooperação europeia, este projeto se encaixa no eixo “Inclusão Social”, que está previsto entre as prioridades do DEP 2007-2013 para o Brasil, e nos eixos “Paz y Estabilidad” e “Estado de Derecho y Derechos Humanos” priorizados no DEP 2007-2013 para a Colômbia. Também corresponde às novas linhas temáticas de co-financiamento “No-State Actors and Local Authorities in Development” multi-países, que priorizam, entre outros aspectos, o intercâmbio de experiências Sul-Sul. No entanto, devido à vastidão de ambos os países, a ação do projeto só pode ser entendida como experiência piloto. O desenho do Projeto se propõe responder às necessidades identificadas que consistem principalmente na falta de acesso das populações marginalizadas a serviços básicos essenciais. O Quadro Lógico (QL) apresenta alguns problemas: traz uma definição muito genérica a nível de OG. O OE mais parece um OG e o RE1 poderia ser o OE. Ao nível do RE3, o IOV 3.3 apresenta uma fonte de verificação pouco significativa. A estrutura de gestão do projeto é adequada, apesar da sua complexidade, representada principalmente pela dinâmica da execução da ação em dois países diferentes (Brasil e Colômbia). Existe uma boa articulação entre todos os sócios locais. No projeto inicial não foram expressamente contemplados todos os temas transversais; principalmente em relação à questão de gênero não há uma estratégia comum ou explícita.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

O projeto apresenta uma boa eficiência. Até ao momento, o projeto tem podido dispôr dos recursos em tempo hábil e de forma adequada, o que lhe permitiu um bom desempenho na execução de todas as atividades previstas. O único problema que houve foi o atraso na contratação do coordenador nacional, que foi realizada a partir da segunda anuidade, devido a uma dificuldade para encontrar a pessoa adequada. A gestão dos recursos é transparente e o monitoramento interno está garantido pela C.U. e por cada sócio local, por meio de um sistema de planeamento detalhado e revisado mensalmente. Há um bom uso do QL como ferramenta de gestão do projeto, construindo, a partir dele, os planos operacionais gerais e específicos por organismo. Há que destacar que a coordenação técnica também implementou um sistema definido como “Estratégia de Gerenciamento de Risco”, que serve para controlar os riscos e suposições. As estruturas interinstitucionais são adequadas para o acompanhamento deste projeto que vem sendo executado em dois países, com níveis de autonomia de gestão em cada país, embora com uma única lógica de intervenção. Os avanços são integrados num único documento de monitoramento, cuja responsabilidade está centrada no escritório da sede da C.U. no Brasil. A gestão do projeto, para melhorar a eficiência, solicitou à Delegação da UE uma mudança de rubrica para a execução de seminários e conferências (da rubrica 5 para a rubrica 6 do orçamento).

Eficacia hasta la fecha

A eficácia do projeto é boa, tendo, até agora, conseguido um bom alcance dos resultados esperados. As organizações parceiras estão desenvolvendo uma ação de qualidade no processo de empoderamento das comunidades. Conseguiu-se produzir 48 iniciativas sobre água potável, educação e saúde. Destas, 30 iniciativas já foram concluídas com sucesso ampliando os serviços públicos para as comunidades; - Criação de mais espaços para o controle social, como os Conselhos distritais de saúde em João Pessoa; - Mais de 60% das autoridades locais convidadas têm participado nas atividades do projeto (78% no Brasil e 100% na Colômbia); - As organizações parceiras estão sendo parte das ações promovidas pelas autoridades locais; - Os membros das instâncias de controle social conhecem e entendem as leis relativas aos direitos fundamentais (51% do grupo alvo no Brasil e 31% na Colômbia); - Aumentou a compreensão da população-alvo sobre os direitos fundamentais; - Troca de experiências entre Brasil e Colômbia permite melhorar a metodologia da ação.

O projeto tem sido capaz de se adaptar às condições externas em tempo oportuno; neste sentido, a implementação de uma “Estratégia de Gerenciamento de Riscos” tem sido uma boa ferramenta de apoio para a gestão. Um dos elementos externos que tinha sido considerado apenas parcialmente é a influência religiosa dos setores evangélicos nas comunidades, cuja filosofia aponta para aceitar as condições de vida como decisão divina e, portanto, dificulta a participação de alguns líderes nos processos de capacitação, bem como a sua mobilização para ajudarem nas ações de incidência em busca de melhores condições de vida para a população.

Impactos esperados

O projeto tem sido capaz de alcançar já alguns impactos positivos na população alvo. O principal impacto que o projeto tem tido até agora tem sido conseguir o reconhecimento mútuo entre as organizações da sociedade civil e os membros do Poder Público Local nos diferentes municípios onde a ação está sendo executada. Este impacto levou, por sua vez, a conquistas concretas que foram transformadas em benefícios para a população das próprias comunidades: no caso das 2 comunidades no Brasil têm ampliado o direito à saúde em termos qualitativos e quantitativos. Na Colômbia, segundo a representante da C.U. Brasil, também tem havido melhoras nas condições de vida das 15 comunidades, através de 30 demandas concluídas positivamente e relacionadas com serviços de saúde, educação e saneamento básico. É provável que no futuro se alcancem maiores conquistas em diferentes direitos fundamentais para essas mesmas populações. Também tem sido possível ouvir testemunhos de lideranças comunitárias que estão participando nos processos, expressando o impacto positivo que têm recebido, alcançando um maior empoderamento sobre seus próprios direitos humanos, com repercussão na vida familiar. Os fatores externos que poderiam afetar o impacto do projeto estão relacionados à manutenção das legislações nacionais (no Brasil e na Colômbia) que permitem a participação da sociedade civil no processo decisório. Embora este ano haja eleições nos dois países, é muito difícil que sejam alteradas as atuais condições legislativas nesta matéria.

Sostenibilidad potencial

A sustentabilidade institucional, política, e de apropriação por parte dos beneficiários é boa, e pode ainda ser melhorada com a realização do processo de formação dirigido a todo o pessoal técnico das instituições sociais. Este processo precisa ser planejado de forma específica por cada sócio, considerando que atualmente se encontram em níveis bastante diferentes de compreensão de várias questões, principalmente no que se refere ao trabalho específico de defesa de interesses e incidência nas políticas públicas, através da mobilização comunitária.

Ao nível de sustentabilidade financeira e econômica, os sócios locais tem capacidade de conseguir outras fontes de financiamento. Por isto, é importante um planejamento nesta área, pois, ainda que as ações tenham uma boa sustentabilidade vão precisar de apoio financeiro sistemático, já que será necessário encontrar recursos para o seu acompanhamento oportuno.

Observaciones y recomendaciones

CU e parceiros locais:

Pertinência e Desenho:

Revisar definição do OG, OE e RE.

Definir conjuntamente uma estratégia de gênero para ser aplicada em todas as ações realizadas. - Preparar um instrumento simples para registrar as atividades de multiplicação realizadas pela liderança comunitária (IOV 3.3 do RE 3).

Eficácia:

Definir uma estratégia que consiga envolver em processos de capacitação as lideranças dos diferentes grupos presentes na comunidade, incluindo grupos de interesses culturais, religiosos, e grupos específicos (adolescentes, jovens, mulheres, etc.).

Impacto:

Retomar experiências pessoais significativas de algumas lideranças e aproveitá-las, com o seu consentimento, para tornar visível a ação de forma diferente.

Sustentabilidade:

Definir uma estratégia de saída econômico-financeira para que continue a ação de incidência após a conclusão do projeto. – C.U.: realizar o processo de transferência de competências para os parceiros locais, dirigindo os conteúdos das oficinas para gerar empoderamento do pessoal de cada uma das organizações sociais, nas áreas de defesa de interesses, incidência e mobilização social comunitária.

Delegação UE:

Verificar a possibilidade de mudança da rubrica solicitada pela Concern Universal em 5 de janeiro de 2010, com relação ao item de seminários e conferencias.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-128646.01
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Construyendo una sociedade inclusiva no semi-árido baiano

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-169244
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Construyendo una sociedade inclusiva no semi-árido baiano
Dominio	Development - Non state actors and local authorities Co-financing (PVI)
Sector CAD/CRS	15150 - Democratic participation and civil society
Código CAD/CRS adicional	16050 - Ayuda plurisectorial para servicios sociales de base
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	01/03/2009
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	ALMEIDA DE Ana Lucia
Monitor/a	José Aniceto do Rosário Mário
Autoridad encargada del proyecto	Centro de assessoria do Assuará - CAA
Tipo de socio de ejecución	Local NGOs/CSOs/Universities (at Partner country level)
Fecha de inicio - prevista	01/03/2009
Fecha de fin - prevista	31/03/2012
Fecha de inicio - real	01/03/2009
Fecha de fin - probable	01/03/2012
Fecha de la visita de monitoreo	de 08/03/2010 a 13/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	560,114
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	560,114
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	62,234
Presupuesto total de la operación	622,349
Importe total desembolsado por la CE	182,893
Datos financieros con fecha del	10/03/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	B
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

12 meses passaram desde o início do projecto, sendo esta missão ROM a primeira e, pode-se perceber que o projecto está a trabalhar em componentes com valor acrescido para a vida dos respectivos beneficiários (produção de alimentos, melhoria da dieta, variedade alimentar, perspectiva de melhorar a renda ou aumentar a poupança..., para além de serem produtos agro-ecológicos). Este assegura-se enquadrado nas linhas estratégicas de redução da pobreza peri-urbana e promoção da segurança alimentar, tornando-se na região, uma experiência que os outros municípios (fora dos quatro com beneficiários) estejam interessados em acções semelhantes nos seus territórios. O projecto surge de um processo de diagnóstico dos problemas das comunidades, o que pressupõe e afirmam os beneficiários, que foram consultados e tomaram parte do processo de hierarquização dos problemas. Na sequência do acima exposto, os objectivos do projecto são percebidos e partilhados com os beneficiários, parceiros e outros. A experiência é vista como uma boa estratégia para a redução da pobreza peri-urbana e está igualmente de acordo os interesses da UE em termos da Estratégia, com ênfase na estratégia de País (Brasil) 2007-2013, especificamente no que concerne a cooperação descentralizada para os projectos das ONG's para a redução da pobreza, defesa dos Direitos Humanos, protecção do meio ambiente e apoio ao diálogo sectorial em temas de interesse comum. Este projecto enquadra-se pelo menos em três dos 8 objectivos do Milénio definidos pelas Nações Unidas em Setembro de 2002, os quais a União Europeia subscreve, especificamente o Objectivo 1, 3 e 7. Há um Marco Lógico que é utilizado pela gestão, contudo, é necessário que seja melhorado. Por exemplo, os dois IOV do OE sugerem aquilo que seriam os OE do projecto, não sendo portanto IOV; De igual modo os resultados e restantes IOV são generalizados, o que dificulta a sua apreciação e correlação com os produtos já alcançados pelo projecto. Portanto, O ML tem de ser melhorado de modos os seus elementos a serem SMART. Apesar disso, a entrevista com a equipa do projecto, com os parceiros e beneficiários e a visita no campo, fazem perceber o quanto o projecto está a ter efeitos positivos sobre a vida dos beneficiários. Na essência da proposta técnica também é clara a intenção do projecto. O projecto tem uma abordagem directa sobre as questões de género e meio ambiente e de forma indirecta também os aspectos de Direitos Humanos e boa Governança.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

A UE disponibilizou os recursos financeiros da primeira tranche como contratualmente definida. A organização europeia ``Horizonte 3000`` é quem fez a cobertura dos 10% complementares e, também tem os fundos concordados com o CAA para o projecto. Deste modo, o projecto não tem tido dificuldades com os insumos para as actividades. A gestão dos recursos é transparente na medida em que a equipa do projecto, a Administração e a coordenação executiva, participam de forma claramente definida na gestão dos recursos do projecto. Também há um apoio em termos de capacitação do parceiro ``Horizonte 3000``, que também faz monitoria do projecto. A gestão programática do projecto faz-se com base no Quadro Lógico e o cronograma de actividades, que resultam em planos periódicos, (plano anual, plano mensal e semanal). Há uma preocupação com a monitoria de acção e de resultados (este último ainda não muito sistemático). No processo de planificação há uma definição dos recursos necessários e a administração providencia-os atempadamente. O projecto concluiu a execução das actividades previstas para o primeiro ano com uma performance de cerca de 95%, não tendo havido nenhuma alteração no plano previsto para os primeiros 12 meses. Os imputes estão ser providenciados aos beneficiários em função do plano de actividades que tem uma sequência lógica.

Eficacia hasta la fecha

No primeiro ano de implementação, já há produtos que concorrem para os resultados e objectivos do projecto e com boa qualidade. O processo de produção hortícola variada nos quintais, está disponibilizar mais alimentos em quantidade e qualidade, há famílias que já começam a vender alguns produtos. A procura da produção destas famílias por ser feita em princípios e procedimentos agro-ecológicos é grande. A organização

dos quintais (vedados) e a redistribuição correcta dos mesmos (espaços para animais, espaços para a produção hortícola e espaço para as manobras no quintal...) é outro resultado, pois que, antes tudo era misturado evidenciando problemas com a higiene e saúde pública. A conquista pelos beneficiários, da participação na vida pública com o seu envolvimento nos processos de decisão local ao nível das prefeituras e da câmara, é também mais um produto deste período. As mulheres tomam parte do processo a partir de acções concretas de género, embora reconheça-se que ainda há muito por caminhar para vencer o machismo em alguns casos, mas o processo já teve início. A metodologia do projecto é reconhecida pelas estruturas políticas e governamentais locais, como sendo inovadora e que trás uma visão sobre outras formas de trabalhar com as municipalidades, já que, envolve todos e a todos os níveis.

Impactos esperados

Um ano de implementação foi alcançado desde o início do projecto, dos três anos previstos. Nesta altura os impactos são ainda pouco distinguíveis dos produtos gerais. Todavia, pode-se destacar bons efeitos do projecto sobre os seus beneficiários: i) Uma grande mobilização social, as comunidades beneficiárias já recebem chamadas das câmaras e prefeituras as quais vão atender, estando assim a participar dos processos de desenvolvimento local, quando antes do projecto ficavam nas suas comunidades fora destes processos. Muitos beneficiários estão capacitados para o maneio das aves recebidas do projecto e gestão dos procedimentos agro-ecológicos; há uma produção agro-ecológica diversificada, algumas famílias já têm excedentes de produção que é facilmente comercializada. As famílias reaproveitam os restos da produção agrícola para fabricar compostos para a agricultura ou ração para as galinhas, a higiene dos quintais está melhor com a vedação dos espaços em função dos seus propósitos (separação espaços dos animais, da agricultura e da manobra do quintal). ii) Ainda importa destacar que se houve insuficiência de água para fazer agricultura, com a mesma água actualmente conseguem produzir graças as novas tecnologias trazidas pelo projecto. Os impactos previstos pelo projecto e outros imprevistos positivos serão alcançados, todavia, depende da capacidade do projecto manter a dinâmica actual, disponibilização dos recursos financeiros por parte dos doadores (UE e Horizonte 3000) e uma estabilidade da equipa do projecto. O mais provável é que esses factores estejam assegurados.

A agricultura Urbana ainda uma proposta recente, daí que, este projecto deve ser visto como estudo e experiência piloto para influenciar as autoridades locais e a sociedade civil no sentido da criação de uma política municipal voltada a promoção de acções similares.

Sostenibilidad potencial

O projecto tem nos quatro municípios de intervenção um respaldo das autoridades, independentemente de ter ou não apoios directos. Nas entrevistas com os beneficiários e visitas de campo, percebe-se o elevado grau de satisfação pelos resultados até agora alcançados com o projecto. Eles têm confiança no seu trabalho ``mesmo que projecto retire-se hoje, nós vamos continuar porque já sabemos o mínimo e temos os resultados`` dizia com propriedade e muito confiantes. Como pode-se notar, já há um considerável grau de apropriação das acções do projecto e dos resultados até agora por parte dos beneficiários. Considerando que as infra-estruturas e tecnologias trazidas pelo projecto apesar de inovadoras também são de baixo custo, pressupõe-se que não haverá problemas na continuidade, já que os custos podem ser suportados pela venda da própria produção. O apoio sectorial em termos de políticas públicas para esta zona de intervenção é muito consistente, dispondo actualmente de instrumentos diversos de actuação e coordenação que se complementam (CONAB, ASA, CRAS, PAA, PIMC, PTDRS, etc.). Actualmente a política nacional é favorável ao fomento da produção familiar.

Observaciones y recomendaciones

1. O Marco lógico do projecto deve ser revisto para reorientar o objectivo específico do projecto, os respectivos resultados e indicadores de modos a serem mais claros e SMART. Não trata-se de alterar a intenção do projecto, mas sim, clarificar e delimitar os elementos da lógica de intervenção adequando a perspectiva vertical e horizontal e facilitar a Monitoria de resultado e impacto.
2. O projecto deve aprimorar o sistema de Monitoria aos vários níveis e com base nos diferentes interessados (CAA, Doadores, parceiros, beneficiários, o projecto e outros), sobretudo de resultado e impacto, a partir das práticas e procedimentos que já existem (planificação e avaliação periódica, inquéritos e entrevistas aos beneficiários e parceiros, avaliação com os beneficiários, etc.).
3. A promoção de espaços de discussão sobre os factores de desequilíbrio nas relações de género, a real situação das famílias, a mulher e o seu papel no processo de desenvolvimento sustentável e outros temas, são recomendados, pois que, seriam interessantes formas de conseguir ultrapassar algumas barreiras que ainda

podem perceber-se.

4. O CAA deve envidar esforços e definir estratégias de manter firme a estabilidade da equipa do projecto.
5. O CAA deve procurar observar com rigor os pressupostos contratuais, de modos que, o projecto não venha a conhecer atrasos na disponibilização financeira e consequentemente, não quebra-se o ritmo do projecto.
6. O projecto deve desenvolver a partir de agora, uma clara estratégia de retirada e implementa-la, pois, assim, o projecto poderá acertadamente garantir que a sustentabilidade dos resultados seja um facto.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-128647.01
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto Cooperativas Populares: Rumo ao Mercado

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	En curso
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-133854
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Cooperativas Populares: Rumo ao Mercado
Dominio	Cofinanciación ONG (PVD)
Sector CAD/CRS	15150 - Democratic participation and civil society
Código CAD/CRS adicional	15150 - Democratic participation and civil society
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	07/11/2007
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	ARAÚJO Cristina
Monitor/a	Susana Fuertes
Autoridad encargada del proyecto	TERRA NUOVA Centro per il Volontariato ONLUS
Tipo de socio de ejecución	International NGO/CSOs/Universities (at EU and international level)
Fecha de inicio - prevista	20/11/2007
Fecha de fin - prevista	20/11/2010
Fecha de inicio - real	20/11/2007
Fecha de fin - probable	20/11/2010
Fecha de la visita de monitoreo	de 08/03/2010 a 12/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	534,950
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	534,950
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	176,316
Presupuesto total de la operación	713,267
Importe total desembolsado por la CE	320,263
Datos financieros con fecha del	01/02/2010

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	B
Eficiencia de la ejecución hasta la fecha	C
Eficacia hasta la fecha	B
Impactos esperados	B
Sostenibilidad potencial	B

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

Os objectivos do projecto apoiam as políticas sociais do Governo (política estadual de apoio ao cooperativismo 2009, Superintendência de Economia Solidária 2008) e estão alinhados com o documento de Estratégia País 2007-2013 da UE. O projecto continua respondendo às necessidades dos jovens e mulheres das três cooperativas, com especial atenção à comunidade de afro-descendentes. O projecto já está atingindo o seu objectivo específico ao contribuir para o fortalecimento das três cooperativas, tornando-as mais profissionalizadas, com sistemas de gestão adaptados a cada uma delas. Os indicadores propostos são SMART, contudo, seria bom adicionar algum indicador que possa medir o avanço pessoal de cada cooperado em questões como autoconfiança, liderança e apropriação dos resultados do projecto.

Os esquemas de planejamento, coordenação, gestão e financiamento fomentam o fortalecimento institucional e a apropriação através de um processo de acompanhamento que vai da capacitação à apropriação de funções de gestão por parte dos cooperados junto a um acompanhamento e assessoria por parte da equipa técnica. A estratégia de saída será reforçada durante 2010 com a conclusão de acordos com outros parceiros, públicos e privados, para garantir a sustentabilidade dos resultados (Desenbahía, SESOL, SEBRAE). O papel fundamental dos cooperados na toma de decisões faz com que a metodologia utilizada se adapte até conseguir encontrar a forma de resolver as dúvidas que possam ir surgindo.

Eficiencia de la ejecución hasta la fecha

Passados 26 meses do início do projeto, os recursos foram postos à disposição do projeto. No entanto, houve um pequeno atraso no ano 2009 para receber os fundos da UE devido ao atraso no relatório da auditoria interna. TERRA Nova está adiantando os fundos. Faz-se um planejamento quadrimestral (durante 2010 trimestral) de custos de acordo com as atividades previstas, que é revisto durante as reuniões de coordenação (cada 15 dias). O planejamento das atividades do projeto é baseado no plano operativo anual das próprias cooperativas. A percentagem de execução orçamental era de 54,61% do total planejado, no final de 2009. Esta execução orçamental um pouco baixa deve-se a duas ações que têm que ser desenvolvidas no ano 2010: 1. fundos de micro-crédito / fundos rotativos e 2. o vídeo promocional e relatório final. Quase 55% do orçamento do projeto são recursos humanos. Alguns produtos foram entregues com atraso, mas numa sequência lógica e com uma qualidade boa: (1) Grupos de Planejamento e Comercialização e Marketing constituídos e capacitados. 3 planejamentos institucionais feitos. O plano da ação foi realizado para a implementação das estratégias com 90% de execução. Ações de capacitação para melhorar os processos produtivos. (2) constituído e capacitado o Grupo Gestor do Fundo Rotativo. Regulamento de Crédito elaborado. Comitê de Crédito constituído e capacitado. 3 projetos apresentados em 2009, deferidos. O projeto está a coordenar-se com outros programas similares, impulsionados pelo governo federal e estadual. No ano 3 o projeto deve acelerar algumas atividades, sobre tudo as relativas a R2 (atividades de melhora na gestão e implementação do Fundo Rotativo com a abertura deste a outras cooperativas, monitoramento dos projetos deferidos pelo fundo rotativo...), assim como as relativas a R3 (criação da rede e sistematização do projeto). Existe uma comunicação excelente entre PANGEA y TERRA NUOVA e destas com parceiros locais. A comunicação com a UE poderia ser melhorada, uma maior comunicação propiciaria um melhor entendimento e maior aproximação do projeto com a delegação.

Eficacia hasta la fecha

Uma vez iniciado o terceiro e último ano do projeto, as dificuldades para atingir os resultados planejados (mudança das equipes de gestão, crise econômica,...) estão sendo superadas e o projeto está conseguindo atingir quase todos os resultados planejados: organizando os grupos de planejamento e de comercialização e marketing, estão pondo-se em prática os planejamentos institucionais, de comercialização e marketing através dos planos de ação. COOPARTES: redirecionou o seu segmento de mercado e redefiniu o portfolio de

produtos. Também reestruturou a gestão. COOPERCONFEC: renovou a liderança, elevou o grau de especialização técnica das costureiras. COOPARQUETUR: adequou o portfolio de serviços e aperfeiçoou a gestão. Também melhorou o grau de articulação para a obtenção de parcerias. A capacidade produtiva foi elevada, reduzindo-se os atrasos nas encomendas; no entanto, a crise econômica mundial foi o principal fator de impedimento da obtenção dos resultados previstos. Apesar disso, os faturamentos mantiveram-se sem cair. Os custos de funcionamento das três cooperativas foram cobertos pelas próprias cooperativas. Os IOV do objetivo específico são apropriados (diagnóstico inicial que fixou a linha de base para que os IOV possam ser comparados). Ainda assim, seria bom adicionar um indicador que possa medir o avanço dos cooperados em questões como autoconfiança, liderança e apropriação dos resultados do projeto. O projeto se re-orientou desde um enfoque mais teórico a um mais prático, fomentando a criação de um "núcleo duro" dentro das cooperativas, formado por pessoas implicadas política, social, pessoal e culturalmente. Com a criação do Fundo Rotativo as cooperativas reforçaram a sua confiança devido ao melhor acesso a certos investimentos necessários para melhorar e aumentar a sua produtividade. Outras cooperativas mostraram interesse e querem ter acesso ao fundo rotativo (CAEC o ACOPAMEC). Estão se assinando parcerias com instituições públicas e privadas, o que poderá fazer com que o efeito multiplicador do projeto e a sua eficácia sejam maiores.

Impactos esperados

Os resultados que se estão conseguindo favorecerão a consecução do OE e do OG: reforço de capacidades dos cooperados para a autogestão das cooperativas e do fundo rotativo, aumento da autoconfiança dos cooperados e da sua liderança para se apropriarem de processos e garantir a sustentabilidade técnica e econômica (processo de transferência de gestão em que o projeto colaborou acompanhando os cooperados), reforço da sua capacidade no quadro da economia solidária. Isso está afetando já a qualidade de vida dos cooperados, tal como afirmam os próprios cooperados. Os contactos com outras cooperativas e as parcerias com entidades públicas e privadas favorecerão este processo de auto-ajuda e apropriação. As próximas eleições nacionais do Brasil, paralisarão as dinâmicas de trabalho a partir de Julho de 2010; é, por isso, importante consolidar as parcerias com a SENA e SESOL antes desta data. Na medida em que institucionalmente seja possível trabalhar com um enfoque metodológico participativo público-privado com a SENA e SESOL, o efeito multiplicador será maior, atendendo à sustentabilidade técnica e econômica das cooperativas e à sistematização e divulgação da metodologia utilizada. Se finalmente se abre o acesso ao Fundo Rotativo a outras cooperativas, o impacto será maior.

Sostenibilidad potencial

Dada a apropriação e o aumento da capacidade das cooperativas e a credibilidade do processo político de apoio a empreendimentos da economia solidária (SESOL, DESENBAHIA), a estratégia de saída parece garantida. O projeto está fortemente inserido nas cooperativas assim como em PANGEA. Os grupos alvo participam continuamente na planificação das atividades decidindo sobre encontros, capacitações específicas e planejamentos estratégicos a nível das cooperativas, assim como estabelecendo as normas de gestão para o fundo rotativo e seu uso. Todas estas ações tiveram um impacto direto na autoconfiança das pessoas, no reforço da sua liderança e apropriação dos resultados do projeto. No estado da Bahia não existe uma tradição de cooperativas, no entanto, o projeto está criando as bases, juntamente com as políticas públicas que favorecem uma dinamização do sector trabalhando com as bases da própria economia solidária. Houve uma mobilização da sociedade através de um projeto de lei federal para instituir o Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias. Além disso, a promulgação em 2008 do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS) representa um grande avanço na consolidação do CJS como uma política pública de redução da pobreza e redistribuição da renda. Isto faz ver com otimismo a probabilidade do apoio político uma vez finalizado o projeto. Mesmo se o número de cooperados diminuiu desde o princípio do projeto, a criação de um núcleo duro capacitado para gerir as cooperativas está disponível para continuar com os benefícios do projeto (mudança de visão dos cooperados: de um estímulo para se formarem a uma profissão que lhes permite desenvolver-se numa economia solidária). Os resultados do projeto inserem-se nas próprias estruturas das cooperativas que foram capacitadas em termos técnicos, financeiros e de gestão na prática através de um acompanhamento capaz de garantir que os benefícios do projeto sobrevivam para além da vida do projeto.

Observaciones y recomendaciones

Lições Aprendidas.: 1. O projeto torna mais flexível a execução quando há possibilidade de revisar o QL (IOV especialmente). 2. Um monitoramento do projeto teria sido benéfico para identificar as limitações iniciais do projeto (mudanças na linha de base em relação à sua formulação) e ajudar o projeto a encontrar outras soluções. 3. ONGs como agentes de implementação das políticas públicas locais abrem espaços de diálogo entre poder público e sociedade. 4. A eficiência é melhorada pela inserção das organizações locais no território

e a capacidade de execução (parcerias). 5. Avanços no gerenciamento dos riscos e a capacidade de adaptação e flexibilidade melhoram eficácia 6. Sociedade civil leva métodos e estratégias inovadoras influenciando modelos tradicionais da ação pública (Fundo Rotativo).

Recomendações:

1. O projeto deveria adicionar algum indicador que possa medir as percepções qualitativas dos cooperados em questões como autoconfiança, liderança e apropriação dos resultados do projeto.
2. À DEL UE: É preciso definir no formato do edital que convida à apresentação de propostas as questões transversais que o projeto deve incluir e acompanhar, para levar em conta esses aspectos desde o início.
3. O projeto deve trabalhar o diálogo com as prefeituras para aumentar a sua apropriação
4. Melhorar e reforçar a comunicação entre projeto e DEL UE.
5. Faltam IOV de processo (OE, OG) para medir incidência nas políticas públicas.
6. (DEL UE) Rever os procedimentos e instrumentos de cooperação e comunicação (relatórios técnicos,...) que favorecem foco no desenvolvimento de atividades mais que de resultados.
7. O projeto deverá concretizar as parcerias com a SENAE e SESOL antes de Julho de 2010, para garantir o impacto dos resultados.



Informe de monitoreo

Referencia del monitoreo MR-105302.02
Fecha del informe 07/04/2010
Título del Proyecto ESTABILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM FRENTES PIONEIRAS DO SUL DO PARÁ (AMAZÔNIA ORIENTAL) - BRASIL

I. Datos de la intervención

Estatuto	FINAL
Tipo de informe de monitoreo	Ex-Post
Tipo de ayuda	Project approach
Proyecto	Proyecto individual / proyecto nacional
Gestión del proyecto	Proyecto gestionado por la Delegación
Financiado por línea presupuestaria temática	Sí C-095595
Número CRIS	
Título del Proyecto según el Convenio de Financiación/ de la Decisión de Financiación	Estabilização da agricultura familiar em frentes pioneiras do Sul do Pará (Amazônia Oriental)
Dominio	Cofinanciación ONG (PVD)
Sector CAD/CRS	43040 - Desarrollo rural
Código CAD/CRS adicional	43040 - Desarrollo rural
Geographical zone	Brasil
Palabra clave (para intervenciones innova	
Fecha firma Convenio de Financiación/Decisión de Financiación/Contrato	12/12/2005
Responsable a la Sede Principal	
Responsable a la Delegación	ALMEIDA DE Ana Lucia
Monitor/a	Francisco Gamarro
Autoridad encargada del proyecto	GRET
Tipo de socio de ejecución	International NGO/CSOs/Universities (at EU and international level)
Fecha de inicio - prevista	09/12/2005
Fecha de fin - prevista	08/12/2008
Fecha de inicio - real	01/01/2006
Fecha de fin - real	31/12/2008
Fecha de la visita de monitoreo	de 09/03/2010 a 12/03/2010

II. Datos financieros

Compromiso de nivel 1 (financiación CE)	632,621
Presupuesto previsto para la AT	No Disponible
Compromiso de nivel 2 (fondos contratados de la contribución CE)	632,621
Otros fondos (Gobierno u otros donantes)	216,588
Presupuesto total de la operación	849,209
Importe total desembolsado por la CE	632,621
Datos financieros con fecha del	31/12/2008

III. Apreciaciones

Pertinencia y calidad del diseño	C
Eficiencia de ejecución	B
Eficacia	C
Impacto hasta la fecha	B
Sostenibilidad hasta la fecha	C

IV. Resumen de conclusiones

Pertinencia y calidad del diseño

O projeto era relevante quando foi concebido e continua a ser relevante actualmente. As explorações familiares na fronteira agrícola do Sul do Pará precisavam de alternativas ao modelo de produção tradicional (desmatamento - pecuária extensiva), que levou à degradação do solo e por tanto à emigração para outras áreas florestais. Também era necessário consolidar uma instituição forte (Associação Para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu, ADAFAX) para representar as organizações da sociedade civil já existentes: Casas Familiares Rurais (CFRs), Cooperativa dos Pequenos Produtores Alternativos Rurais e Urbanos (CAPPRU) e a Comissão Pastoral Terra (CPT). O projeto ainda é relevante devido à expansão da fronteira agrícola, à debilidade das instituições públicas, à aplicação inconsistente de algumas políticas públicas, à existência de interesses poderosos (grandes fazendeiros, incluindo alguns prefeitos; mineração) e ao número de famílias que ainda utilizam o modelo de produção tradicional (estimadas em 12.000 famílias em São Félix do Xingu e 1.500 na APA Trinufa do Xingu). O quadro lógico do projeto é um pouco complexo (3 OEs) com um OE3 muito ambicioso. O projeto foi desenhado para apoiar os parcialmente os processos existentes, não como apoio total, e por tanto dependia da ação de terceiros, implicando riscos significativos que inicialmente não foram considerados muito importantes (OE 1 parcialmente e OE3).

Eficiencia de ejecución

Desde o último monitoramento (Maio 2008), melhorou a eficiência do projeto, em parte porque foram seguidas algumas das recomendações feitas nessa altura. Do orçamento total (849.209 €), foram utilizados 851.729 € correspondentes a 100,3%. O início da implementação das atividades sofreu um certo atraso com relação ao plano de trabalho original, devido principalmente a dificuldades de recrutamento de profissionais qualificados. Cada organização gerenciava os recursos que tinha, sendo o controlo financeiro responsabilidade de ADAFAX. Além do Comitê Gestor, que se reuniu de 6 em 6 meses, o Comitê de Programação, realizava cada dois meses o balanço da programação passada, e elaborava a nova. Ao final do projeto pode-se dizer que a maioria das atividades foram executadas com pequenas variações dos custos. As principais atividades não plenamente implementadas foram a 121 (Formações (Alternâncias) e acompanhamento em parceria com a CPT e associações de pais em torno das novas técnicas em 2 CFRs (125 jovens nos 3 anos)), pela falta de monitores, e a 322 (Negociação com poderes públicos de um programa de desenvolvimento sustentável da pequena agricultura familiar do Sul do Pará) devido à complexa rede institucional e de interesses da região. A maioria dos produtos / atividades tiveram boa qualidade, exceto a formação de jovens nas CFRs, que teve uma qualidade média, devido à falta de monitores, à sua qualidade e à sua alta rotatividade. A infra-estrutura das CFRs foi melhorada com o projeto, mas ainda é bastante pobre (falta de instalações para o desempenho das práticas). O funcionamento dos parceiros locais melhorou com o apoio do projeto, mas faltou um pouco mais de coordenação pela ADAFAX.

Eficacia

Em geral, a maioria dos resultados foram alcançados mas nem todos os Oes o foram. Deve-se considerar que alguns indicadores eram insuficientes e não foram medidos. O R11 foi atingido: 1045 famílias (de 1000 iniciais) implementaram uma diversificação produtiva. O R12 foi atingido parcialmente: somente 76 jovens (de 125 jovens iniciais) foram formados ou em processo de formação, devido à dificuldade de obtenção e permanência dos monitores, à qualidade dos mesmos, à taxa de abandono dos alunos (30%), etc. Parece ter havido um sobredimensionamento. Indiretamente, umas 200 famílias (de 750 famílias iniciais) foram envolvidas por alguns alunos já formados. O R13 foi atingido: mas foi criada uma associação, já que a ADAFAX foi fundada em Dezembro de 2004. O projeto tem conseguido reforçá-la. O R21 foi quase atingido: o número de famílias comercializando sua produção através da CAPPRU passou de 600 em 2006 para 800 em 2008 (dos quais 140 são sócios da cooperativa). A CAPPRU tem atualmente 175 membros e 800 fornecedores. O R22 foi atingido: a CAPPRU consolidou-se como a cooperativa da agricultura familiar sustentável do Alto Xingu (cacau

comercializado: 350 t em 2006, 550 t em 2008 e 726 em 2009). O Fundo Rotativo foi implantado com sucesso. O R31 foi parcialmente atingido: o projeto conseguiu implementar programas em Santa Maria das Barreiras e Conceição do Araguaia, através das suas CFRs. O R32 não foi alcançado, mas houve encontros esporádicos entre o projecto e algumas instituições públicas. Em geral, o projeto ampliou, consolidou e reforçou ações que já estavam implementando-se antes de seu início pelas instituições parceiras, e pode-se dizer que dos três objectivos específicos foram cumpridos os dois primeiros. Notavelmente, o OEI foi alcançado, mas porque a maior parte da contribuição foi da CAPPRU e não das CFRs. O terceiro não foi atingido principalmente devido à complexidade institucional e, em alguns casos, à incoerência entre as políticas na região.

Impacto hasta la fecha

Apesar da complexa situação existente na região, o projecto tem um bom impacto direto sobre os beneficiários, já que tem conseguido consolidar a pequena agricultura familiar no sul do Pará, através da melhoria e expansão dum modelo de produção sustentável, baseado no cacau (80% da renda duma família média), e alternativo ao modelo de produção tradicional (desmatamento - pecuária extensiva). Quantitativamente, o impacto direto alcança cerca de 1800 famílias das cerca de 13500 famílias que ainda estavam implementando o sistema da pecuária extensiva (12000 estimadas em São Felix e 1500 na APA Trinufó do Xingu). Deve-se considerar que o impacto positivo do projeto foi reforçado pelo aumento do preço do cacau nos últimos anos. O projeto também teve um impacto considerável sobre o fortalecimento da sociedade civil, através do reforço da ADAFAX, como entidade de referência da região para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, das duas CFRs e da CAPPRU. Quinze meses mais tarde aprecia-se o impacto mas amplo: o fato da presença fortalecida da ADAFAX ter provocado um efeito de chamada, observado-se hoje uma presença maior das instituições públicas, além dum interesse maior pela agricultura familiar sustentável. Ainda mas, as CFRs têm incrementado o número de alunos, e recebem um maior apoio financeiro por parte de instituições públicas. Apesar do fortalecimento das instituições parceiras, este não foi suficiente para que estas pudessem influenciar e conduzir as ações de políticas públicas na agricultura familiar. O impacto do projeto hoje seria maior se isso tivesse sido alcançado.

Sostenibilidad hasta la fecha

Passado mais de um ano desde a conclusão do projecto, a sustentabilidade apresenta alguns problemas devidos à negociação débil com os poderes públicos. Apesar de que as CFRs tem aumentado o seu orçamento com as contribuições de instituições públicas (SEDUC, Prefeituras etc.) estes acordos são na sua maioria temporários (contratos renováveis) e podem acabar com as mudanças nos governos. Esta situação instável afeta a qualidade do ensino. Institucionalmente as CFRs são reconhecidos pela SEDUC mas não foram aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação. Atualmente a maior parte do financiamento da ADAFAX provém do projeto "Fronteiras Florestais", financiado pela UE, que deve ser aproveitado para reforçar a negociação com as instituições públicas. A CAPPRU está em boa época econômica (BRL 1.674.409 em 2007 para BRL 5.081.410 em 2009) por causa dos preços do cacau e da entrada em produção do cacau plantado nos últimos anos (o que implica riscos por ser uma monocultura). A cooperativa deve aumentar a sua margem (atualmente muito pequena) para encontrar culturas alternativas adicionais ao cacau, oferecer mais serviços aos agricultores, apoiar a ADAFAX na negociação para obter mais apoio dos poderes públicos, aproveitado o interesse que o projeto despertou, e promover parcerias com instituições de pesquisa e extensão no âmbito estadual ou federal (EMBRAPA, EMATER, CEPLAC, etc.) para assim aumentar o impacto.

Observaciones y lecciones aprendidas

1) É muito claro que faltou um maior fortalecimento da ADAFAX, tanto para coordenar melhor as instituições sócias como para influenciar as instituições públicas, incluindo instituições de extensão e de pesquisa a fim de aumentar o impacto. 2) É necessário contar com a ADAFAX para qualquer ação da agricultura familiar na região, já que é uma referência para as instituições públicas que estão se tomando mais presentes cada dia.. 3) Uma maior coordenação pela ADAFAX teria sido desejável. A necessidade de reforçar o sistema de monitoramento interno liderado pela ADAFAX é importante não só para efeitos de avaliação dos impactos dos projetos, mas para ter dados que podem ser utilizados na negociação com as autoridades públicas. 4) O modelo de produção estabelecido pelo projeto pode ser replicado porque é econômica e tecnicamente viável como alternativa ao modelo desmatamento - pecuária extensiva, e ainda existe um elevado número de famílias que implementam o método tradicional..5) Se a CAPPRU incrementasse a sua margem de ingressos poderia dar, mais assistência técnica, identificar mais alternativas para o cacau, e apoiar a ADAFAX.. 6) A assistência técnica proporcionada pela cooperativa aos agricultores tem tido maior impacto que a proporcionada pelas CFRs. Embora estas também contribuam para a formação, o seu principal papel é de articular e animar às comunidades com as quais trabalham. O estabelecimento de zonas de práticas nas CFRs contribuiria para

melhorar a aprendizagem e aumentar a sustentabilidade econômica das mesmas.